

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

LUCILENE LISBOA DE LIZ

CONSTRUÇÕES TRIARGUMENTAIS: UMA DISTINÇÃO ENTRE  
OS COMPLEMENTOS INDIRETOS BASEADA EM  
PROPRIEDADES DAS PREPOSIÇÕES

2009

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

LUCILENE LISBOA DE LIZ

CONSTRUÇÕES TRIARGUMENTAIS: UMA DISTINÇÃO ENTRE  
OS COMPLEMENTOS INDIRETOS BASEADA EM  
PROPRIEDADES DAS PREPOSIÇÕES

Tese apresentada ao Programa de pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Linguística.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Doutora Ruth E. Vasconcellos Lopes (UNICAMP)  
Coorientador: Prof. Doutor Carlos Miotto (UFSC)

2009

LUCILENE LISBOA DE LIZ

CONSTRUÇÕES TRIARGUMENTAIS: UMA DISTINÇÃO ENTRE  
OS COMPLEMENTOS INDIRETOS BASEADA EM  
PROPRIEDADES DAS PREPOSIÇÕES

**Banca Examinadora**

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>: Ruth E. Vasconcellos Lopes- Orientadora  
Universidade Estadual de Campinas

---

Prof. Dr.: Carlos Mito - Coorientador  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dr.: Ronald Taveira da Cruz  
Universidade Federal do Piauí

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>: Maria José Foltran  
Universidade Federal do Paraná

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>: Ina Emmel  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>: Maria Cristina Figueiredo Silva  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>: Roberta Pires de Oliveira  
Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico esta tese a minha filha,  
Laura, e ao André.

E a minha orientadora Ruth  
Lopes, por toda atenção e  
carinho a mim dedicados.

## **Agradecimentos**

Palavras são insuficientes para demonstrar o tamanho da gratidão que devoto àqueles que me apoiaram nessa difícil caminhada. Mas são, no momento, a ferramenta de que disponho para agradecê-los.

Agradeço a Deus por ter me dado capacidade e saúde para realizar este trabalho.

Agradeço aos meus mestres:

A minha orientadora, Professora Ruth E. Vasconcellos Lopes, por ter me apresentado o Programa Minimalista; pela seriedade; pelo brilhantismo de suas aulas; pela paixão e pelo entusiasmo contagiantes que tem pelo seu trabalho; pela paciência; pela compreensão durante um período difícil que enfrentei nessa caminhada; por me reanimar quando acreditava que tudo estava perdido. Obrigada, mil vezes obrigada. Você é um exemplo para todos os profissionais da área.

Ao professor Carlos Miotto por ter aceito a coorientação desta tese; pelo desafio a que, consciente ou inconscientemente, me lançava a cada vez que dizia: vocês não leram os textos!

À professora Izete Coelho pelo auxílio ao olhar para os dados; pelo companheirismo; pela ética; pela disponibilidade; e pela dedicação demonstrada ao longo de todos esses anos. Obrigada!

À professora Maria Cristina Figueiredo Silva pelas reflexões importantes que fez na qualificação desta Tese; pelo exemplo de profissional e, principalmente, por ter me ajudado a dar os primeiros passos na investigação científica. Cristina, serei eternamente grata a você!

À professora Maria José Foltran, por ter aceitado participar desta banca; pelas considerações feitas durante o processo de qualificação, fundamentais para o início desta. Obrigada pela disponibilidade de sempre!

À professora Iná, pela gentileza em ter aceitado o convite! Obrigada, professora!

À professora Roberta, pela disponibilidade e paciência em me orientar na qualificação do artigo; pelas aulas brilhantes que ministrou e que me levaram a escrever um artigo em Semântica Formal. Obrigada!

A amizade também foi um dos pilares de sustentação para suportar o “repuxo da lida”....

À Leonor pela amizade sincera; pelas sugestões nesta tese; pelas tardes de leitura de Chomsky- Tudo são Fases pelo companheirismo; pela presença amiga, mesmo à distância. Amiga, tudo valeu e valeu por tudo!

À Sabrina pela atenta leitura de um pesado capítulo; pelo carinho do ombro amigo nas horas mais difíceis; também pelas alegrias compartilhadas; pelos muitos textos divididos; pela Fé. Sá, eu consegui!!!

Ao Ronald pela troca; pelo apoio; pelas sugestões; pela amizade sem fim!

Ao Marco Antonio e à Sandra pela amizade de sempre; pelo percurso desde a graduação!

À Isabel, uma nova e maravilhosa amiga, pelos testes, pelas caronas, pelas conversas.

À Cláudia, pela amizade, pelas tardes de conversa, pelo E-books e por mostrar que ainda existem pessoas que pensam no bem do próximo.

À minha família, aos meus pais e aos meus irmãos, apoios incondicionais sempre. Ao Silvio, pelas palavras e atos de apoio nos momentos em que mais precisei. Estou chegando!

À Tânia pelo carinho; pelo apoio; pela acolhida em sua casa, num momento em que estava literalmente sem rumo.

Ao André pelo amor; pelo companheirismo; pela compreensão em minhas inúmeras ausências e desânimos; por ter sido a base sólida que me sustentou durante esses anos todos; por ter me dado a Laura, minha primeira e maior produção. Vocês são a razão de tudo isso!

À CAPES por ter financiado os dois últimos anos desta pesquisa.

Àqueles que por algum lapso não mencionei. A memória, nesse momento, está apenas a serviço da Linguística.

Não foi fácil o início, tampouco o fim, mas fica aqui a certeza de que faria tudo de novo; por acreditar no que faço, mas acima de tudo, por amar o que faço.

## Resumo

---

Este estudo, de base gerativista, tem por finalidade estudar o comportamento das construções triargumentais no português brasileiro, com enfoque sobre as propriedades preposicionais dos complementos indiretos. Abordaremos as propriedades temáticas das preposições e de Caso dos complementos indiretos (CIs) numa comparação translinguística. A hipótese que subjaz a essa investigação é de que se há, de fato, uma diferença a ser observada como parece haver entre as construções triargumentais, essa distinção se deve ao estatuto das preposições. No tocante às propriedades temáticas, investigaremos, baseando-nos no estudo de Littlefield (2006), quais propriedades preposicionais influenciam na distinção entre as construções triargumentais, especialmente no que se refere aos CIs. No que tange às investigações relativas a Caso, verificaremos, à luz do Programa Minimalista, de que modo é valorado o traço de Caso dos CIs. A hipótese que norteia esse propósito é a de que a preposição possa ser uma sonda que valorará o traço de Caso do seu alvo, o DP de CI. Adicionalmente, é nosso objetivo investigar quais as formas de Caso que são marcadas sobre esses complementos; com isso procuraremos atestar que as diferentes propriedades encontradas nas preposições que encabeçam esse complemento determinam a marcação de pelo menos dois Casos distintos sobre os CIs.

Palavras-Chave: Verbos triargumentais; Complementos indiretos; Preposição; Teoria Gerativa.

## **Abstract**

---

The aim of the present work is to study the behavior of the triargumental constructions within the framework of generative grammar, focusing on indirect objects. We will approach the crosslinguistic thematic and Case properties of the indirect objects (IO). The hypothesis that underlies this investigation is that if there is, in fact, a distinction among the triargumental constructions, as it seems to be the case, such distinction is due to the status of the prepositions. Regarding the thematic properties, we will investigate, based on Littlefield (2006), which prepositional properties influence the differences among the triargumental constructions, especially when it comes to IOs. Regarding the Case properties, we will investigate, under the framework of the Minimalist Program, how is the Case feature of IOs valued. In this regard, our hypothesis is that the preposition can function as a probe that will value the Case feature of the DP it targets, that is, the IO. We also investigate which Case forms are valued on those complements; this way, we will try to show that the different properties that are found in the prepositions that head those complements ultimately determine at least two different Case markings on IOs.

Key words: ditransitive verbs; indirect objects; generative grammar.

“A observação de que ‘olhamos uns para os outros, mas nem por isso vemos uns nos outros’ atingiu talvez ela própria o estado de ‘palavras que proferimos mas certamente não ouvimos’. Mas a familiaridade, também neste caso, não deveria obscurecer a importância desta compreensão.” (CHOMSKY, 1971, p.40)

## **SUMÁRIO**

---

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO I: Quadro Teórico .....</b>	<b>16</b>
1    Pressupostos Teóricos.....	16
1.2 O Programa Minimalista e seus desdobramentos (1995-2001).....	16
1.3 A Hipótese VP Shell de Larson (1988).....	28
1.4 VP Shell e o PM .....	60
<b>CAPÍTULO II: PAPEL TEMÁTICO .....</b>	<b>63</b>
2 Considerações iniciais .....	63
2.1 Papel temático e as preposições .....	63
2.2 Propriedades preposicionais .....	71
2.3 Síntese do capítulo .....	122
<b>CAPÍTULO III: Marcação de Caso nos Complementos Indiretos .....</b>	<b>124</b>
3 Considerações iniciais .....	124
3.1 Caso e seus desdobramentos dentro da Teoria Gerativa .....	125
3.2 Marcação de Caso em diferentes línguas: os Casos que recaem sobre os Complementos indiretos .....	147
3.3 Duas projeções para duas construções triargumentais à luz do Programa Minimalista .....	159
3.4 Síntese do Capítulo .....	175
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>177</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>181</b>

# **INTRODUÇÃO**

---

Esta tese consiste num estudo sobre as construções triargumentais do português brasileiro, mais precisamente no que se refere ao comportamento dos complementos indiretos (CIs daqui em diante) nessas construções.

Discutiremos propriedades temáticas e casuais dos CIs, os PPs, em construções triargumentais numa comparação translinguística. Quando nos referimos a essas construções, nos remetemos à estrutura em que o verbo seleciona dois complementos: um complemento direto e um indireto, conforme ilustram os dados em (1). Não consideraremos aqui complementos sentenciais.

- (1) a. João deu um presente para os garotos.  
b. Maria colocou os livros na estante.

Nessa investigação, nos ocuparemos apenas dos CIs de triargumentais canônicas, ou seja, de construções cuja estrutura é [V-DP-PP]; portanto, a estrutura de alternância [V-NP-NP] aparecerá tão somente para elucidar alguma questão referente à construção triargumental, que aqui denominaremos, canônica.

Nosso objetivo é estabelecer a distinção entre as construções formadas por CIs beneficiários, alvo e fonte, de um lado, (1a), por exemplo; e, de outro, as que projetam um CI locativo, (1b).

A questão que emerge quando atentamos para as construções em (2) é: por que (2a) é uma sentença possível no português ao passo que (2b) não é?

- (2) a. A Maria deu um livro.  
b. \*A Maria colocou um livro.

Em (2a), há possibilidade de apagamento<sup>1</sup> do CI, o que não se verifica em (2b); nessa última construção, há a necessidade de o CI estar expresso.

Acrescente-se a isso o fato de construções como as de (1a) poderem participar de construções duplo objeto (DOCs doravante), conforme estudo de Scher (1996), Salles (1997). Esse comportamento dessas construções parece ser encontrado em algumas línguas; o inglês, por exemplo, parece apresentar esse mesmo quadro, conforme discute Larson (1988).

- (3) a. John put the book on the shelf.  
'John pôs o livro na estante.'  
b.\*John put the shelf the book.  
\*'John pôs a estante o livro.'

No estudo de Scher (1996), encontramos DOCs com triargumentais cujos CIs são beneficiários, alvo ou fonte, mas não quando os CIs são  $\theta$ -marcados como locativo.

- (4) a. Eu dei o livro ao/ para o rapaz.  
b. Eu dei o rapaz o livro. (Scher, 1996, p. 12)  
c.\*Eu coloquei a estante o livro.

---

<sup>1</sup> Não pretendemos discutir nesse estudo, a natureza desse "apagamento"(ou nulidade) dos CIs, nos termos de Cyrino (1998), por fugir aos propósitos dessa investigação. No entanto, queremos destacar que se trata de um tema de interesse para pesquisa futura.

Assim, é nosso objetivo investigar o que determina a diferença entre essas construções. A hipótese que subjaz essa investigação é: se há, de fato, uma diferença a ser observada como parece haver em (1), essa distinção se deve ao estatuto das preposições. Assim, se pudermos distinguir entre CIs beneficiários, alvo e fonte, de um lado, e de outro, CIs locativos; são as propriedades preposicionais que determinam tais diferenças.

Num segundo momento, nosso propósito é investigar de que forma os CIs são marcados com Caso à esteira do Programa Minimalista. A hipótese que está por trás desse propósito é a de que a preposição é uma sonda capaz de valorar o traço de Caso do alvo, DP/NP do CI. Adicionalmente, investigaremos como as línguas naturais, em especial, as que marcam Caso morfológicamente, marcam os DPs dos CIs com Caso. Com isso, buscamos evidências sobre as formas de Caso que recaem sobre esses DPs. Acreditamos que há pelo menos duas formas de Caso que marcam esses DPs: um Caso sobre CIs locativos e uma forma de Caso sobre os CIs beneficiário, alvo e fonte.

Esta tese está assim organizada: o primeiro capítulo apresentará o quadro teórico, o Programa Minimalista de Chomsky (1995; 1998; 1999), com enfoque nas discussões relevantes para o estudo dessas construções. A proposta de Larson (1988) será apresentada em detalhes, já que é a base para a estrutura dos verbos triargumentais, proposta por Chomsky (1995), e ainda para a que proporemos no capítulo III.

O Capítulo II investiga as propriedades temáticas que envolvem as construções triargumentais. Nesse capítulo, apresentamos a proposta de

Littlefield (2006) referente às preposições; nesse estudo o autor destaca a existência, para além de uma categoria funcional e de uma lexical, a de uma categoria semi-lexical. Com base nesse estudo, tentaremos mostrar que as preposições são cruciais para o estabelecimento das propriedades das construções triargumentais.

O Capítulo III fará uma incursão pela Teoria do Caso dentro do gerativismo, com ênfase no Programa Minimalista de Chomsky (1995; 1998;1999). Nossa preocupação aqui é verificar como ocorre marcação de Caso dos DPs/NPs dos Cls. Ademais, investigaremos quais as formas de Caso recaem sobre os Cls. E, finalmente, apresentaremos uma proposta, segundo a qual há duas estruturas para acomodar as construções triargumentais; uma que assume a *VP Shell* de Larson (1988) e outra ancorada no estudo de Woolford (2006).

# **CAPÍTULO I**

---

## **Quadro Teórico**

### **1 Pressupostos Teóricos**

Neste capítulo, serão apresentados os pressupostos teóricos nos quais está fundamentado o estudo aqui desenvolvido. Nosso objetivo aqui é delimitar o quadro teórico sobre o qual o nosso objeto de estudo, os complementos indiretos (CIs) de verbos triargumentais, será analisado e discutido. Num primeiro momento, apresentaremos de forma sintética os pressupostos basilares do quadro em seus desdobramentos mais recentes, o Programa Minimalista (PM). Num segundo momento, apresentamos a proposta de Larson (1988), base para a projeção dos complementos indiretos dos verbos triargumentais; finalmente, retornamos ao PM, mostrando qual ponto da proposta larsoniana sofreu alteração em sua adoção dentro das diretrizes minimalistas.

#### **1.20 Programa Minimalista e seus desdobramentos (1995-2001)**

Nesta seção nos restringiremos a apresentar apenas as discussões centrais para o nosso objeto de estudos, isto é, como ocorrem a atribuição de papel temático e a valoração do traço de Caso.

Os pressupostos da Gramática Gerativa (doravante GG) continuam tão válidos como em modelos anteriores, mas mudanças significativas podem ser percebidas dentro do Programa Minimalista (doravante PM), como a eliminação de níveis lingüísticos não justificáveis conceitualmente. Como tudo tem de ser conceitualmente motivado no PM, Chomsky “descarta” DS (Estrutura Profunda) e SS (Estrutura Superficial) por não apresentarem motivação conceitual mínima, ou por outra, esses níveis são eliminados por não estabelecerem interface com os sistemas de *performance*. Assim, tudo o que se aplicava a estes níveis tal como papel  $\theta$ , Mova  $-\alpha$  – que ocorria entre DS e SS e entre SS e LF (Forma Lógica)-, atribuição de Caso (na SS), passa a ser atribuído à LF e à PF (forma Fonética) ou ao caminho entre elas.

No *design* minimalista a faculdade da linguagem está encaixada em sistemas de *performance*, a saber, o articulatório-perceptual, que estabelece interface com o nível representacional da Forma Fonética, e o conceitual-intencional, que estabelece interface com o nível da Forma Lógica. Portanto, são os dois níveis de interface relevantes, um para mapear som e outro para mapear o significado das expressões lingüísticas.

Além disso, a Faculdade da Linguagem é composta de um sistema computacional ( $C_{HL}$  daqui em diante) e um léxico. O  $C_{HL}$  é responsável pela formação dos objetos sintáticos a partir de um conjunto de itens que estão disponíveis em uma numeração (Num). As operações *Select*, *Merge*, *Agree/move* agem sobre os itens que compõem Num; *Spell-out* é responsável

por separar e enviar as informações relevantes para cada um dos níveis de interface, a saber, a interface semântica e a fonética.

Há uma operação binária *Merge* responsável por combinar dois objetos sintáticos que formarão uma unidade, isto é, esta operação pega dois objetos sintáticos ( $\alpha$ ,  $\beta$ ) e forma  $K(\alpha, \beta)$  a partir desses objetos. Essa operação tem um custo mínimo para o sistema, já outras operações envolvem maior custo e por isso precisam ser justificadas (Chomsky, 1998:14).

De acordo com as diretrizes minimalistas, a operação *Move*, por exemplo, deve acontecer desde que haja motivação, isto é, deve-se mover um elemento sempre que houver a necessidade de checagem de algum traço [u] (traço não-interpretável) de uma categoria funcional; este traço tem de ser eliminado do sistema para que a derivação possa convergir. Essa operação, na verdade, ocorre pela combinação de duas outras operações, *Merge*<sup>2</sup> e *Agree*, cujo funcionamento passaremos a discutir neste momento.

Para a satisfação das condições da Forma Lógica (*Logical Form*), a operação *Agree* tem a função de relacionar traços combinantes (*agreeing*) e, em consequência disso, apagar os traços [u], que permanecem apenas para PF. Seguindo a linha de raciocínio de Chomsky (1999, p. 3), apesar de a relação entre traços [u] e a operação *Agree* parecerem imperfeições do sistema, passam a ser consideradas, desde Chomsky (1995, 1998), uma solução ótima para as especificações de *designer* mínimo da Faculdade da Linguagem, por serem cruciais para o estabelecimento de propriedades de movimento de constituintes, que são fundamentais para interpretação semântica e para questões de processamento. Nesse sentido, o movimento

---

<sup>2</sup> *Merge* significa “concatenar”, juntar elementos; *Agree* operação “concordância”.

pode também ser visto apenas como uma imperfeição aparente das línguas naturais, assim como os mecanismos que o implementam.

Além do  $C_{HL}$ , como mencionamos anteriormente, a Faculdade da linguagem é constituída também de um léxico. Nele estão estocados os itens lexicais, que devem aqui ser entendidos como compostos de um conjunto de traços, que podem ser semânticos, fonológicos e formais; esses últimos, representados pelos traços *phi*, categoriais<sup>3</sup> e de Caso, são os que estão acessíveis ao  $C_{HL}$  e que irão para a LF.

Os traços formais são acessíveis ao  $C_{HL}$  e apresentam distinções que são essenciais para o funcionamento de uma derivação. Uma dessas distinções diz respeito à legibilidade dos traços, isto é, os traços podem ser legíveis e ilegíveis; legíveis são aqueles que recebem interpretação na interface com o sistema conceptual- intencional (CI), como, por exemplo, os traços- *phi* de pessoa e número de um nome; traços formais ilegíveis não recebem interpretação nessa interface, por exemplo, o traço de Caso. Os traços fonológicos são interpretáveis em PF como instruções para o sistema articulatorio-perceptual (AP) e estão acessíveis ao  $C_{HL}$  somente durante o percurso derivacional, isto é, do ponto em que se aplica *Spell-out* até PF. Já os traços semânticos são relevantes somente para a interface com o sistema CI e estão acessíveis durante toda a derivação.

Quanto às categorias funcionais, Chomsky (1995) postula que somente aquelas que possuem traços interpretáveis nas interfaces podem existir dentro do PM. As categorias funcionais admitidas são T , e D , e a partir de Chomsky (1995) também se admite a existência da categoria funcional *v*, que é o verbo

---

<sup>3</sup> Traço categorial não faz parte mais do modelo depois de Chomsky (1995).

leve. Segundo Chomsky, é no especificador desse  $v$  que, no curso da derivação, é inserido o argumento externo; já os argumentos internos são projetados dentro da projeção VP nas posições de especificador e complemento de V. De acordo com Chomsky,  $v$  é responsável pela atribuição de papel- $\theta$  ao seu especificador.

O sistema computacional trabalha com traços *phi* interpretáveis ([i]) e não-interpretáveis ([u]); traços *phi* são os traços formais (de pessoa, gênero e número); categorias lexicais apresentam traços [i] e categorias funcionais têm traços [u]<sup>4</sup>, que devem ser valorados. Traços [i] já entram no sistema valorados e traços [u] serão valorados através do pareamento com os traços [i].

Como resultado do processo derivacional do  $C_{HL}$ , forma-se um objeto sintático que se submete ao Princípio de Interpretação Plena, segundo o qual uma estrutura formada nas interfaces só será legítima se tiver uma interpretação nestes níveis. Isso quer dizer que LF interpretará apenas traços semânticos e PF apenas traços fonológicos; todos os traços não-interpretáveis [u] devem ser valorados durante a derivação, para que nos níveis de interface relevantes cheguem apenas os traços interpretáveis; se isso não ocorrer a derivação não converge. Uma estrutura convergente é a que consegue atingir o fim da derivação tanto em PF quanto em LF e ainda realizar o percurso derivacional mais econômico - aquele que não envolve passos além dos necessários.

Em Chomsky (1995), a checagem dos traços ocorre via movimento de traços; esses traços têm de ser atraídos por um alvo que tenha traços [i].

---

<sup>4</sup> Essa é a visão de Chomsky (1998, 1999), mas há outros modelos que não estabelecem essa correlação tão estreita entre traços (não)interpretáveis e categorias lexicais e funcionais (cf., entre outros, Pesetsky & Torrego, 2004). Contudo, aqui adotaremos o modelo de Chomsky.

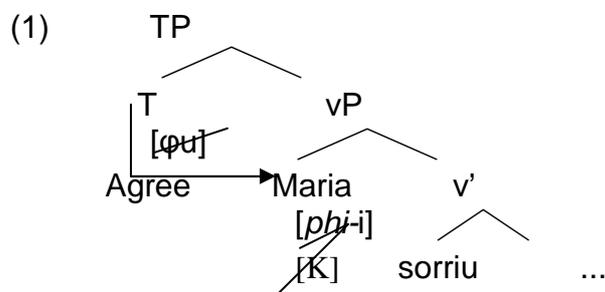
Tomemos como exemplo o traço D- forte de T (alvo); esse traço detona movimento do sujeito para Spec TP para a satisfação de EPP; o traço D de T é checado e apagado, assim como o sujeito tem seu traço de Caso checado por T. Com relação aos traços- *phi* do sujeito, serão checados assim que o verbo for alçado e adjungido a T momento em que o sujeito checa e apaga os traços- *phi* do verbo. O traço de Caso do sujeito, pelo fato de ser um traço [u], é apagado assim que checado, no entanto, os traços- *phi*, por serem [i], permanecem mesmo após a checagem.

Em Chomsky (1998), a proposta é que nenhum traço se mova no componente coberto, já que as relações de checagem ocorrem abertamente a partir da operação *Agree*. Essa operação se estabelece entre uma sonda (*probe*) e um alvo (*goal*). Numa relação A, a sonda tem traços- *phi* [u] e busca os traços- *phi* [i] do alvo; o alvo tem de ter um traço de Caso não valorado/ que o torne ativo para estabelecer as relações de checagem/valoração com a sonda.

Quando acontece a combinação (*matching*) dos traços- *phi* entre sonda e alvo, a operação *Agree* apaga os traços [u] se sonda e alvo estiverem relacionados apropriadamente, isto é, (i) se o alvo estiver na posição de complemento da sonda; (ii) se os traços são completos (em que completos significa estar com um conjunto completo de traços- *phi*); caso sejam incompletos apenas os traços [i] da sonda serão apagados; e se o alvo estiver ativo, ou seja, com um traço [u] ainda não checado.

Veja que em (1), abaixo, a sonda T possui traços- *phi* [u]; o alvo, *Maria*, possui traços – *phi* [i] e um traço de Caso não checado, o que licencia o alvo a entrar em relação de checagem com a sonda; sonda e alvo combinam e os

traços- *phi* [u] da sonda são checados e apagados e também o traço de Caso é checado e apagado.



Em Chomsky (1999), o autor propõe que a interpretabilidade dos traços seja determinada já no léxico, pela GU, e, além disso, que a distinção dos traços ocorra em termos de valor. Isto quer dizer que os traços [u] entram no sistema sem um valor e os traços [i] entram com seu valor já especificado na derivação, conforme ilustra (2):

- (2) O menino  
gênero → g: [m]  
número → n: [s]

O valor dos traços [u] serão determinados via *Agree* do seguinte modo: a sonda, dotada de traços- *phi* [u], estabelece o *matching* (combinação/pareamento) com o alvo, dotado de traços- *phi* [i] e um traço de Caso subespecificado; assim que sonda e alvo estabelecem o *matching*, os traços- *phi* [u] da sonda e o traço de Caso do alvo recebem seu valor, ou seja, são valorados.

Daqui em diante veremos, mais detalhadamente, como ocorre o processo de valoração do traço de Caso, segundo Chomsky (1999) e, além disso, quais as questões que as construções bitransitivas colocam para a valoração de Caso no modelo.

Algumas línguas realizam Caso morfológicamente, como é o caso do latim e do russo; outras línguas, como o inglês, apresentam manifestação morfológica de Caso apenas em alguns domínios, como no sistema pronominal. Há ainda línguas nas quais não há nenhuma manifestação morfológica de Caso, como por exemplo, no chinês. Assim, Caso se manifesta de modo concreto através de morfemas em algumas línguas e em outras se manifesta abstratamente, “por meio de recursos tais como ordem dos DPs em relação aos núcleos que o selecionam” (Mioto et al. 2004. p. 174). Essa noção de Caso abstrato é universal, tendo em vista que se postula sua presença em todas as línguas naturais; numa língua como o português, por exemplo, os DPs não são morfológicamente marcados por Caso, porém há marcas residuais de Caso que podem ser encontradas no sistema de pronomes pessoais, conforme mostra (3):

- (3) a. Eu olhei a Ana.  
b. A Ana me olhou.  
c. A Ana olhou pra mim.

Os pronomes de primeira pessoa, em consequência de serem morfológicamente marcados por Caso, são realizados de formas diferentes; o pronome *eu* representa a forma do Caso Nominativo; o pronome *me* do Caso

Acusativo e o pronome *mim* representa a forma do Caso Oblíquo, que só se realiza como complemento de preposições.

Dentro do PM, retomemos duas perguntas surgem relativamente à marcação de Caso: (i) onde podemos resolver Caso? (ii) Como ocorre a marcação de Caso?

Quanto à pergunta (i), admitamos tentativamente que possa ser em PF ou LF; o grande problema em se assumir que Caso se resolve em LF são as línguas, como as mencionadas acima, que marcam Caso morfológicamente, pois a marcação terá um impacto sobre PF; logo está descartada essa possibilidade. De igual modo, Caso não pode chegar em LF porque as interfaces só lidam com símbolos que são legíveis por elas e a idéia é que, a despeito da marcação de Caso, um DP sempre será interpretado da mesma forma por LF (como em “Isso é pra **mim** fazer/ isso é pra **eu** fazer”, por exemplo). Parece então que Caso tem uma função eminentemente sintática, disponibilizando o DP para algumas operações do sistema.

No PM, Caso é também reduzido a um traço e é sempre tomado como um traço [u] em qualquer categoria, já que Caso não tem efeito semântico; é um subproduto do estabelecimento de concordância-*phi*, portanto, os DPs devem ter seus traços valorados por uma categoria funcional relevante. Em Chomsky (1999), conforme mencionado acima, os traços [i] já entram no sistema valorados e traços [u] serão valorados através do pareamento com os traços [i]. Caso é sempre tomado como um traço [u], em qualquer categoria, recebendo seu valor como um corolário dos traços-*phi*. Deixa, portanto, de ser

um primitivo teórico e torna-se um elemento dependente das relações de concordância.<sup>5</sup>

As relações de concordância, conforme Chomsky (1998), são detonadas pela operação *Agree*, que se estabelece entre *probe* (sonda) e *goal* (alvo); a sonda é dotada de traços [u] e deve buscar um elemento que contenha um conjunto de traços [i], um alvo, para que os traços [u] sejam valorados e então eliminados antes da interface LF, na qual não seriam legíveis. Cumpre lembrar que o que torna um alvo ativo é o traço de Caso; uma vez que se estabelece *matching* entre os traços- *phi* da sonda e do alvo, *Agree* opera e valora os traços [u], mas isso ocorre somente se os traços de alvo e sonda estiverem relacionados adequadamente, isso significa que o conjunto de traços deve estar completo (o elemento deve ter, no mínimo, traço de pessoa e número porque completo mesmo, só se tiver também o traço de gênero) e o alvo ativo, ou seja, ainda com traços a serem valorados.

Um traço pode ser valorado, mediante o cumprimento de algumas exigências:

- deve haver uma sonda (*probe*)  $\alpha$ , capaz de valorar seus traços para que a derivação possa convergir; então essa sonda  $\alpha$  procura traços [i] e um alvo ativo (*goal*)  $\beta$  que se identifique com os traços da sonda  $\alpha$ . Sonda e alvo precisam estar ativos para o sistema; estar ativo significa estar com os seus traços ainda não valorados para que a operação *Agree* possa se aplicar.

---

<sup>5</sup> Não adotaremos, nesse estágio da nossa pesquisa a noção de Fases. Contudo, manteremos as noções de *Agree* e de sonda e alvo.

- um elemento  $\alpha$  deve ter um conjunto de traços- *phi* completo para que assim possa eliminar os traços [u] de um elemento  $\beta$ .

Há dois tipos de sonda, a *phi* completa e a *phi* incompleta. As sondas *phi* completas são aquelas que possuem o conjunto de traços relevantes para ativar Agree; um exemplo de sonda *phi* completa é a que possui traços de pessoa e número; a incompleta não possui um destes dCIs traços e, portanto, é incapaz de valorar e conseqüentemente apagar os traços do alvo com o qual estabelece Agree. Chomsky (1999. p.05) explica essa questão do seguinte modo:

When  $\emptyset$ -complete, T values and deletes structural Case for N. The phi-set of N (which is always phi-complete) both values and deletes the phi-features of T (with or without movement). With defective probe, agreement is not manifested and Case of the matched goal is not assigned a value: raising T exhibits no agreement, and participles lack person; neither determines the case of matched N, which depends on a higher non-defective probe, T or v.

Veja que Chomsky assume que T e V, quando selecionados por C e v, são sondas *phi* completas. Já em estruturas de alçamento, passivas e inacusativas, T e V são defectivos, ou seja, lhes falta algum traço- *phi*. A sonda T valora o traço de Caso nominativo do nominal que ocupa a posição de sujeito; v valora o traço de Caso acusativo do complemento direto (CD).

A pergunta que nos cabe colocar, então, é: quem valora o traço de Caso do CI, como na sentença em (4)?

(4) O João pôs os livros **na estante**.

Veja que para resolver o Caso do DP *estante*, deve haver alguma relação sonda/alvo entre a preposição e esse DP que possa disparar a operação *Agree*, caso contrário o traço de Caso desse DP não será valorado.

Se Caso é uma propriedade relevante apenas para a sintaxe, este, sendo um traço [u], deve ser valorado antes de chegar às interfaces, para as quais não é relevante, para que a derivação possa convergir; caso contrário a derivação implode. Mas veja que (4) é uma derivação convergente. Então, temos de responder algumas questões: se Caso é dependente de traços de concordância, que tipo de traços há na preposição que a capacitam a ser um núcleo que vai estabelecer uma relação de sonda-alvo com o DP para valorar Caso?

Para essa questão, temos uma hipótese: se a valoração de traço de Caso está atrelada à sondagem, então a preposição P também pode ser uma sonda que valorará o traço de Caso do alvo, o CI.

Para que *Agree* se aplique deve haver uma relação de concordância se estabelecendo entre DP/NP e preposição que force a aplicação de *Agree*. Diante disso, é nosso objetivo verificar se, entre as línguas naturais, a preposição estabelece essa relação de concordância com o DP encabeçado por ela que possa detonar *Agree* e a valoração de Caso do CI.

Na próxima seção apresentaremos a proposta de Larson (1988), na qual o autor propõe uma concha VP que acomoda os CIs de um verbo triargumental. Além de ser uma proposta clássica, também é importante porque é sobre a Hipótese da VP Shell que Chomsky introduz o verbo leve.

### 1.3 A Hipótese VP Shell de Larson (1988)

O estudo de Larson (1988) representa um marco nos estudos de sintaxe, justamente por promover uma discussão sobre orações com duplo objeto, ilustradas em (5), que servirão de *background* para acomodar alguns verbos como os transitivos, com dois ou mais argumentos, na estrutura sentencial.

(5) a. Mary gave the book to him.

‘Maria deu o livro pra ele.’

a’. Mary gave him the book.

‘Maria deu ele o livro.’

Larson faz este estudo com o intuito primeiro de solucionar as assimetrias encontradas por Barss e Lasnik (1986, *apud* LARSON, 1988) (doravante B&L), em formações como as de (6), sem que se tocasse em questões de precedência linear.

(6) a. John sent Mary a letter.

‘John enviou Maria a carta’.

b. I promised Felix a new set of golf club.

‘Eu prometi Felix um novo conjunto de tacos de golf’

Diante das construções em (34), B&L propõe que os segundos DPs *a letter* e *a new set of golf club* estão, em ambos os casos, no domínio dos primeiros DPs, mas não ao contrário.

Mas toda essa discussão que Larson faz aqui é para dizer que *a letter* e *a new set of golf club* são dominados por *Mary* e *Felix*, e mais tarde afirmar que a estrutura básica de oblíquos é *João enviou pra Maria uma carta* e que *João enviou a carta para Maria* é a derivada. Contudo, essa proposta parece ser problemática se pensarmos que entre esses PPs, possam ter adjuntos envolvidos, ou seja, não é claro que sempre temos um argumento PP e quando temos um adjunto PP, então parece que a relação básica é sempre V CD e não V CI, como afirma Larson, já que a relação parece ser mais estreita entre V e CD.

B&L discutem problemas de assimetria observados no comportamento dos complementos verbais. Os reflexivos e recíprocos, em (7), deveriam ser c-comandados pelos seus antecedentes, conforme reza o princípio A que diz respeito às anáforas.

- (7) a. I showed Mary to herself.  
'Eu mostrei Mary para ela'  
a'.\*I showed herself to Mary.  
'eu mostrei ela mesma para Mary'.

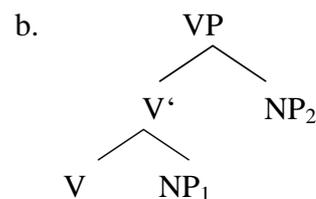
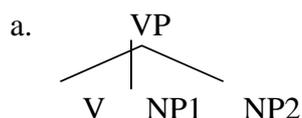
Porém, (7a') é uma sentença agramatical, já que o reflexivo *herself* não está sendo c-comandado pelo seu antecedente *Mary*; portanto, há uma violação do Princípio A que diz que toda anáfora deve ser vinculada em seu domínio de vinculação; em que ser vinculada significa exatamente ser c-comandada por um elemento que apresenta o mesmo índice referencial.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Além desse, Larson (1988) apresenta exemplos de problemas de c-comando relacionados a quantificadores que vinculam pronomes na SS; a efeito de superioridade; a itens de polaridade negativa; e

Pontuam B&L que “se é que estes fenômenos envolvem c-comando realmente, [...]” então (7) e os outros casos discutidos por eles, apontariam para a mesma conclusão: em construções que envolvem uma expressão verbal da forma V NP NP, o primeiro NP c-comanda o segundo, mas não vice-versa.” (B&L *apud* LARSON, 1988, p. 337). Diante disso, os autores põem em xeque as estruturas propostas por Oeherle (1976) e por Chomsky (1981), estruturas (8a) e (8b) respectivamente.

(8)



Pela definição de c-comando de Reinhart (1979 *apud* LARSON, 1988, p. 337)<sup>7</sup>, NP<sub>1</sub> e NP<sub>2</sub> se c-comandam mutuamente, e, portanto, a estrutura (40a) não prediz relações assimétricas, baseadas apenas na estrutura hierárquica. No tocante à estrutura (8b), NP<sub>2</sub> assimetricamente c-comanda NP<sub>1</sub>, predizendo que NP<sub>1</sub> está no domínio de NP<sub>2</sub>, mas não o inverso. Essas predições são bastante contraditórias diante dos fatos observados em (7)<sup>8</sup>, afirma Larson (1988, p. 337). De acordo com a definição de c-comando baseada em

---

ainda aos que dizem respeito a cruzamento fraco; esses problemas, por ora, não serão discutidos. Para conferir a exposição com mais detalhes veja-se Larson (1988, p. 338)

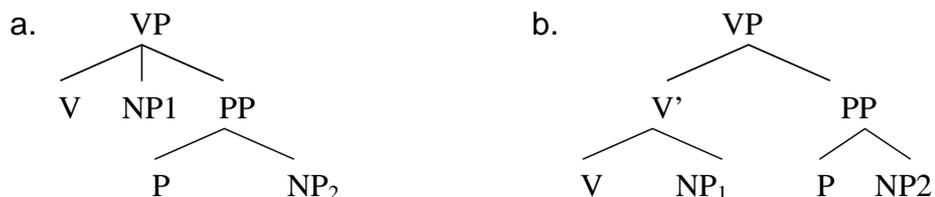
<sup>7</sup> Reinhart (1979) define c-comando do seguinte modo:  $\alpha$  c-comanda  $\beta$  sse: i)  $\alpha$  não domina  $\beta$ ; ii) o primeiro nó ramificante que domina  $\alpha$  também domina  $\beta$ .

<sup>8</sup> Remeto o leitor aos demais fatos observados por Larson (1988, p. 336).

contenção de projeções máximas, de Aon & Sportiche (1983)<sup>9</sup>, NP<sub>1</sub> de NP<sub>2</sub> se c-comandam mutuamente, tanto na estrutura representada em (8a), quanto na estrutura em (8b), não predizendo nenhuma assimetria de domínio sintático. De novo, essa predição é falsificada pelos dados de (7). Mas uma das seguintes conclusões é possível: (a) os fatos percebidos sobre os dados não podem ser somente explicados por c-comando, isto é, outras noções, como precedência linear, devem estar em jogo; ou (b) os fatos são realmente estruturais e outra configuração além de (8a,b) pode estar envolvida (LARSON, 1988, p. 338).

Larson argumenta que as construções dativas apresentam o mesmo tipo de assimetria que as construções com duplo objeto exibem. Contudo, o autor supõe que a presença do PP, nas construções dativas, poderia estar impedindo os problemas de c-comando. Observe as estruturas em (9).

(9)



Em (9a), se adotada a definição de c-comando de Reinhart (1979), NP<sub>1</sub> c-comanda assimetricamente NP<sub>2</sub>, isto é, NP<sub>2</sub> é dominado por um nó ramificante que não domina NP<sub>1</sub>. Em (9b), NP<sub>1</sub> c-comanda assimetricamente NP<sub>2</sub>, sob a noção de c-comando de Aon & Sportiche (1983), na qual NP<sub>2</sub> está

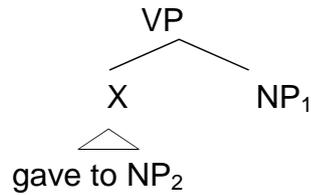
<sup>9</sup> A definição de Aon & Sportiche (1983) para c-comando é como segue:  $\alpha$  c-comanda  $\beta$  sse: i)  $\alpha$  não domina  $\beta$ ; ii)  $\alpha$  está contido na mesma projeção máxima que contém  $\beta$ .

contido na projeção máxima (PP) que não contém NP1. Diante do desafio que representam as construções de duplo objeto para a análise sintática, Larson coloca uma questão, que, segundo ele, é primordial para uma análise mais acurada desse fenômeno: “se a assimetria entre complementos em construções dativas for realmente uma questão da estrutura introduzida por PP, então, por que, em construções de duplo objeto, nas quais tal estrutura está ausente, não encontramos um comportamento simétrico?” (LARSON, 1988, p. 339 tradução livre minha).

Posta essa questão, Larson dá início à elaboração de uma proposta para as construções com duplo objeto, ancorada na proposta para construções dativas, inicialmente sugerida por Chomsky (1955, 1975). Chomsky propunha que uma sentença como (10a) seria derivada por extraposição do PP, *to him*, de uma estrutura subjacente, em que o V (verbo) e o CI formam um constituinte que exclui o CD, conforme mostram os dados em (10), exemplo (7) de Larson (1988).

- (10) a. The teacher gave several books to him.  
b. The teacher [gave to him] several books.

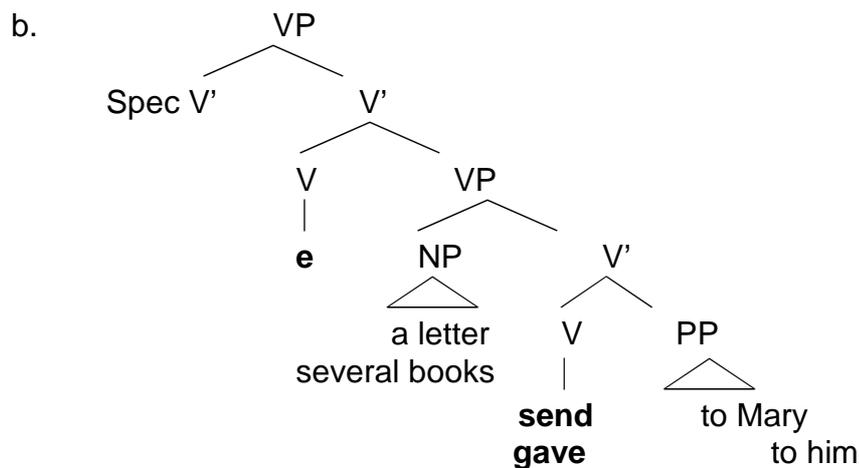
(11)



Nessa representação, NP<sub>1</sub> c-comanda assimetricamente NP<sub>2</sub>; essa assimetria, no entanto, não é introduzida pelo PP, mas pela projeção X, que é uma projeção qualquer de V. As relações hierárquicas e temáticas são distintas das que se encontram nas estruturas em (9), já que em (9a), V atribui papel- θ ao NP<sub>1</sub> e também ao NP<sub>2</sub>, talvez tendo a contribuição da preposição nesse último caso; ou, para tornar mais precisa a explicação, o complexo V NP<sub>2</sub> composicionalmente atribui papel- θ ao NP<sub>1</sub>, depois de V ter marcado tematicamente o NP<sub>1</sub>. Na estrutura (9b), apenas o CD “é irmão de V, e o CI é irmão do constituinte V’, o que corresponde à visão de que o CD só recebe o papel- θ composicionalmente de V’ [...]”. Por outro lado, (11) propõe que o CI é que é o argumento mais próximo do verbo, sendo que aqui o CD NP<sub>1</sub> recebe papel- θ do complexo verbal *give to him*.

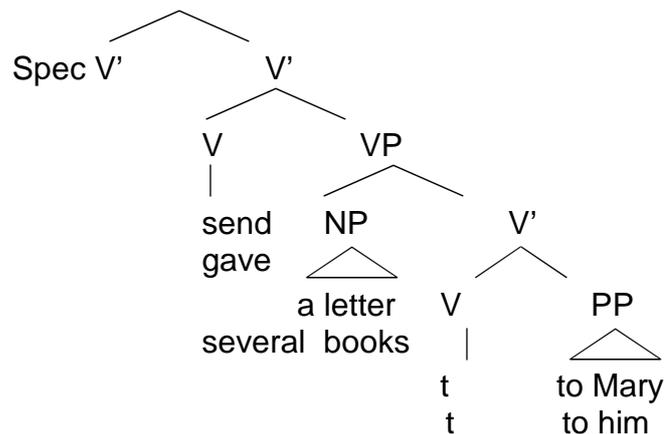
Para Larson, (12b) abaixo poderia dar conta das relações que se estabelecem nas sentenças (10a) e (12a), exemplos (13a,b) de Larson:

(12) a. John sent a letter to Mary.



A estrutura (12b) é composta por duas camadas VP; o VP subjacente tem uma espécie de “sujeito interno”, representado por *several books*, em (12a) e, por *a letter*, em (8a); e tem como objeto um PP, representado por *to him*, em (38a), e por *to Mary*, em (8a). O V vazio do VP superior, em (8b), toma como complemento um VP, formado por uma estrutura sentencial como: *several books gave to him* e *a letter send to Mary*, (6a) e (8a), respectivamente. Por sua vez, estes VPs são predicados dos sujeitos *the teacher* e *John*. Mas note que tanto *the teacher several books gave to him* quanto *John a letter send to Mary* não são sentenças possíveis no inglês, já que o verbo deve aparecer à esquerda dos DPs (*several books* e *a letter*). A idéia chave aqui é que a ordem das sentenças (10a) e (12a) é derivada pelo movimento do verbo (*gave/send*) para a posição V vazia, do VP superior; esse movimento deixa um vestígio na posição de origem e cria uma sucessão de posições de V coindexadas, conforme mostra a estrutura em (13):

(13) VP

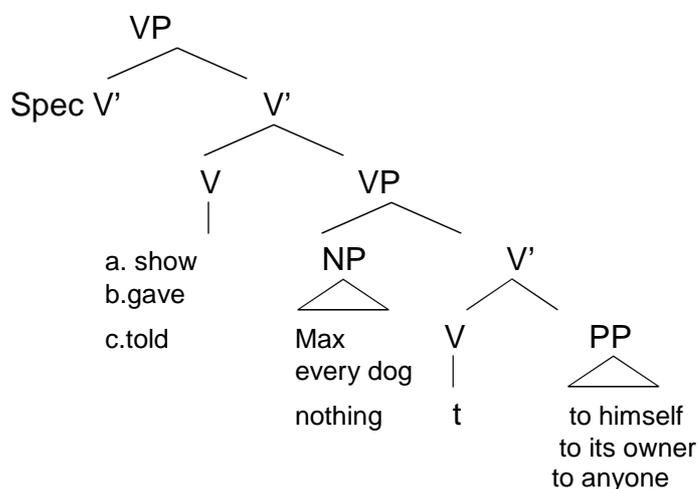


Larson, supõe, seguindo as propostas gerais de Roberts (1985), que V tem de encabeçar uma projeção regida por Infl, para que possa receber informações de tempo e concordância; admite também que Caso é atribuído sob regência e que a direção de regência no inglês é à direita. Observe que, em (12b), V (*send* e *gave*, em destaque) não é um núcleo de uma projeção regida por I; além disso, os NPs *a letter* e *several books* estão na posição Spec V', que não é regida pelos verbos *send* e *gave* e, portanto, não podem receber Caso. Então, a subida de V, da posição de VP inferior, para V de VP superior, ocorre devido a exigências de Caso e concordância sustentados por Infl, V e NP; graças ao alçamento do verbo para a posição de V do VP superior, finalmente, o núcleo V (representado acima pelos verbos *send* e *gave*) pode ser regido por Infl. Adicionalmente, o alçamento de V permite dizer que V poderia reger *a letter/a several books*: V está à esquerda do NP e NP está na posição de especificador da projeção máxima dele, sendo assim, os verbos *send* e *gave* podem atribuir Caso Objetivo (seguindo aqui nomenclatura de Larson) aos NPs *a letter* e *several books*, em (13).

A consequência positiva dessa proposta de Larson é a preservação de uma idéia fundamental de Chomsky (1955, 1975) de que o complemento direto

c-comandará o objeto oblíquo independentemente da estrutura introduzida por PP, conforme mostra (14).

(14) a.



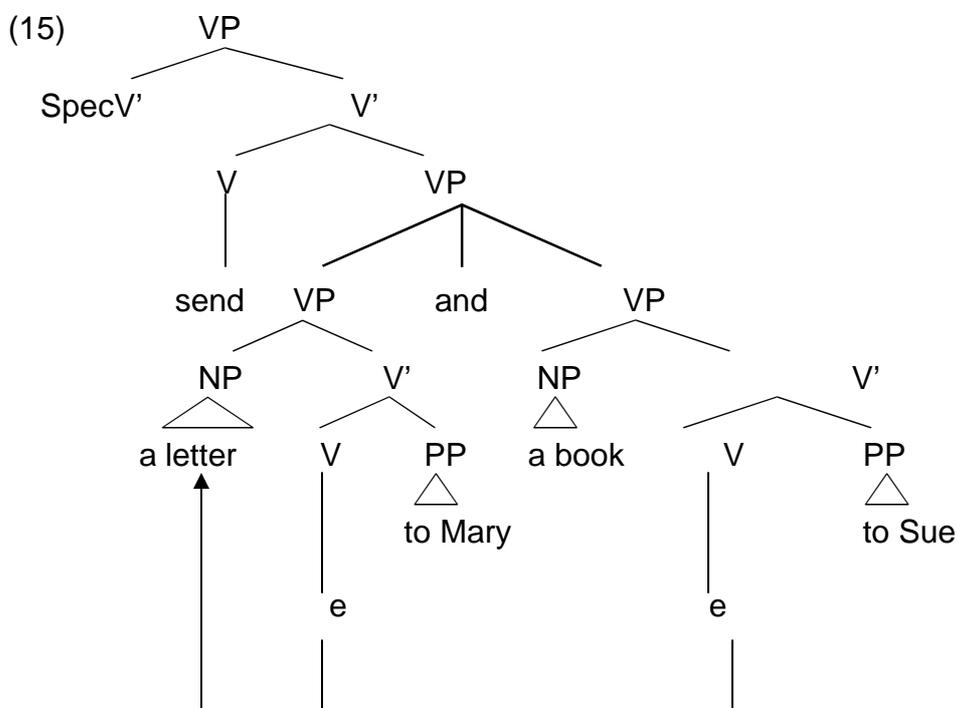
Em (14a) *Max* c-comanda *himself*, mas não inversamente, em consequência disso, há assimetria na vincula o em (14a); também em (14b) há assimetrias na rela o quantificador- pronome, pois o objeto quantificado c-comanda o CI; e em (14c) o item de polaridade negativa *to anyone* está sob escopo de *nothing*, mas não vice-versa.

Essa proposta, segundo Larson, também dá conta de explicar sentenças dativas formadas com conjun es como *and*, ilustrada em (14b), exemplo (17b) de Larson (1988, p. 345).

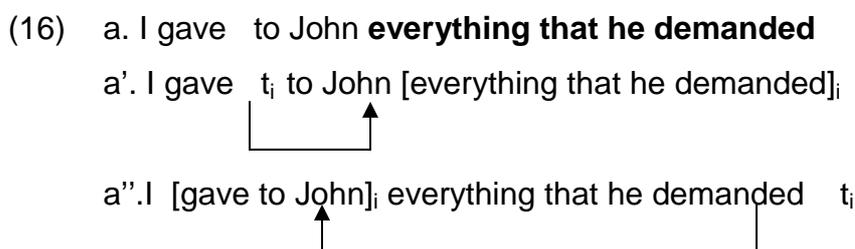
(14) b. I gave five dollars to Maxwell and three dollars to Chris.  
' Eu dei cinco dólares para Maxwell e tr s para Cris.'

O autor argumenta que dado o que tradicionalmente se admite, isto  , que as conjun es unem constituintes, então, a conjun o, no exemplo (10b), coloca problemas para as estruturas apresentadas em (5), visto que *several books to him* e *a letter to Mary* não são constituintes. Contudo, se se adota a

análise de Larson, a conjunção estará de fato ligando dCIs constituintes, conforme ilustra a estrutura em (15).

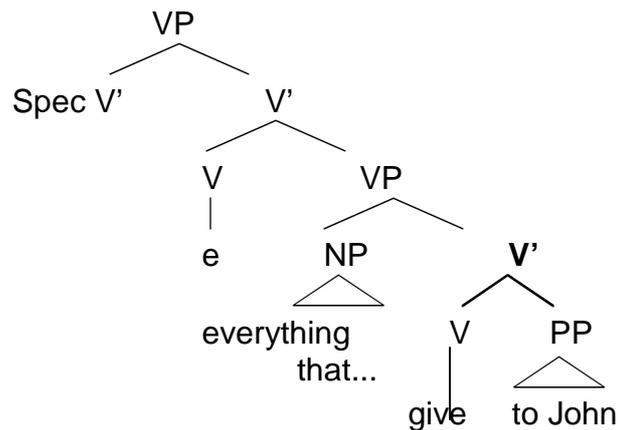


Essa análise para as construções dativas também permite uma nova proposta para alguns problemas relacionados a movimento, como os de *dative shift*, conforme ilustra (16):

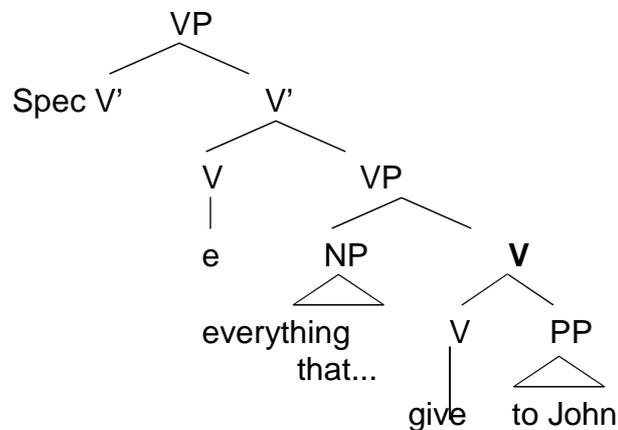


Dada a estrutura (16a), assumia-se que havia um movimento do NP pesado, em destaque, para a direita, conforme ilustra (16a'); porém, a proposta de Larson lança luz sobre um novo tratamento para esse fenômeno; segundo a qual, é o constituinte V CI que se move para a esquerda, conforme mostram as estruturas em (17):

(17) a.



b.



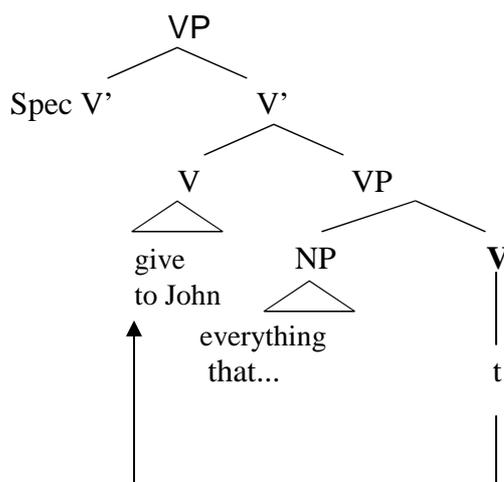
Para tornar mais clara a idéia proposta, Larson introduz uma regra opcional para a Reanálise de V':

Admita-se que  $\alpha$  seja uma expressão [ $v$ . . .] cuja grade temática contenha um papel- $\theta$  interno para descarregar. Então,  $\alpha$  pode ser reanalisado como [ $v$ . . .]. (Larson, 1988, p. 348)

De acordo com Larson, essa reanálise permite que um predicado, que tenha um papel- $\theta$  interno para descarregar, realize a reconstrução sintática como uma categoria lexical complexa. Assim, considere um VP como o de (16a), cuja

grade- $\theta$  para [<sub>V</sub> **give to John**] contém um argumento interno cujo papel não tenha sido atribuído, conforme estrutura (17a); se a Reanálise de V', de (16a), não acontece, então o movimento de núcleo para núcleo ocorrerá como antes, com *give* se alçando para a posição [<sub>V</sub> e], produzindo *give everithing that he demanded to John*. Mas, se a reanálise se aplicar, temos como resultado (17b), e, então, o alçamento ocorre com todo o constituinte complexo *give to John*, produzindo (16a), conforme ilustra (18) abaixo. Em outras palavras, Larson precisa assumir que *give to him* é um V'' reanalizado como V, para que formem o complexo verbal [ V CI], e finalmente para que o CI possa subir juntamente com o verbo.

(18)



Como consequência da reanálise, o predicado complexo herda do verbo as propriedades de marcação de Caso; conseqüentemente, a marcação de Caso do objeto ocorre como antes.

A partir da descrição de sentenças dativas, realizada até aqui, Larson retoma a discussão sobre construções de duplo objeto e argumenta que assimetrias de domínio (domain asymmetries) e muitas outras propriedades dessa construção podem ser explicadas via proposta derivacional.

Segundo o autor, não se admitia uma possível relação transformacional entre as construções dativas e de duplo objeto na Teoria Padrão Extendida até os anos 1980; isto se devia, em parte, ao estatuto pouco claro de *dative shift* em teorias que abrangiam muitas operações gerais de movimento; e, em parte, ao fato de muitos autores acreditarem que a relação entre essas duas construções, DOCS e dativas, devesse ter um caráter mais lexical do que transformacional devido a algumas restrições impostas e também devido à falta de produtividade plena na relação entre dativas e duplo objeto (para mais discussões, ver Allerton, 1978; Dowty, 1978; Green 1974; Hawkins, 1981; Oeherle, 1976).

Contudo, apesar desses problemas, o autor argumenta que há razões claras para que se correlacionem transformacionalmente construções dativas e de duplo objeto: a primeira razão é porque, embora a relação entre essas duas construções mostre irregularidades no inglês, em outras línguas, se mostra bastante sistemática; especialmente, em línguas que apresentam as estruturas dativa e de duplo objeto que mostram uma relação altamente produtiva, sugestiva de uma relação derivacional; segundo o autor, isso favoreceria o argumento de que operações transformacionais semelhantes a *dative shift* devam, em princípio, estar disponíveis. Segunda razão, diante da forte relação que se mostra entre a estrutura das duas construções e atribuição temática, uma proposta derivacional para a relação entre construções oblíquas e de duplo objeto seria bastante desejável. Baker (1985), por exemplo, apresenta a seguinte hipótese:

### **Hipótese da Uniformidade de atribuição Temática**

“Relações temáticas idênticas são representadas por idênticas relações estruturais entre os itens no nível da DS” (estrutura profunda) (LARSON, 1900, p. 350).

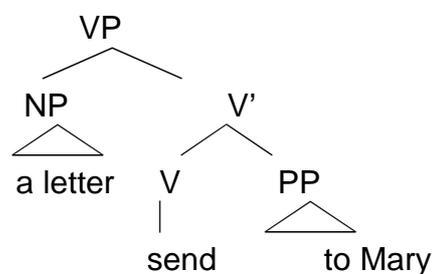
Larson diz que a proposta de Baker é atrativa em termos conceituais, pois estreita consideravelmente a classe de realizações iniciais de Estrutura Profunda de um dado conjunto de papéis- $\theta$ . Além disso, força virtualmente uma descrição derivacional para a relação entre dativas e duplo objeto, pCIs os papéis-  $\theta$  atribuídos nestas construções são idênticos.

Larson assume então que há relação transformacional entre essas duas construções, da mesma forma como ocorre entre estruturas passivas e ativas.

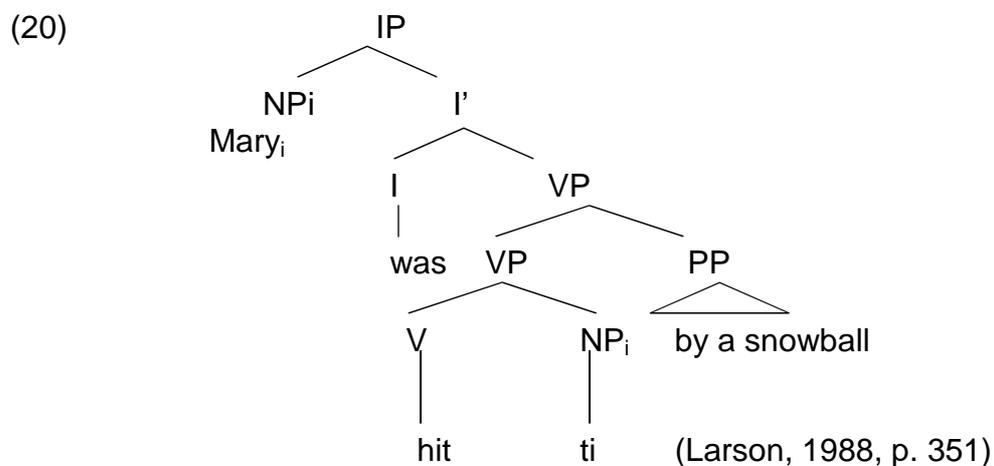
Na estrutura proposta para construções dativas, Larson indica que os NPs *a letter* e *Mary* do VP interno, estrutura representada em (19b), estão na relação sujeito e objeto; para reforçar o paralelo, Larson sugere que se admita que a preposição *to*, de (19b) tenha um estatuto de marcador de Caso (dativo), semelhante àquela que aparece em CI de línguas com rico sistema flexional.

(19) a. John sent a letter to Mary.

b.



O autor propõe que, nesse sentido, é possível admitir que as mesmas operações que se aplicam entre sujeito e objeto, podem ocorrer em estruturas como a de (19b), estrutura subjacente da estrutura de duplo objeto de (21b) adiante. Considere-se especialmente a possibilidade de formação de passiva no VP interno. De acordo com propostas familiares, como de Burzio (1986) e de Chomsky (1981), a derivação de passivas envolve dois efeitos centrais: “retirada” (withdrawal) de Caso da posição de objeto e supressão de atribuição de papel- $\theta$  da posição de sujeito; isso produz o movimento de NP para a posição de sujeito a papel- $\theta$  do sujeito suprimido é, opcionalmente, realizado por uma expressão adjunta, conforme estrutura (20), estrutura derivada de *A snowball hit Mary*.<sup>10</sup>



Larson propõe uma mudança de raciocínio: admita-se que, em vez de assumir que o papel- $\theta$  de sujeito seja suprimido em passivas, esse papel seja atribuído

<sup>10</sup> Aqui estou estritamente incorporando a discussão de Larson; lembrando que em (1988) ainda não se falava em ‘sujeito interno ao VP’, ou seja, argumento externo. Segundo a hipótese de sujeito interno a VP, formulada por Koopman e Sportiche (1991), sujeitos são gerados dentro de VP e depois movidos para uma posição estruturalmente mais alta.

de modo especial em configuração de adjunto, o que conduz à proposta da Democção do Argumento:

Democção do Argumento (AD daqui em diante):

Se  $\alpha$  é um papel- $\theta$  atribuído por  $X^i$ , então  $\alpha$  pode ser atribuído (até opcionalmente) a um adjunto de  $X^i$  (Larson, 1988, p. 352).

Para Larson, essa modificação não acarreta alterações na análise de (20); o sujeito de IP recebe seu papel- $\theta$  composicionalmente de V; conseqüentemente, quando o papel- $\theta$  do sujeito é demovido na construção passiva e é atribuído à expressão *by*, esta preposição aparece adjungida à VP.

O autor sugere que se empregue essa visão sobre construções passivas à construção com *send*, representada estruturalmente em (19b), considerando-se: primeiro, que assim como ocorre nas construções passivas em que há absorção de Caso Acusativo pelo morfema passivo, nas construções dativas vai haver absorção por parte do CI.

Segundo, o papel-  $\theta$  atribuído ao sujeito de VP (o complemento direto) seria demovido e esta posição perderia seu estatuto temático; o CD teria seu papel-  $\theta$  sendo atribuído em configuração de adjunto, de acordo com AD. Portanto, o CD é realizado como adjunto; o objeto indireto não tem Caso em sua posição “profunda”/interna, e a posição de sujeito VP é atemática e, por isso, vazia; então, o CI sofre movimento de NP para a posição de sujeito, conforme mostra (21a) abaixo. E o verbo *send* se alça para a posição de núcleo V vazia, onde pode atribuir Caso ao sujeito VP *Mary*, em (21b), produzindo (21c).

Queremos destacar aqui dois pontos que julgamos problemáticos na proposta de Larson. Primeiro, se o argumento valer para duplo objeto realmente, vemos uma diferença fundamental entre duplo objeto e sentenças dativas oblíquas, pois tentamos mostrar, nas nossas discussões, que a preposição também exerce uma papel fundamental na s-seleção juntamente com o verbo; logo, a preposição não parece ser apenas um marcador de Caso. Então, como pensar que a preposição perde essa função “temática”, (supostamente) que exerceria em construções dativas oblíquas, nas de duplo objeto, nas quais essa preposição é apagada ?

Em segundo lugar, quando Larson afirma acima que o objeto indireto não tem Caso em sua posição “profunda”/interna, e o DP/NP do CI sofre movimento de NP para a posição de sujeito de VP superior, posição onde receberá Caso do verbo que foi alçado para a posição de núcleo vazia; a questão a ser colocada é uma só: por que a preposição não marcou com Caso o CI quando ainda esta presente?

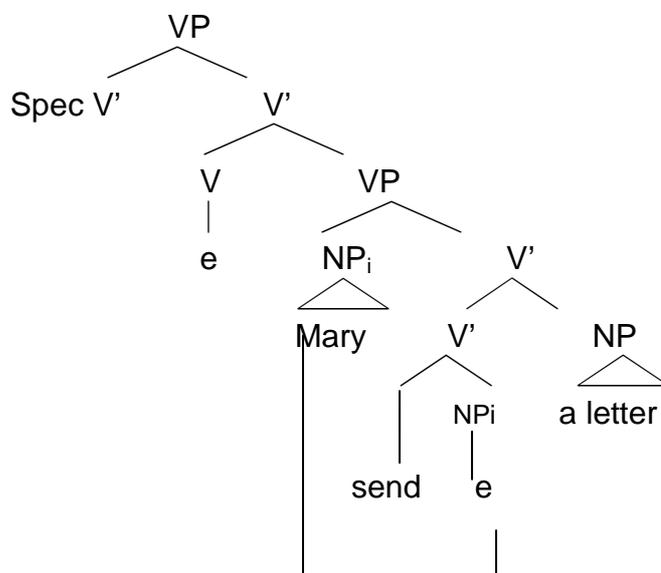
Larson afirma que, o VP inferior em (21a) é semelhante ao da representação da construção passiva em (20), já que, em ambos os casos, um objeto foi movido para a posição de sujeito e o objeto interno, *a snowball* e *a letter*, em (20) e (21a) - respectivamente-, assumiu o *status* de adjunto. Larson diz que, por conveniência, denomina de “Passiva” o movimento de NP, de (20), que promove um argumento para a posição de IP, e de *Dative Shift* o movimento de NP, que promove um argumento para a posição de sujeito de VP, como o de (21a).

Larson destaca a importância de se perceber que, embora a derivação que propôs para sentenças *Dative Shift* torne fundamental apelar para posições de

argumento interno que estão vazias na DS, essas posições não são livremente admitidas em sua descrição; a subcategorização de posições vazias é licenciada estritamente por detematização<sup>11</sup> de uma posição temática e, desse modo, a lógica basilar do Princípio de Projeção continua se aplicando, e as análises recusadas por esse princípio (tal como Alçamento do Objeto, que envolve uma posição atemática, posição de argumento interno vazia que não é produzida por demissão) permanecem excluídas.

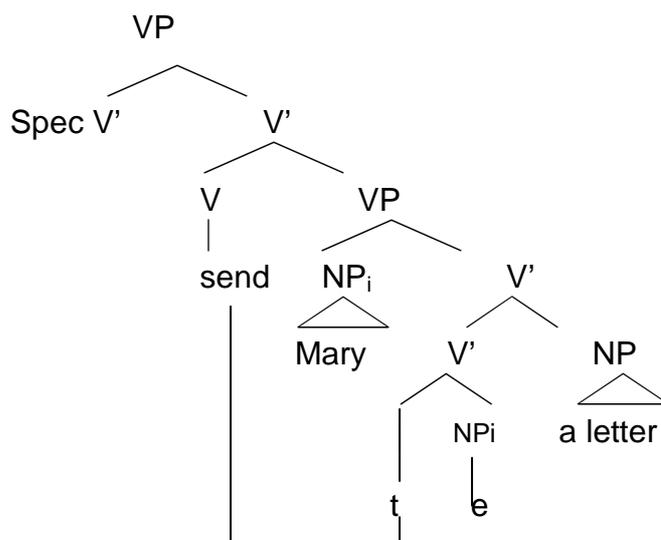
(21)

a.



<sup>11</sup> Detematização se daria pela perda do papel temático por alguma restrição, como por exemplo o morfema de particípio das passivas ou, no caso do Larson, com a concha VP.

b.



c. John sent Mary a letter.

A consequência dessa proposta, explica o autor, é que a estrutura de (21b) é capaz de explicar os dados apresentados por B&L através de c-comando. Adicionalmente, a análise é capaz de prever, de modo bastante claro, alguns fatos relativos à interação de construções de duplo objeto e de *heavy NP shift*.<sup>12</sup>

Mesmo sendo semelhantes os processos aplicados entre passivas e *Dative Shift*, argumenta o autor, há algumas diferenças no que diz respeito à correspondência entre a relação dativas-duplo objeto e passivas-*dative shift*, tais como: em construções passivas, o verbo é marcado com a marca morfológica de particípio *-en*, já em construções duplo objeto, o verbo manifesta-se na forma ativa usual; em passivas o sujeito lógico pode ser omitido, mas não em construções de duplo objeto; em passivas, o NP adjunto é marcado com Caso pela preposição *by*, já em construções de duplo objeto

<sup>12</sup> Para uma discussão mais aprofundada sobre o tema, veja-se Larson (1988, p. 354-356).

ambos os NPs são marcados por Caso acusativo; por fim, passivas são produtivas; as formações de duplo objeto têm produtividade restrita para a sua formação<sup>13</sup>.

Uma vez apontadas as diferenças, vamos concentrar a discussão sobre o que consideramos, na proposta de Larson, mais relevante para o nosso objeto de estudos, a atribuição de Caso.

As explanações para dar conta das diferenças de marcação de Caso partem de duas grandes questões: (i) Como Caso é atribuído em construções de duplo objeto? E (ii) Como resolver a dupla atribuição de Caso objetivo numa única configuração?

A explicação de Larson prossegue do seguinte modo: para a questão posta em (i) ao se assumir que em (17) o  $V'$  é reanalisado como  $V$ , visto que ainda tem um papel- $\theta$  não atribuído, que corresponderia ao CD (tema), então, *a letter*, na posição canônica de CD, exemplo (44a), *John sent a letter to Mary*, receberia Caso objetivo. No tocante à questão (ii), Larson sugere que em construções de duplo objeto os Casos objetivos, estrutural e inerente separam-se e são atribuídos a argumentos distintos. Estes dois Casos seriam atribuídos aos NPs sob as mesmas condições, a saber, regência e adjacência, o que distingue as duas possibilidades é o fato de o inerente, devido a propriedades lexicais do verbo, ser atribuído ao argumento interno superior (mais alto na estrutura) e o estrutural ser atribuído sob regência.

E ainda, conforme colocamos anteriormente, por que o DP não é marcado com Caso pelo PP antes de ser alçado? Na verdade essa é uma das questões que discutiremos na no curso de nossa pesquisa.

---

<sup>13</sup> Por “produtividade” Larson está tomando o fato de que todo verbo transitivo pode fazer passiva, mas nem todo verbo triargumental faz duplo objeto.

A terceira diferença diz respeito à produtividade, que é alta em construções dativas e baixa em duplo objeto.

(22) a. John donated the money to charity.

‘John doou o dinheiro para caridade’

\*John donated charity the money.

\*‘John doou caridade o dinheiro’.

b. The judge spared John the ordeal.

‘O juiz poupou John da provação’.

\*The judge spared the ordeal to John.

\*‘O juiz poupou a provação para John’.<sup>14</sup>

Segundo Larson, as impossibilidades de alternância dativa/duplo objeto, exemplificadas em (22), mostram que a alternância não é totalmente produtiva no inglês; o mesmo comportamento pode ser observado em outros verbos como *distribute*, similar a *donate*, que aparecem em construções dativas oblíquas, mas não têm contraparte duplo objeto; e em verbos como *envy*, que similarmente a *spared*, participa de construções duplo objeto, mas é agramatical em sentenças que tem um “argumento” fonte marcado com Caso oblíquo. Portanto, os dados de (22) lançam dúvidas sobre a proposta derivacional que relaciona construções dativas e de duplo objeto. Para dar

---

<sup>14</sup> Como esses exemplos mostram, nem todos os ALV participam dessas construções DOC. Esse ponto precisa de maior investigação, pois coloca um problema para a análise apresentada nesta tese. Uma possibilidade a ser considerada é que isso se deva a propriedades lexicais de alguns verbos do tipo ALV. Deixaremos este ponto em aberto no momento, para pesquisa futura.

conta de explicar esses fatos, mantendo a proposta derivacional, Larson faz uma análise da preposição *to*.

Segundo o autor, num VP como *send a letter to Mary* a preposição *to* funciona como marcadora de Caso, assim como ocorre em construções passivas. No entanto, formações com as de (23) precisam ser explicadas, pois as preposições que aparecem nestas sentenças têm conteúdo semântico.

(23) a. Klaus flew his dirigible **to Helgoland**.

‘Klaus voou o seu dirigível para Helgoland.’

b. Oscar bowed **to the queen**.

‘Oscar se curvou para a rainha’.

Os PPs em destaque não são selecionados pelo verbo, e as preposições que encabeçam esses sintagmas prestam enorme contribuição semântica, já que especificam “ um alvo de locomoção ao longo de uma trajetória”. A relação nocional entre esses casos de (23) e as ocorrências da preposição *to* em sentenças dativas é evidente; porém, *to* não aparece como mero Caso em (23), argumenta o autor, já que atribui papel temático ao NP. Diante desses fatos a pergunta que Larson (1988, p. 370) se coloca é: “como manter a análise de *Dative Shift* e ainda preservar a identidade intuitiva de *to* entre seus vários usos?”.

Para responder a essa questão, o autor sugere que a preposição *to* terá sempre conteúdo semântico, ou seja, nunca é mero marcador de Caso, mas em determinados contextos (como em V's encabeçados por verbos que permitem *dative shift* a contribuição gramatical reduzir-se-ia à marcação de

Caso.<sup>15</sup> A consequência disso, é que serão necessárias algumas assunções como: postular que *to* é uma preposição independente no inglês que possui seu próprio papel- $\theta$  para atribuir e também é necessário assumir que certos verbos têm a capacidade de selecionar CI, mas não podem atribuir Caso a esse CI. Essa segunda assunção diz, então, que um V' que contenha um verbo dativo e um CI  $\alpha$  será bem formado apenas se um atribuidor de Caso independente como *to* aparecer: [V' V [PP *to*  $\alpha$  ]]. A consequência de uma proposta como essa é a redundância de atribuição de papel- $\theta$ .

Para tornar clara a discussão, vamos usar o exemplo de *give*; esse verbo tem dois papéis- $\theta$  para atribuir ao CI, a saber, um beneficiário e outro *Alvo de locomoção ao longo de uma trajetória*, e a preposição *to* tem também; V e P devem atribuir o papel- $\theta$  em  $\alpha$ , estando o papel- $\theta$  *Alvo de locomoção* disponível para atribuição tanto em V quanto em P, a contribuição semântica de P torna-se redundante; por essa razão, Larson propõe que a preposição *to* tenha, em construções que envolvem *give*, *send* e assim por diante, sua função reduzida a marcador de Caso ao NP que encabeça o PP CI “Embora a preposição não seja, exatamente, sem conteúdo semântico, esse conteúdo é completamente recuperável pelo contexto sintático local - especificamente, pelo verbo com o qual ela coocorre” (Larson, p. 370).

Assim, Larson (1988, p. 370) assume que, em tal situação, “PASSIVA pode absorver *to* como um marcador de Caso, gerando *Dative Shift* de modo bem usual”.

Segundo Larson, essa visão de atribuição de Caso e papel- $\theta$  em V' abre uma nova possibilidade para analisar verbos que aparecem em construções

---

<sup>15</sup> Essa é na verdade a clássica discussão sobre a distinção entre preposições lexicais e funcionais.

dativas, mas não aceitam *Dative Shift*, como *contribute*, *distribute* e ainda *donate*. Veja as construções com esses verbos abaixo.

(24) a. I donated money to charity.

\*I donated charity money.

b. I distributed apples to the children.

‘Eu distribuí maçãs para as crianças’.

\*I distributed the children apples.

c. I contributed my time to the auction.

‘Eu contribuí (com) meu tempo para o leilão.’

\*I contributed the auction my time.

Conforme se pode perceber em (24), há uma violação de recuperabilidade do elemento apagado, ou seja, o segundo membro de cada um desses pares viola recuperabilidade. A análise sobre o porquê de verbos não permitirem *Dative shift*, porque eles não especificam conteúdo da preposição *to* nas suas propriedades temáticas, parece ser sustentada com base na evidência do comportamento de algumas construções verbo-partícula, como *give away* e *give out*, observadas por Green (1974); essas expressões apresentam o verbo *give* que permite *Dative Shift* com uma “partícula advérbio- direcional” que indique movimento centrífugo (nomenclatura empregada pelo autor).

Larson argumenta que a sobreposição do último componente ( *away* e *out*) sobre o sentido de *give* origina uma expressão verbal (um *phrasal verb*) que preserva a noção de beneficiário da sua raiz, porém, intuitivamente implica

apenas transferência de posse de uma fonte, e não a transferência de posse em direção a um Alvo; então, segundo a descrição de Larson, espera-se que essas combinações verbo-partícula sejam somente compatíveis com *to* e, por isso, não permitem *Dative Shift*. Isso parece ser correto, ao olhar para os dados em (25), em que o comportamento de compostos verbo-partícula parecem confirmar que a capacidade de sofrer *Dative Shift* depende crucialmente do conteúdo direcional do papel- $\theta$  atribuído ao CI; quando a preposição *to* não especifica esse conteúdo ou ainda quando esse conteúdo é realçado por um elemento adverbial direcional, *Dative Shift* não ocorre.

(25) a. I gave away money to charity.

\*I gave away charity money./\* I gave charity away money.

b. I gave out apples to the children.

\*I gave out the children apples./\*I gave the children out apples.

Em suma, os verbos que proíbem *Dative Shift* seriam os que não incluem o conteúdo direcional na sua grade temática ou aqueles cujo conteúdo é exacerbadamente realçado por um elemento adverbial direcional. Para Larson, essa proposta de que *Dative Shift* ocorre com mais liberdade sobre recuperabilidade também pode sugerir uma proposta simples para a produtividade de duplo objeto em outras línguas. Em inglês, por exemplo, a alternância dativa não é permitida com instrumental ou expressões locativas, provavelmente porque o conteúdo preposicional relevante não seja recuperável por V:

(26) a. I cut the salami with a knife.

\*I cut a knife the salami.

b. John left his books on the sofa.

\*John left sofa his books.

Retomemos agora o outro caso de (22), nomeadamente (22b), repetido abaixo como (27), em que a alternância dativo/duplo objeto não é possível, relembando a situação anterior na qual um  $V'$  que contém um verbo com três argumentos e o CI  $\alpha$  : [ $V' V \alpha$ ]; uma vez que  $V$  não pode atribuir Caso a  $\alpha$  , uma preposição compatível deve ocorrer para salvar a estrutura. Agora suponhamos que a gramática não contenha nenhuma preposição compatível com os papéis atribuídos por  $V$  para  $\alpha$  , então  $\alpha$  não receberá Caso.

(27) The judge spared John the ordeal.

\*The judge spared the ordeal to John.

Diante da situação, Larson propõe tratar “a formação obrigatória de duplo objeto como um caso de inacusatividade, no qual os verbos relevantes são tematicamente incompatíveis com qualquer atribuidor de Caso potencial, o que força o terceiro argumento a se mover” (Larson, 1988, p. 375). O que Larson pretende com essa proposta é dar conta das seguintes questões: quais verbos permitem duplo objeto? O que há de comum entre eles?

A proposta é elucidada pelo caso do verbo *spared*, da construção (27), o qual é dotado de uma interessante propriedade semântica, a saber, o argumento CI nocional que, embora seja um beneficiário, não pode ser um

alvo. Em *The judge spared John the ordeal*, *John* é beneficiado pela ação do juiz; porém esse benefício é recebido porque *the ordeal* (provação; constrangimento) não alcança *John*, ou seja, O juiz poupa o João do constrangimento/provação; portanto, *to* é incompatível com o papel- $\theta$  que o NP do CI recebe do verbo *spare*; outras preposições potenciais também não estão disponíveis; veja que embora o CI de *spare* não seja nocionalmente um alvo ou uma fonte, em *The judge spared John the ordeal*, *the ordeal*, não tem origem em *John*, portanto, o verbo *spare* não aceita a preposição *from*. Então, dado o fato de o verbo *spare* não permitir atribuição de Caso para o seu CI, de acordo com a generalização de Búrzio, ele não atribui nenhum papel- $\theta$  ao sujeito. Em consequência disso, o terceiro argumento do verbo *spare* deve sofrer movimento de NP.

Larson chama atenção para o fato de que embora *Dative Shift* seja possível no inglês e em diferentes línguas germânicas, como no holandês e no dinamarquês, (28a,b), no francês e no espanhol, exemplos em (29), e em outras línguas românicas tal fenômeno não ocorre:

(28) Holandês

- a. i. Zij gaf het boek na de man.  
She gave the book to the man.
- ii. Zij gaf de man het boek.  
She gave the man the book

Dinamarquês (HERSLUND, 1986, *apud* LARSON, 1988, p. 379)

- b. i. Han sendt bolmster

he sent flowers to his secretary.

ii. Han sendt sin sekretaer blomster.

He sent his secretary flowers.

(29) Francês (KAYNE, 1983a *apud* LARSON, 1988, p. 379)

a. i. Jean a donné un livre à Marie.

John has given a book to Mary.

ii. \*Jean a donné Marie un livre.

John has given Mary a book

Espanhol

b. i. Juan dio un libro a Maria.

John gave a book to Mary.

ii. \*Juan dio Maria un libro.

John give Mary a book.

Já que nessa discussão Larson assume que construções de duplo objeto são análogas a passivas e que línguas românicas possuem formações passivas (*Ces lettres ont été écrites par mon frère* “Estas cartas foram escritas pelo o meu irmão”), o autor se coloca uma pergunta: por que *Dative Shift* não é possível em línguas românicas?

A resposta para essa questão é dada a partir da proposta de Kayne (1981) que responde o porquê de o fenômeno *preposition stranding* estar disponível no inglês e não em outras línguas, incluindo francês e espanhol. Segundo advoga Kayne, a propriedade básica do inglês que licencia

*preposition stranding* é que as preposições dessa língua atribuem Caso Objetivo, o que possibilita que as preposições dessa língua sejam reanalisadas tematicamente como verbo quando o objeto preposicional é extraído, o qual por sua vez possibilita que o vestígio seja licenciado de acordo com o Princípio das Categorias Vazias (ECP). Em línguas como o francês e o espanhol, nas quais as preposições atribuem Caso Oblíquo, a reanálise é bloqueada devido ao Caso entre V (ser um atribuidor de Caso Objetivo) e P (ser um atribuidor de Caso oblíquo) ser diferente; daí a violação de ECP sempre que um objeto preposicional é extraído<sup>16</sup>.

A vantagem de se adotar a proposta de Kayne (1981), argumenta Larson, é que ela pode responder a duas questões imediatas: primeira, a formação de duplo objeto em inglês ( e em línguas como holandês e dinamarquês) não implica supressão do Caso Oblíquo (Dativo) ; o Caso atribuído pela preposição *to* será Objetivo, por isso a absorção dele será paralela à absorção de Caso Objetivo feita na tal transformação PASSIVA; e assim, as diferenças translinguísticas, no que concerne à disponibilidade de *Dative Shift*, serão permitidas. Admitindo que Caso Oblíquo não possa ser suprimido, *Dative Shift* será possível apenas quando a preposição *to* (ou seu equivalente) for um atribuidor de Caso Objetivo. Em suma, *Dative Shift* é impossível em línguas como francês, italiano, e espanhol, que têm disponível Caso Oblíquo atribuído por P, mas é possível em línguas em que *preposition stranding* pode ocorrer como inglês, holandês e dinamarquês.

---

<sup>16</sup> Como ilustração, veja o par de exemplos do inglês e do PB: I know the girl you talked to vs. \*Eu conheço a garota que você falou com.

Larson levanta algumas questões: de onde vêm tais estruturas? Como elas são projetadas? A argumentação envolvendo uma versão da Teoria X-barra operando em conjunto com princípios de mapeamento de relações temáticas sobre a estrutura sintática, que vem na seqüência, representa uma tentativa de responder a essas duas questões.

Para dar conta das estruturas dativas e de duplo objeto, Larson propõe alterações na estrutura X-barra, representada em (30).

- (30) a.  $XP \rightarrow \text{Spec}X' X'$   
b.  $X' \rightarrow X YP^*$

X pode ser qualquer categoria (N, V ou outra), X' é a posição de especificador de XP, e inclui determinantes e especificadores; YP\* representa uma seqüência finita de complementos do núcleo X (possivelmente nula). Segundo Larson, o esquema em (30) assume visões tradicionais, a saber, a existência de duas assimetrias entre sujeito e complemento; uma delas em que núcleo e complemento formam um complexo que exclui o sujeito; a outra, numérica,<sup>17</sup> na qual se permitiriam vários complementos, conforme indica a presença do asterisco na estrutura, mas XP pode ter apenas um sujeito. Larson salienta que essas duas propriedades representam uma hipótese empírica sobre como as línguas naturais estabelecem as relações entre os predicados e os seus argumentos.

---

<sup>17</sup> O termo utilizado por Larson (1988, p. 381) é numerical asymmetry.

O autor propõe que se considere a eliminação de uma das duas assimetrias sujeito-complemento, discutidas acima, em especial levando em conta uma alteração do esquema X-Barra, esboçado em (31).

- (31) a.  $XP \rightarrow \text{Spec}X' X'$   
b.  $X' \rightarrow X YP$

Diferente do que acontece com as regras propostas em (30), as de (31) eliminam a assimetria numérica entre sujeitos e complementos; (31b) diz que do mesmo modo que só pode ter um sujeito por projeção máxima, também só pode haver um complemento; isto implica dizer que as línguas naturais distinguem apenas um tipo de relação fundamental, a saber, a transitiva.

Em suma, com o intuito de acabar com a assimetria numérica, Larson propõe o que se denomina a hipótese *Single Complement* (Hipótese do Complemento único), segundo a qual a transitividade envolveria uma relação entre dois argumentos, nomeadamente, um sujeito e um objeto. Sobre esta Hipótese do Complemento Único, o autor acrescenta dois princípios: o primeiro diz respeito ao domínio sobre o qual os argumentos de um predicado são realizados, impondo uma relação estreita entre estrutura temática e categorial:

P1: Se  $\alpha$  é um predicado e  $\beta$  é um argumento de  $\alpha$ , então  $\beta$  deve ser realizado dentro de uma projeção encabeçada por  $\alpha$ . (LARSON, 1988, p. 382)

No que tange ao outro princípio, este estabelece que a atribuição- $\theta$ , assume a hierarquia descrita em (32).

## (32) Hierarquia Temática

Agente> Tema>Alvo>Oblíquos (modo, localização, tempo...)

Assim, os papéis- $\theta$  atribuídos pelo verbo são ligados aos argumentos seguindo-se o princípio P2 que diz:

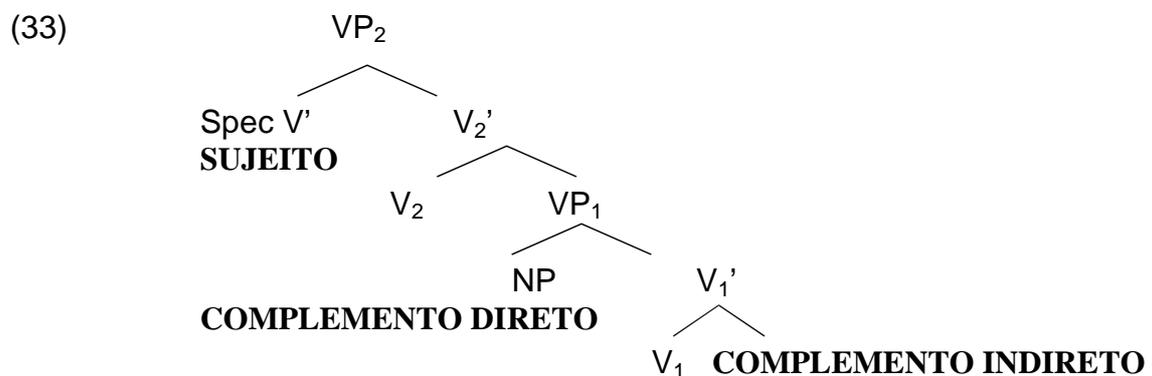
P2: se um verbo  $\alpha$  determina papéis-  $\theta$   $\theta_1$   $\theta_2$ ...  $\theta_n$ , então o papel mais baixo na hierarquia é atribuído ao argumento mais baixo na estrutura do constituinte, o seguinte mais baixo ao argumento mais baixo e assim por diante. (Larson, 1988, p. 382)

Larson assume uma interpretação da Teoria Temática segundo a qual se um predicado  $\alpha$  determina  $n$  papéis- $\theta$ , isso o capacita a determinar também  $n$  posições argumentais, ou seja, se os seus papéis são de fato atribuídos àquelas posições ou não. Em outros termos, para Larson papel temático e estrutura sintática estabelecem uma relação estrita.

### 1.4 VP Shell e o PM

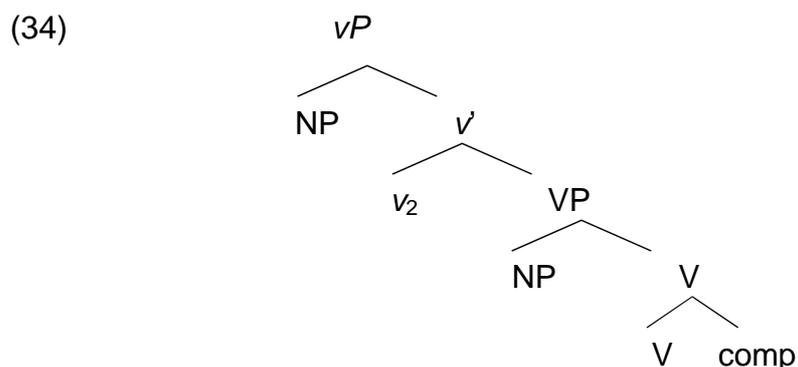
No PM, Chomsky (1995; 1998; 1999) segue a proposta de Larson (1988), no tocante à existência de uma concha VP na configuração sintática, ou seja, um VP superior cujo núcleo seria o responsável pela agentividade. A dupla camada VP mantém a estrutura binária essencial do ponto de vista teórico e, por sua

vez, permite que o agente seja gerado numa posição superior ao primeiro VP<sub>1</sub>, a projeção que estabelece a ligação entre o verbo e o complemento direto (CD) e outros complementos. O primeiro estudo a trabalhar com essa proposta foi o de Hale & Keyser (1993), em que mostraram que o Spec de VP superior (VP<sub>2</sub>) é a posição temática do argumento externo, conforme ilustra a estrutura em (33):



Essa é a estrutura que sintetiza a proposta por Larson, que apresentamos acima.

Chomsky propõe para o complexo verbal de um predicado transitivo, ao invés das camadas verbais múltiplas, propostas acima, uma configuração que consiste numa projeção lexical (VP) e outra funcional (*vP*):



Essa alteração na estrutura sintática de uma sentença possibilita manter as conquistas teóricas obtidas pela hipótese da VP *Shell* e é capaz de dar conta das novas exigências do PM, no tocante à checagem de traços. O núcleo da categoria funcional *vP* apresenta uma dupla função; do ponto de vista estrutural, legitima o agente da sentença graças à atribuição configuracional de papel- $\theta$  proposta por Hale & Keyser (1993); do ponto de vista funcional, é capaz de checar o traço de Caso acusativo do complemento<sup>18</sup>. Assim, para Chomsky, a configuração *v-VP* expressa uma função causativa ou agentiva do argumento externo. Segundo ele, seria então natural realizar o mesmo raciocínio às construções formadas com verbos transitivos. De acordo com Chomsky, uma análise nesses moldes exige que não haja a interveniência de nenhum AgrP entre o *v* leve e o seu complemento VP.

A partir de Chomsky (1998), *v* possui um traço de Caso e sonda seu complemento procurando por um alvo com traço de Caso [u] para ser valorado; adicionalmente, *v* dotado de um traço EPP recebe o verbo, que é alçado para essa posição a fim de valorar traço EPP de *v*.

É, portanto, sobre essas bases que o presente estudo se desenvolve: uma análise minimalista dos complementos indiretos dos verbos triargumentais.

## 1.5 Síntese do Capítulo

---

<sup>18</sup> Essa função era desempenhada em modelo anterior por AgrP.

Apresentemos neste capítulo os pontos centrais do quadro teórico do Programa Minimalista (PM). Enfatizamos prioritariamente as questões relativas à valoração do traço de Caso desde o modelo de (1995) até o de (1999) e de atribuição de papel-  $\theta$ . Adicionalmente, apresentamos a proposta da concha VP de Larson (1988), estrutura que serviu de base para as propostas de Chomsky (1995; 1998; 1999; 2001), e na qual nos respaldaremos para nossa proposta de estrutura das construções triargumentais no português brasileiro.

# **CAPÍTULO II**

---

## **Papel temático e Propriedade das preposições**

### **2 Considerações iniciais**

Neste capítulo, discutiremos como ocorre a atribuição de papel- $\theta$  nos CIs. Como se trata de complementos indiretos, a ênfase nas discussões será sobre o comportamento das preposições. Para tal abordagem, tomaremos por base o estudo de Littlefield (2006) que desenvolve um amplo estudo sobre o domínio preposicional. Nossa argumentação tem como objetivo estabelecer a distinção entre os CIs beneficiário, alvo ou fonte e os CIs locativos. A hipótese norteadora dessa discussão é: se, de fato, pudermos distinguir entre essas duas construções triargumentais, ou seja, beneficiário, alvo e fonte, de um lado, e locativos, de outro, é a influência da preposição o fator determinante nas diferentes relações do CI com o verbo que o seleciona. Assim, sugerimos que a preposição que encabeça o CI locativo tem um estatuto ligeiramente distinto de preposições que encabeçam os demais CIs.

#### **2.1 Papel temático e as preposições**

Chomsky (1981) baseando-se em Stowell (1981) assume que além das informações categorial e de subcategorização, as entradas lexicais contêm informações temáticas (uma grade temática). Essa informação estaria representada conforme ilustrado em (1), de Chomsky (1981):

- (1) *drink* V, {Agente, Tema}                    [\_\_ (SN “líquido”)]  
*put* V, {Agente, Tema, Meta}                [\_\_SN “objeto”, SP “localização” ]

A estrutura temática seria responsável por fornecer a informação sobre o número de argumentos que um predicado seleciona e sobre a natureza semântica dos argumentos, isto é, o papel-  $\theta$  que recebem os argumentos (se tema, agente, etc.). Quanto ao número de argumentos, os verbos podem selecionar um argumento, (2a-b); dois, (2c); três (2d); e, segundo autores como Pérez e Moyá (1995) e ainda Raposo (1992), até quatro argumentos, conforme (2e) ilustra:

- (2) a. Maria chorou.  
b. Maria caiu.  
c. Maria comeu o bolo.  
d. Maria deu um doce para o menino.  
e. Maria vendeu um carro para o vizinho por 30 reais.(Pérez e Moyá)  
e'.Luís atirou a bola do jardim para a rua. (Raposo, 1992, p.275)

Para Chomsky (1981), a assunção de que há informação temática na entrada lexical dos verbos está ancorada à idéia de que noções tais como *agente, tema, alvo, etc.*, desempenham um papel crucial na interpretação das estruturas sintáticas em LF (*Logical Form*). Os papéis- $\theta$  seriam atribuídos em consonância com o Critério- $\theta$  que diz que: (i) a cada argumento se atribui somente um papel- $\theta$  e (ii) cada papel- $\theta$  deve ser atribuído a apenas um argumento. São os rótulos - agente, tema, alvo, etc.- que permitem aos argumentos serem rastreados na derivação.

No entanto, o Critério temático, tal como formulado, não dava conta de construções de predicação secundária, conforme ilustrado em (3):

(3) Maria partiu cansada.

Veja que em (3), *Maria* recebe dois papéis- $\theta$ : um papel- $\theta$  proveniente de *partir* e um de *cansada*. A saída encontrada por Chomsky (1986) para solucionar o problema de predicação secundária foi reformular o Critério- $\theta$  como uma propriedade de cadeias.

(4) Condição sobre Cadeias

Se  $C = (\alpha_1, \dots, \alpha_n)$  é uma CADEIA máxima, então  $\alpha_n$  ocupa uma única posição- $\theta$  e  $\alpha_1$  é uma única posição marcada com Caso. (Rodrigues, 2004, p.127 tradução nossa)

De acordo com a Condição de Cadeias, ilustrada em (4), um argumento pode receber mais que um papel- $\theta$  desde que não haja movimento em posição-  $\theta$ <sup>19</sup>.

Adicionalmente, os papéis- $\theta$  têm função importante na projeção dos itens lexicais do léxico para a sintaxe. Graças a esse mapeamento do léxico para sintaxe é que se atribui, por meio do Princípio de Projeção<sup>20</sup>, uma representação sintática à representação semântica, ilustrada em (1); isso ocorre em consonância com princípios mais gerais como UTAH de Baker (1985; 1996; 1998):

#### (5) Hipótese de Uniformidade de Atribuição Temática

Relações Temáticas idênticas entre os itens são representadas por relações estruturais idênticas entre esses itens no nível da estrutura profunda. Baker (1996, p.2. tradução nossa)

Essa hipótese, de formulação bastante rígida, exige identidade entre papéis semânticos e padrões estruturais. Para tornar mais claro o ponto, a UTAH prediz uma espécie de projeção canônica dos papéis- $\theta$  nas posições sintáticas na DS, as quais serão modificadas em função dos movimentos que se realizam na SS.

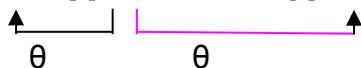
Em Chomsky (1981), as categorias gramaticais, capazes de selecionar semanticamente os argumentos, a saber, os predicados, podem ser visualizadas em (6):

---

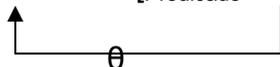
<sup>19</sup> Para discussão mais detalhada, ver Rodrigues (2004).

<sup>20</sup> O Princípio de Projeção estabelece que a informação-  $\theta$  de um núcleo lexical deve ser preservada em todos os níveis de representação DS, SS e LF.

(6) a. [Maria] [<sub>Predicado</sub>comeu] [o bolo.]



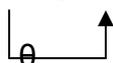
b. O João está [<sub>Predicado</sub>feliz].



c. O [ autor] do livro. (Raposo, 1992, p.278)



d. Maria viajou [para] Curitiba.



Vimos em (6) que as categorias com capacidade de seleção semântica são: verbos, (6a); adjetivos, (6b); nomes, (6c); e preposições, como em (6d).

Há um número restrito de funções-  $\theta$  a serem atribuídas; esses papéis-  $\theta$  foram estabelecidos inicialmente por Fillmore (1968) e Jackendoff (1972). Jackendoff (1972) estabelece como função principal a de *tema* (ou paciente); os demais papéis são: *locativo*, *fonte*, *alvo* e *agente*.

(7) a. O João chegou a Lisboa.

b. A Joana entregou a carta ao Luís.

c. O João pôs o livro na mesa.

Em (7a) o DP *João* recebe o papel-  $\theta$  *tema*; o DP *Lisboa*, o papel-  $\theta$  *locativo*; em (7b), o DP *Joana* recebe o papel-  $\theta$  *fonte*; o DP *carta*, o papel-  $\theta$  *tema*; e o DP *Luís*, o papel-  $\theta$  *alvo*; em (7c), o DP *João* é marcado tematicamente como *agente*; o DP *livro*, como *tema*; e o DP *mesa*, como *locativo*. A justificativa para que *mesa* receba papel-  $\theta$  *locativo* e não *alvo* é uma só, segundo Raposo (1992, p.281), “porque embora o verbo **pôr** implique movimento físico, não envolve uma relação intencional de direcionalidade”. Desse modo, explica o autor, a sentença em (8a) é impossível, ao contrário de (8b), com o verbo *atirar*, que implica a noção de direcionalidade:

- (8) a. \*O Luís pôs o livro da secretária para a mesa.  
b. O Luís atirou o livro da secretária para a mesa.  
c. \*O Luís atirou o livro na mesa.

Veja que para Raposo, a sentença em (8c) é impossível, pois segundo ele, verbos que indicam direção como *atirar* selecionam apenas argumentos *fonte* e *alvo*, em que os núcleos são, respectivamente, as preposições *de* e *para*, “**e não aceitam argumentos com a preposição em**” (Raposo, 1992, p. 282 grifo nosso). Mas veja que isso não é necessariamente verdadeiro, pois não há problema algum na aceitação da sentença (8c) como legítima, ao menos no PB. Na verdade, tratar de PPs locativos é estar sempre em terreno nebuloso, como veremos nas discussões das próximas seções, no entanto, um terreno fértil para pesquisa. E aqui nos interessa, sobretudo, o papel que desempenha a preposição que encabeça o DP complemento dos verbos triargumentais.

Retornando à discussão dos papéis-  $\theta$ , é válido lembrar que a organização da sintaxe, ou seja, quem está na posição de sujeito, complemento ou adjunto será determinada pela hierarquia entre os papéis temáticos. Segundo Hale & Keyser (1993, p.64) “os papéis-  $\theta$  são atribuídos de um modo correspondente a uma organização hierárquica dentro da qual determinados argumentos (associados a papéis-  $\theta$  ) estão mais ‘altos’ que outros”. Essa é a idéia proposta por diferentes estudos na literatura, entre esses ensejamos citar alguns mais difundidos:

a) Jackendoff (1972):

➤ Agent> Location /Source/Goal>Theme

b) Foley e Van Valin (1984):

➤ Agent> Effector>Locative>Theme>Patient

c) Bresnan e Kanerva (1989):

➤ Agent>Beneficiary>Experiencer >Instrument>Theme/Patient>Locative

d) Grimshaw (1990)

➤ Agent>(Experiencer>(Goal/Source/Location>(Theme)))

e) Larson (1988):

➤ Agent > Theme > Goal > Obliques (modo, localização, tempo...)

Para explicitar de forma mais detalhada a idéia de hierarquia, podemos nos remeter a Larson (1988). Segundo o autor, se um verbo  $\alpha$  determina os papéis- $\theta$   $\theta_1, \theta_2, \dots, \theta_n$ , então o papel- $\theta$  mais baixo da Hierarquia Temática é atribuído ao argumento mais baixo na estrutura, o próximo papel- $\theta$  mais baixo é atribuído ao próximo argumento mais baixo e assim por diante.

Conforme percebemos acima, as propostas de hierarquia são diferentes entre si. Mas vale lembrar que, embora haja uma discordância sobre o arranjo hierárquico exato, conforme lembram Hale & Keyser (1993), especialmente nas extensões medianas e mais baixas, os resultados das investigações cuidadosas e detalhadas são notavelmente convergentes. Assim, segundo esses autores, assumindo a hierarquia correta, as correlações são universais, isto é, elas se conformam com a UTAH de Baker (1988), apresentada em (5).

Cumprir notar que a idéia de hierarquia continua tão viva como nunca em Chomsky (1995-2000), assim como a idéia de atribuição de papel- $\theta$  configuracional. Segundo Chomsky (1995), as funções- $\theta$  não são reduzidas a traços formais, nem tampouco são atribuídas no domínio de checagem, mas no domínio interno. A teoria- $\theta$  é complementar a de checagem, segundo Chomsky (1995, p.425), isso é expresso “em parte como uma generalização descritiva na Condição sobre Cadeias: na Cadeia  $CH = (\alpha_1 \dots \alpha_n)$ ,  $\alpha_n$  recebe uma função- $\theta$  e  $\alpha_1$  participa de uma relação de checagem”. Segundo Chomsky, somente  $\alpha_n$  pode atribuir uma função- $\theta$ , assim, apenas a posição de base pode receber ou atribuir uma função- $\theta$ . Se a relação- $\theta$  é uma propriedade de base, quando um elemento é movido, ele não pode receber ou atribuir uma função- $\theta$ . Em suma, papéis- $\theta$  são atribuídos no primeiro *merge* dos elementos, complementarmente à checagem que é, em Chomsky (1995), uma propriedade

do movimento<sup>21</sup>. Também se mantêm os elementos lexicais com suas propriedades de atribuição. Vimos em (6) que as categorias capazes de atribuir papéis-  $\theta$  são verbos, adjetivos, nomes e preposições. Sobre essa última categoria, discutiremos, nas próximas seções, seu status [ $\pm$  Lexical], isto é, a sua capacidade de selecionar ou não um argumento, em especial em construções triargumentais.

## 2.2 Propriedades preposicionais

Nesta seção, exploraremos algumas propriedades da preposição no que concerne ao papel que desempenha na teoria temática com foco sobre sua função nas construções bitransitivas. Argumentaremos aqui em favor da distinção entre os verbos bitransitivos que selecionam um CI Beneficiário e Dativo de verbos que selecionam um CI locativo. Nesse sentido, a hipótese norteadora dessa abordagem é: se, de fato, pudermos distinguir entre essas duas construções bitransitivas, é a influência da preposição o fator determinante nas diferentes relações do CI com o verbo que o seleciona.

Acreditamos que a preposição que encabeça o CI locativo tem um estatuto ligeiramente distinto das que encabeçam os demais CIs. Apostamos na natureza dupla de preposições “em”, isto é, essas preposições teriam traços positivos tanto para o traço lexical quanto para o traço funcional: [+ Lexical]

---

<sup>21</sup> A idéia de complementariedade entre checagem e atribuição- $\theta$  não é mais relevante nos trabalhos subseqüentes (Chomsky, 1999; 2001), já que a valoração dos traços não é necessariamente uma propriedade de movimento.

[+Funcional], o que as caracteriza como uma preposição semilexical nos termos de Littlefield (2006), que defende a existência dessa categoria.

As línguas dispõem de diferentes tipos de palavras e morfemas que podem contribuir para o sentido na sentença ou desempenhar um papel nas relações gramaticais. Se se enquadram no primeiro tipo são denominados categorias lexicais, se no segundo, são chamados de categorias funcionais.

Conforme reconhece Littlefield (2006), parece que a propriedade mais utilizada para diferenciar categorias lexicais de funcionais é o conteúdo semântico que possuem as primeiras. Os itens lexicais são responsáveis por prover o conteúdo referencial da sentença e, portanto, seriam os portadores principais do sentido da sentença. Dito de outro modo, esses itens fornecem informações sobre eventos, como é o caso dos verbos; sobre coisas, os nomes; atributos, os adjetivos e advérbios não-preposicionais; e sobre localizações ou trajetórias, as preposições (Littlefield, 2006). Por outro lado, os itens funcionais contribuem com um conteúdo não-conceitual que relaciona informações sobre tempo, aspecto, modo, definitude, concordância, etc. O autor distingue esses dois tipos de itens pelo conteúdo referencial, presente nos itens lexicais, vs. conteúdo não-referencial, nos itens funcionais.

A segunda característica que identifica uma categoria como lexical ou funcional seria sua definição como membro de categoria aberta ou fechada. As categorias lexicais fazem parte de uma classe aberta, em que novos membros podem ser adicionados à categoria; já as categorias funcionais são mais restritas no que concerne à adição de novos membros e, portanto, são consideradas como uma classe fechada. Classes abertas têm mais membros que classes fechadas, assim é que categorias lexicais como nomes e verbos,

por exemplo, possuem um número de membros ilimitado, já as funcionais, como tempo e número, possuem um número pequeno de membros, argumenta Littlefield (2006).

Littlefield lembra que há, na literatura, inúmeros testes que tentam distinguir essas duas categorias, no entanto, nenhum deles plenamente confiável. Assim nada de conclusivo pode ser dito em torno da distinção lexical-funcional nesse sentido.

Uma das observações sobre a distinção lexical vs. funcional vem de Emonds (1985). Segundo ele, itens funcionais parecem mais restritos no tocante aos elementos com os quais podem ocorrer; um bom exemplo seriam os determinantes que podem ocorrer com nomes, mas nunca com verbos ou preposições. Já os itens lexicais, segundo Littlefield (2006), parecem ser mais flexíveis no que diz respeito aos elementos que selecionam; os exemplos ilustrativos seriam verbos como *ask* que podem selecionar diferentes tipos de complementos como: DP, [*I asked a question*]; IP, [*I asked my students to be on time*]; ou ainda um CP, [*I asked if hope was available*], exemplos de Littlefield (2006, p. 31).

Uma observação paralela a essa é a de que os itens lexicais podem atribuir papéis- $\theta$  aos seus argumentos, já os elementos funcionais não têm essa capacidade.

Além disso, observa-se uma diferença no que concerne ao movimento dos elementos que compõem essas duas categorias. Complementos de núcleos funcionais não podem se mover de dentro do seu núcleo, já os complementos dos núcleos lexicais o podem, segundo Littlefield (2006). Veja o exemplo abaixo apresentado por Littlefield (2006, p.32), exemplo (28) do autor:

- (9) a [CP That [IP you are crazy about chocolate]]<sub>i</sub>, I believe t<sub>i</sub>.  
 b \*[IP You are crazy about chocolate]<sub>i</sub>, I believe [CP that t<sub>i</sub>].

No exemplo em (9), o autor mostra que o complemento de um item lexical, como *believe*, por exemplo, com um CP (complemento mais IP), pode sofrer frontamento, no entanto o alçamento apenas do núcleo CP não é possível. Adicionalmente, sugerem Littlefield (2006), Ouhalla (1991), i.a., traços morfofonológicos colaboram para a distinção entre itens funcionais e lexicais. Os itens funcionais são tipicamente afixos e clíticos; são mais dependentes e podem ser fonologicamente nulos. Já os itens lexicais comportam-se como morfemas livres.

Abaixo a tabela 1, de Littlefield (2006), sintetiza os traços que são geralmente utilizados para estabelecer a distinção entre itens funcionais e lexicais:

<b>Categorias Lexicais</b>	<b>Categorias Funcionais</b>
Apresentam conteúdo semântico	Não apresentam “forte” conteúdo semântico
Fazem parte de classe aberta de itens	Fazem parte de classe fechada de itens
Possuem número de membros ilimitado	Possuem número de membros limitado
Cunham livremente novos itens	Não cunham novos itens
Apresentam uma variedade de tipos	Apresentam um número restrito de

de complementos	tipos de complementos
Podem atribuir papéis- $\theta$	Não atribuem papéis- $\theta$
Podem ser separadas de seus complementos	Não podem ser separadas de seus complementos
São morfologicamente independentes	São morfologicamente dependentes.

Tabela1: Características das Categorias Lexicais e Funcionais (Littlefield, 2006, p.33)

A respeito dos traços acima, Littlefield (2006) chama a atenção para o fato de que eles não podem ser tomados como irrefutáveis na distinção entre categorias lexicais e funcionais. Segundo o autor,

estes traços realmente definem dois fins de um continuum, em vez de características discretas. Se alguma coisa tem conteúdo descritivo, parece ser uma questão de grau [...]. Então a determinação de uma categoria como lexical ou funcional deve confiar no número desses traços e no grau que cada propriedade pode preencher (Littlefield, 2006, p. 33. tradução minha).

Embora esses traços possam estabelecer a distinção entre item funcional e lexical, há categorias que não se enquadram plenamente sob nenhum destes dois rótulos (Littlefield, 2006). Esse é o caso das preposições, que passaremos a discutir daqui em diante, sempre nos remetendo à questão: preposição é item lexical ou funcional?

Ancorados em Littlefield (2006), a hipótese que subjaz a essa investigação é a de que as preposições locativas podem ser ao mesmo tempo lexicais e funcionais, pois podem atribuir Caso ao DP complemento e ainda

contribuir com informação temática juntamente com os verbos que as selecionam.

Um dos primeiros problemas que se enfrenta no estudo da preposição é a dificuldade de defini-la como categoria lexical ou funcional; seria a preposição uma categoria com conteúdo semântico ou meramente um atribuidor de Caso? Esses elementos podem ao mesmo tempo atribuir papel- $\theta$  e Caso?

A sentença em (10) é ilustrativa de preposições lexicais:

(10) Ele foi de São Paulo para Lisboa pela Varig.<sup>22</sup>

Segundo Miotto (1998), o papel- $\theta$  **instrumento** que o DP *Varig* recebe não parece vir do verbo, mas da preposição *por*, que aqui se apresenta sob a forma de *pela*. Quanto aos DPs *São Paulo* e *Lisboa*, também não seria o verbo *ir* que determinaria seus papéis-  $\theta$  de **origem** e de **destino**, mas as preposições **de** e **para**, respectivamente, que encabeçam os PPs.

A sentença (11) nos fornece uma melhor ilustração dos fatos e pode explicar de modo paralelo a sentença (10):

(11) O amor da lingüística pela filosofia é notório.<sup>23</sup>

O papel- $\theta$  do **experienciador** ou “**amante**”, nos termos de Miotto (1998), é atribuído pela preposição *de* e o de “**amado**” pela preposição *por*, assumindo a forma de *pela*. Segundo observa Miotto (1998, p. 72), nesse caso há como identificar a origem dos papéis atribuídos à *lingüística* e à *filosofia* a raiz [am-].

---

<sup>22</sup> Exemplo (5) de Miotto (1998, p. 171).

<sup>23</sup> Exemplo (6) de Miotto (1998, p. 172).

Isso porque se a raiz em questão tem sua realização como um verbo, a preposição não pode aparecer na cena:

- (12) a. \*Da lingüística ama notoriamente pela filosofia.  
b. A lingüística ama notoriamente a filosofia.

Os exemplos em (13) também são discutidos por Mioto (op.cit) para reforçar o argumento de que as preposições em questão desempenham uma função de item lexical:

- (13) a. Eu saí por [<sub>CP</sub> que estava doente]  
b. Eu saí por [<sub>CP</sub> estar doente]

Aqui as sentenças mostram como é inadequado afirmar que o papel- $\theta$  do CP é atribuído pelo verbo, pois o verbo *sair* não atribui papel- $\theta$  causa; a preposição em (13) subcategoriza como complemento um CP finito, (13a), e um infinitivo, (13b).

Por outro lado, voltando às sentenças em (11), retomadas em (14), e (12b), retomada como (15), salienta Mioto (1998), há que se admitir que as preposições estão ali por outro motivo que não a atribuição de papel- $\theta$ , já que os seus papéis são atribuídos por *amar*:

- (14) O amor da lingüística pela filosofia é notório.  
(15) A lingüística ama notoriamente a filosofia.

Conforme argumenta o autor, em (13) *notório* predica sobre [a lingüística ama a filosofia]. Ainda assim, as preposições *de* e *para* estão presentes em (10) e sem elas a sentença não seria possível. Uma forma de mostrar que as preposições não desempenham função-  $\theta$  nesse contexto, segundo Miotto (1998), seria demonstrar que sua presença se dá por outro motivo, isto é, por conta de Caso. Dito de outro modo, as preposições aqui cumprem o papel que cobriam os casos morfológicos em latim, visto que o português não apresenta o caso morfológico (Miotto, 1998).

Com isso fica demonstrado que as preposições podem ser ou lexicais, quando atribuem papel- $\theta$ , ou funcionais, quando cumprem apenas funções de marcação de Caso.

Contudo, pela argumentação de Littlefield (2006), isso explica apenas uma parte da conversa, pois há preposições que podem dispor dessas duas funções simultaneamente. Tomaremos como base para as nossas discussões a proposta do autor, que passamos a discutir daqui em diante.

O trabalho de Miotto (1998) é um dos estudos que tentam descrever o papel das preposições. Segundo Littlefield (2006) há, na literatura recente, muitas tentativas de resolver as inconsistências encontradas no estudo das preposições; entre essas, os estudos de Tremblay (1996), Cadiot (1997), Rauh (1993), Rooryck (1996), Leonard (1997). De acordo com Littlefield (2006), todas essas propostas diferem em detalhes, contudo, concordam numa distinção teórica crucial: as preposições podem ser de natureza lexical ou de natureza funcional. Porém, conforme destaca o autor, nenhuma delas se preocupa em investigar os dois problemas relacionados à categoria; em geral, ou

preocupam-se com os problemas de natureza lexical ou apenas com os de ordem funcional.

Na tentativa de dar conta dos problemas tanto de natureza lexical quanto funcional, o autor utiliza a proposta de traços binários. Segundo Littlefield (2006), os traços lexicais estão ligados ao conteúdo semântico e os funcionais à atribuição de Caso. Essa proposta do autor conduz a quatro designações que podem definir cada domínio lexical, conforme ilustrado em (16).

- (16) [+Lexical, +Funcional]  
      [+Lexical, -Funcional]  
      [-Lexical, +Funcional]  
      [-Lexical, -Funcional]

Dessa forma, argumenta Littlefield, dois níveis de categorias são identificados; o primeiro, já definido por Chomsky, diz respeito a uma categoria mais ampla identificada em termos de traços binários  $[\pm N, \pm V]$ , o qual Chomsky chama de *domínio* para distinguir de uma segunda categoria; essa segunda é uma categoria bem menos ampla e é identificada pelos traços  $[\pm F, \pm L]$ , apresentados em (16), que definem partes do conteúdo de cada categoria mais ampla. Assim o domínio nominal seria formado por categorias como Nome e Determinante, o domínio verbal por categorias como Verbo, Tempo, Aspecto (Littlefield, 2006, p.4). Aqui interessa-nos o domínio preposicional.

O domínio preposicional é preenchido por quatro categorias, argumenta Littlefield, advérbios preposicionais, partículas e dois tipos de preposição. Os advérbios preposicionais em frases como *put it down* e *pull it up* representam

elementos verdadeiramente lexicais e têm a especificação [+Lexical, -Funcional]; conforme o autor, eles contribuem com o conteúdo referencial, mas não atribuem Caso. Partículas em construções verbo-partícula *look it up* e *throw up* não contribuem, como palavras isoladas, com a referencialidade da sentença e não atribuem Caso, salienta Littlefield (2006, p.5); a esses elementos são atribuídos os traços [-Lexical, -Funcional]. Preposições semilexicais como *in* (*sit in the office, put in the desk*) *hit* (*him on the head*) contribuem tanto com conteúdo referencial como também podem atribuir Caso; diferentemente de preposições como *of* em *translation of the text* que apenas atribuem Caso e não contribuem com conteúdo referencial. Os traços de preposições como essa seriam [-Lexical, +Funcional]

Segundo essa proposta há outras categorias que se situam entre os extremos lexicais e funcionais: as semilexicais. O conceito de categoria semilexical, de acordo com o autor, surge a partir da observação de que a bifurcação estrita de categorias lexicais e funcionais não pode responder por todos os elementos.

No trabalho de Emonds (1985), o autor já destaca um conjunto de palavras que não obedecia nem ao padrão de categoria lexical nem ao de funcional. Segundo o autor, essas palavras são uma subclasse das categorias lexicais e são assumidas como uma instância de um elemento lexical. Segundo o autor, as duas propriedades mais relevantes são a alta frequência de uso e a falta de conteúdo substantivo. Os exemplos ilustrativos estão em (17), exemplo (1) do autor:

- (17) a. Nomes gramaticais: *one* (um), *self* (mesmo), *thing* (coisa), *place* (lugar), *body* (corpo)
- b. Verbos gramaticais: *be* (ser), *have* (ter), *get* (adquirir), *do* (fazer), *make* (fazer), *let* (deixar), *say* (dizer)
- c. Adjetivos gramaticais: *other* (outro), *same* (mesmo), *different* (diferente), *such* (tal)
- d. Preposições gramaticais: *out* (por/fora), *up* (em/em cima) (i.e. partículas)

De acordo com Littlefield (2006), diferentes autores têm definido as categorias semilexicais; entre eles, Cardinaletti e Giusti (2001, p. 372) definem núcleos semilexicais como “categorias concatenadas como núcleos funcionais”. Já Haider (2001) trata de dois tipos de núcleos semilexicais: um é um núcleo capaz de selecionar argumentos, isto é, um núcleo lexical com qualidades funcionais e o outro é um núcleo que tem conteúdo lexical, um núcleo funcional com qualidades lexicais.

Para Littlefield (2006), a categoria semilexical é composta pela combinação de traços lexicais e funcionais<sup>24</sup> e, portanto, não se colocam em nenhum dos extremos lexical/funcional, mas exatamente entre eles.

Queremos destacar aqui a distinção importante que o autor estabelece entre categoria e domínio. Assim explica Littlefield (2006, p.60 tradução nossa):

Nomes e determinantes devem ser vistos como duas categorias básicas que fazem parte de uma categoria superior mais ampla, a

---

<sup>24</sup>O autor chama atenção para o fato de que da mesma forma que há uma categoria que se coloca entre esses dois extremos (lexical e funcional) deve também haver elementos que se oponham à categoria semi-lexical. Argumenta Littlefield (2006, p. 59), “if semi-lexical categories are conglomerations of lexical and functional features, then there are also probably elements that are related to the category but lack lexical and functional features”.

exemplo do Verbo e Flexão. Nesse sentido, já temos duas categorias: quando se quer focalizar o fato de que essas duas categorias são inerente e intimamente relacionadas, dizemos que elas fazem parte do domínio nominal ou verbal; quando queremos enfatizar suas diferenças, as enfocamos como Nomes (ou NPs) e Determinantes (ou DPs).

Segundo Littlefield (2006), essa proposta dá conta do fato de que há algo que se situa entre os extremos lexical e funcional. No entanto, o quadro é mais complicado do que a figura acima mostra; isto porque, explica o autor, enquanto categorias semi-lexicais são combinações de traços lexicais e funcionais, deve existir algo essencialmente oposto às categorias semilexicais, isto é, se as semilexicais são um conglomerado de traços funcionais e lexicais, então provavelmente há elementos que estão relacionados à categoria, mas que não apresentam traços lexicais e funcionais, conforme mostra a figura 1, de Littlefield (2006, p.59):

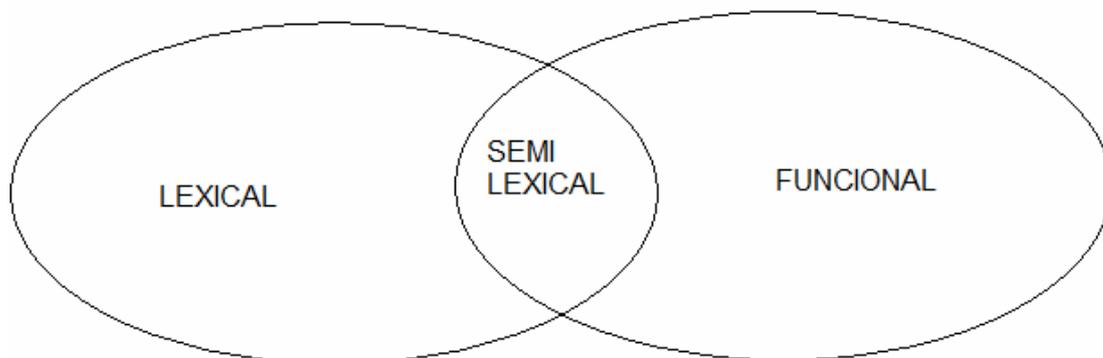


Figura 1. Três categorias: lexical, funcional e semilexical.

De acordo com Littlefield (2006), essas quatro categorias, lexical, funcional, semilexical e ainda uma quarta categoria que o autor define como “idiomática”, compõem as quatro divisões básicas que fazem parte de uma determinada categoria. Nomes e Determinantes, segundo o autor, deveriam ser

concebidos como duas categorias básicas que fazem parte de uma categoria mais ampla, como verbos e flexão. Num certo sentido, destaca Littlefield (2006), essa visão sobre categorias já existe: quando se afirma que essas duas categorias (verbo e flexão) estão inerentemente e intimamente associadas, significa que ambas fazem parte ou do domínio nominal ou do domínio verbal; quando queremos destacar as diferenças, as destacamos como Nomes (NPs) e Determinantes (DPs). Grimshaw (1991) já havia percebido que o núcleo lexical e o núcleo funcional de uma mesma projeção devem pertencer à mesma categoria, de forma que verbos e Infl são ambos [+V, -N], a diferença entre os dois é que verbos são não-funcionais e Infl é funcional. Segundo Littlefield, essa diferença observada por Grimshaw deve ser explicada a partir da evidência de que as categorias semilexicais existem. Assim, devido à inerente relação existente entre duas categorias básicas (N e D, V e Infl, nesses exemplos), é necessário focar menos sobre as diferenças e reconhecer suas funções como domínios individuais. Assim é que Littlefield (2006, p.61) utiliza o termo “domínio” para se referir a uma categoria global/geral e o termo “categoria” para fazer referência à divisão do domínio. Nesse sentido, cada categoria apresenta diferenças no tocante às características sintáticas e semânticas, “elas são todas membros de uma mesma família: o domínio preposicional”.

A argumentação de Littlefield em prol da noção de domínio, segundo ele, pode resolver de modo lógico o problema que gira em torno da natureza das preposições, pois dá conta da relação entre advérbios, partículas e preposições, além de incorporar a observação de que deve ter mais do que um tipo de preposição na divisão funcional-lexical. É essa observação que nos

interessa de perto e sobre a qual desenvolveremos as nossas discussões nesta tese.<sup>25</sup>

De volta aos traços binários apresentados em (16), depreende-se da proposta de Littlefield (2006) que cada categoria dentro de um domínio, em vez de informação lexical em oposição a funcional ou vice-versa, possui uma mescla de informação lexical e funcional, representada por traços positivos e negativos atribuídos a cada elemento.

O que seriam os traços lexicais e funcionais? Esses traços, segundo o autor, são formados por propriedades semânticas (conteúdo nocional e descritivo) e sintáticas, respectivamente.

Elementos funcionais fornecem fundamentalmente conectividade na sentença, argumenta Littlefield. A função de Infl, por exemplo, é ligar o sujeito e o predicado numa única expressão interpretável; do mesmo modo que CP tem função de estabelecer a ligação entre a informação no nível do discurso e a estrutura resultante e ainda garantir que possam ocorrer transformações ou movimentos. Em “domínios que permitem a atribuição de Caso (verbos e preposições), a função de ‘ligação’ que é desempenhada por esses elementos permite a atribuição de Caso” (Littlefield, 2006, p.63 tradução minha). No domínio verbal, o VP é responsável pela seleção semântica dos argumentos, mas são os traços flexionais do IP que licenciam o sujeito. Assim, a estrutura semântica do predicado é determinada dentro do VP, mas é o IP que sintaticamente liga sujeito e predicado por meio da atribuição do Caso Nominativo, sem o qual o sujeito não pode ser licenciado. Claro, há algumas

---

<sup>25</sup> Para mais detalhes da distinção entre advérbios, partículas e preposições ver Littlefield (2006).

situações em que o Caso Nominativo não está disponível, mas aí um verbo ECM (marcador de Caso excepcional) pode licenciar o sujeito de uma sentença encaixada pela atribuição de Caso Acusativo. Segundo Littlefield, em estruturas como essas são as propriedades de atribuição de Caso que colaboram para a ligação de traços. De modo similar, explica o autor, as propriedades de atribuição de Caso de verbos transitivos licenciam o complemento verbal e assim ligam o verbo à expressão que constitui seu objeto. Se o propósito primeiro de IP é licenciar a relação sujeito-verbo, então Concordância e Tempo devem ser vistos como exemplos de propriedades de ligação. A concordância assegura que os elementos em diferentes domínios (por exemplo, determinantes, modificadores e nomes no domínio nominal) portem traços semelhantes (pessoa, gênero, número, etc) e os una. *Tempo* também tem a capacidade de ligar elementos, pois garante que os traços temporais apropriados sejam encontrados em todos os segmentos do sintagma verbal. No domínio verbal, então, vê-se que Flexão e verbos transitivos, como mostram a concordância e a atribuição de Caso, têm essa qualidade de ligação que é fundamental para ser considerada funcional (Littlefield, 2006). O domínio preposicional espelha o domínio verbal na habilidade de atribuição de Caso, e em algumas línguas, as preposições possuem traços de concordância (como no galês); com isso, conclui o autor, o domínio preposicional também pode ter essa capacidade de ligar elementos. No domínio nominal, os traços de concordância garantem que todos os elementos do DP sejam adequadamente alinhados no tocante a gênero e número. Em outras palavras, o traço Funcional tem como função primordial a capacidade de unir ou ligar elementos dentro do marcador frasal. Essa habilidade de ligação geralmente se manifesta através

da atribuição de Caso ou traços de concordância. Assim, elementos que podem atribuir Caso ou concordância são denominados [+Funcionais] e aqueles que não podem são denominados [- Funcionais] (Littlefield, 2006).

Já os traços [ $\pm$  Lexical], explica o autor, dão conta do lado semântico das propriedades dos itens. Como já mencionado anteriormente, os elementos lexicais são aqueles que contribuem com conteúdo nocional ou substantivo; prestam informação semântica ao denotar ações (verbos), referentes (nomes), propriedades (adjetivos) e relações (alguns tipos de preposições). Como propriedade descritiva, os elementos [+ Lexical] contribuem com o sentido composicional. Essa composicionalidade pode ser explicada pelo fato de elementos [+ Lexicais] poderem ser facilmente substituídos e criarem novos sentidos. Outra propriedade que pode definir os elementos [+ Lexical] é a sua capacidade de desempenhar ou não um papel na estrutura argumental, visto que os argumentos são elementos de caráter substantivo e por isso são exigidos por um predicado.

Em suma, os traços estão ligados ao grau de contribuição semântica que prestam. Os elementos [+ Lexicais] prestam sua contribuição com sentido descritivo, substantivo, ao contrário dos elementos [-Lexicais], que não prestam tal contribuição. Nesse sentido, as diferenças residem no tipo de contribuição semântica: elementos [+ Lexicais] contribuem não-composicionalmente. Por outro lado, os elementos [- Lexicais] adicionam conteúdo abstrato composicionalmente e não desempenham funções de argumento ou de adjuntos.

Retomando a discussão sobre os traços binários, Littlefield define as categorias semilexicais conforme (18):

(18) Núcleo semilexical: [+Lexical, +Funcional]

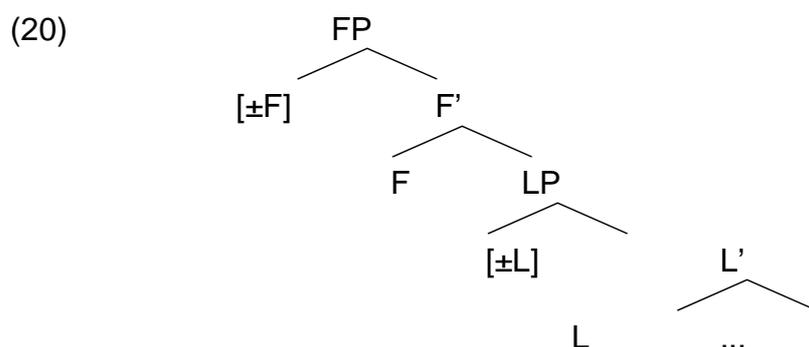
De acordo com o autor, os núcleos semilexicais são definidos pela combinação de informações lexicais e funcionais. Desse modo, pode-se dizer que esses elementos desempenham concomitantemente funções lexical e funcional, já que atribuem um traço positivo para ambos os traços - Lexical e Funcional- conforme ilustrado em (18). Os traços remanescentes, acrescenta o autor, consistem em traços negativos para cada traço; esses são itens dos quais estão ausentes tanto conteúdo lexical quanto funcional e então precisam de outros elementos para a interpretação plena da sentença. Esses elementos, segundo o autor, dão sentido à sentença apenas em conjunto com outro elemento e o sentido com o qual eles contribuem não será substantivo ou referencial. Então, no tocante ao lado funcional, esses elementos não dispõem de um feixe de traços que os defina como funcionais, isto é, eles não têm a capacidade de atribuir Caso. Assim é que Littlefield (2006) os define como *idiomáticos*. A matriz de traços está representada em (19), conforme Littlefield (2006, p.68):

(19) Núcleo Idiomático: [-Lexical , -Funcional]

Assim, o autor define quarta e última categoria: a idiomática. Essa visão, argumenta o autor, fornece quatro possibilidades lógicas para as categorias, duas das quais cobrem o que já é amplamente aceito, a saber, as categorias lexicais e funcionais. As duas outras seriam as categorias semilexicais e as

idiomáticas. Conforme Littlefield (2006, p.68), é necessário lembrar que “essas quatro categorias não incluem categorias monolíticas ocupadas por palavras que são idênticas entre si”. Do mesmo modo como a transitividade pode ser empregada para discutir tipos de verbos, há diferenças individuais em cada tipo. O mesmo vale para essas categorias, salienta o autor: enquanto cada elemento semilexical portará traços [+Lexical, +Funcional], cada elemento semilexical conterá adicionalmente a esses traços propriedades que são próprias, únicas: propriedades de sentido, padrão de interação com outros elementos, etc (Littlefield, 2006, p.69).

A respeito da estrutura, considerando a relação entre núcleos lexicais e funcionais, Littlefield assume que projeções funcionais dominam as lexicais. A informação sobre os traços [ $\pm$ Funcional] e [ $\pm$ Lexical], segundo o autor, está situada na posição de Especificador, de modo semelhante aos traços Wh que ocupam a posição [Spec, CP]. Em (20), a projeção funcional (FP) domina a projeção lexical (LP); no [Spec, FP] estão os traços [ $\pm$ Funcional] e em [Spec, LP] estão os traços [ $\pm$ Lexical].



De acordo com Littlefield (2006), parece que os traços [ $\pm$ Lexical] e [ $\pm$ Funcional] são encontrados nas entradas lexicais (i.e. na estrutura de subcategorização) e na própria estrutura. Esses traços são inerentes à

projeção da estrutura. Porém, ressalta o autor, há traços que são encontrados no nível da palavra, lembrando que nem todo lexema pode atuar como um elemento funcional em virtude da sua localização na projeção funcional; o lexema localizado numa projeção funcional deve carregar, ou ao menos ter a capacidade para portar, traços [+Funcional] até o nível mais básico (em sua entrada lexical). Similarmente, chama atenção o autor, um elemento puramente lexical não pode cumprir os requerimentos de uma projeção puramente funcional. Assim, cada entrada lexical contém a especificação de traços, que é mapeada com base na estrutura apropriada onde aparece (Littlefield, 2006). O autor sugere que haja uma subespecificação de traços que permitia a flexibilidade no sistema; isso, segundo Littlefield (2006), descreveria uma homofonia que encontramos em domínios sintáticos como o preposicional, em que muitos itens lexicais (portadores dos traços [+Lexical, – Funcional]) podem ser empregados como elementos semilexicais [+Lexical, + Funcional], mas nunca são usados como elementos puramente funcionais [-Lexical, – Funcional]). Mesmo os membros muito restritos do conjunto de elementos puramente funcionais podem ser sobrepostos a outros elementos (Littlefield, 2006). Segundo o autor, é possível encontrar sobreposição no domínio preposicional entre os elementos funcionais e os elementos semilexicais. Contudo, salienta Littlefield, não pode haver a ausência completa da especificação de um traço, pois seria impossível responder às restrições que ocorrem com esses elementos. O exemplo que o autor fornece para clarificar o ponto é o domínio preposicional, apresentado na sequência; segundo ele, elementos puramente funcionais parecem nunca se sobreporem aos puramente lexicais.

Littlefield destaca que a o estatuto de advérbios partículas e preposições é pouco claro. Segundo ele, a distribuição sintática desses elementos mostra que são diferentes uns dos outros, mas a sobreposição quase que completa deles na forma fonológica e a sua similaridade semântica indicam que esses elementos apresentam uma estreita relação. De acordo com Littlefield, esses elementos fazem parte do mesmo domínio, no entanto, são diferentes no sentido de que eles representam quatro categorias distintas. Os advérbios, argumenta o autor, porque contribuem com conteúdo descritivo para a semântica da sentença, mas adicionam pouco ou nada para a sintaxe, representam elementos puramente lexicais no domínio. No âmbito puramente funcional existem preposições como *of* (de), que apenas contribuem sintaticamente, mas não apresentam conteúdo substantivo. Essas preposições funcionais, salienta Littlefield, contrastam com preposições como *in* (em), *under* (debaixo, sob), *with* (com) e *for* (para), que contribuem tanto com informação substantiva quanto com informação gramatical (atribuição de Caso). Esses elementos, destaca o autor, representam a área semilexical do domínio. Já as partículas representam o segmento final do domínio; não contribuem com conteúdo substantivo nem tampouco com o gramatical; por essa razão, argumenta Littlefield (2006, p.71 tradução nossa), “esses elementos representam o nível idiomático da categoria”. Assim, as quatro categorias do domínio preposicional têm os seguintes traços matrizes:

(21) Advérbios: [+ Lexical, – Funcional]

Partículas: [– Lexical, – Funcional]

Preposição Semilexical: [+ Lexical, + Funcional]

Preposição Funcional: [- Lexical, + Funcional]

Littlefield argumenta que essa proposta resolve o problema de como advérbios, partículas e preposições se relacionam: são membros do mesmo domínio (talvez [- N, -V] de acordo com a proposta dos traços de Chomsky, 1970), mas são também diferentes no tocante ao seu comportamento e as contribuições que fornecem para o sentido e a gramática da sentença. Adicionalmente, argumenta Littlefield, quando nos voltamos para a aquisição de primeira língua como evidência para essas diferenças, uma proposta como essa torna clara a predição sobre padrões de aquisição de linguagem e fornece um claro método para testar a validade dessa proposta; as predições serão apresentadas nos parágrafos abaixo.

Os advérbios, segundo Littlefield (2006), como categorias puramente lexicais portam a designação [+Lexical,-Funcional], contribuem com sentido substantivo, no entanto, não ligam elementos através da atribuição de Caso. Assim como preposições semilexicais, o sentido dos advérbios é geralmente espacial, afirma Littlefield (2006). A contribuição direcional literal pode ser observada nos exemplos de (22), exemplo (9) do autor:

(22) a. The girl sat down.

‘A menina se sentou.’

b. The boy threw down the ball.

‘O menino jogou ao chão a bola.’

c. They lifted up the lumber.

‘Eles ergueram para cima a madeira.’

d. We looked up.

‘Nos olhamos para cima.’

A classe de palavras utilizada como partículas, por sua vez, salienta Littlefield (2006), compõe a categoria idiossincrática do domínio preposicional; as partículas possuem os traços [- Lexical, - Funcional], pois não atribuem Caso nem tampouco contribuem com conteúdo semântico (temático), exceto com propriedades aspectuais. De acordo com o autor, as partículas, em conjunto com certos verbos, desencadeiam um sentido aspectual ou idiomático. As partículas contribuem com o sentido de perfectividade. Quando ocorrem, por exemplo, com o verbo *be* (ser), como em *His term is up* ( O semestre de aulas dele acabou) ou *Time is up* (seu tempo acabou).

Littlefield chama a atenção nas construções em (24), exemplo (11) do autor, para o fato de que o sentido descritivo não muda se a partícula aspectual está ou não presente; segundo ele, o conteúdo proposicional, que é afetado por tempo, modo e, nesse caso, aspecto é alterado:

(24) a. She ate up the sandwich.

‘Ela comeu o sanduíche todo’.

He wrote out the check.

‘Ele preencheu completamente o cheque .’

They finished off/up the ice cream.

‘Eles terminaram completamente/ todo o sorvete.’

b. She ate the sandwich.

‘Ela comeu o sanduíche’

He wrote the check.

‘Ele preencheu o cheque’

They finished the ice cream.

‘Eles terminaram o sorvete.’

Como forma de testar empiricamente sua proposta, Littlefield (2006) focalizou seu estudo em cinco crianças do banco de dados CHILDES (MacWhinney and Snow 1985, 1990). Essas crianças, explica o autor, foram selecionadas devido ao grande número de gravações transcritas ocorridas em intervalos frequentes, também pelo longo período de tempo coberto pelas gravações e a idade em que se deu o começo das gravações. As crianças que preencheram os critérios acima estabelecidos foram: Adam (Brown 1973), que tem um total de 35 gravações, 786 expressões, cobrindo por 2 anos (2;3.4 a 4;0.14); Naomi (Sachs 1983, MacWhinney and Snow 1985) que tem um total de 16,683 expressões cobrindo um período de 3 anos e meio (1;2.29 a 4;9.3); Nina (Suppes 1974) que tem 32,210 expressões cobertas por 1 ano e meio (1;11.16 a 3;3.21); e Sarah (Brown 1973) que tem um total de 36 gravações, 711 expressões que cobrem quase três anos (2;3.5 to 5;1.6). A quinta criança, Eve (Brown 1973), segundo o autor, foi incluída a pesar do breve período de coleta de dados (9 meses: 1;6 a 2;3) com 12,474 expressões cobertas em extensivos estágios linguísticos. Também foram selecionados dados das mães de cada criança. As cinco crianças foram selecionadas para este estudo do autor por seus dados longitudinais. Os dados dos adultos nos arquivos selecionados também foram codificados, para fornecer uma linha de base do uso adulto e

para comparar e contrastar com o uso das crianças, como também para determinar se o *input* influenciou nos padrões de aquisição das crianças. Para assegurar uma comparação justa do desenvolvimento das crianças, explica Littlefield, os dados foram divididos em grupos de acordo com o MLU (Mean Length of Utterance, Tamanho Médio do Enunciado).

Para Littlefield (2006), o fato de as crianças adquirirem linguagem em estágios do desenvolvimento em que a classe de elementos lexicais é adquirida antes da dos elementos funcionais fornece um rico teste acerca da visão de que os domínios sintáticos são compostos por quatro categorias discretas. Segundo o autor, se domínios sintáticos em geral, e o domínio preposicional em particular, são elementos compostos por diferentes designações para informação lexical e funcional, então elementos puramente lexicais do domínio (advérbios, no domínio preposicional) deveriam ser adquiridos primeiro, e os elementos puramente funcionais (preposições funcionais) deveriam ser adquiridas por último. A ordenação de categorias intermediárias (partículas e preposições semilexicais) determinará quais dos dois traços ([±Lexical] ou [±Funcional]) é classificado como mais alto: a ordem de aquisição dessas categorias, ressalta o autor, não deve ser predita com base em algo interno ao modelo, antes, deve emergir dos dados. Assim, sugere o autor, há duas ordens possíveis. Na primeira, partículas são adquiridas antes de preposições semilexicais, (25), e em segundo, partículas seguem preposições semilexicais, (26).

(25) Ordem predita para a aquisição:

– Funcional + Lexical → Advérbio

- Funcional – Lexical → Partícula
- + Funcional + Lexical → Preposição Semilexical
- + Funcional – Lexical → Preposição Funcional

(26) Ordem predita para a aquisição:

- Funcional + Lexical → Advérbio
- + Funcional + Lexical → Preposição Semilexical
- Funcional – Lexical → Partícula
- + Funcional – Lexical → Preposição Funcional

No exame dos dados das cinco crianças estudadas, argumenta o autor, é encontrada forte evidência da ordem predita dos elementos.

Na sequência da exposição, apresentaremos os padrões de aquisição de cada criança estudada por Littlefield (2006). Segundo o autor, a opção se justifica pelo fato de que o tempo de desenvolvimento lingüístico das crianças é individual e variável, assim a idade cronológica não seria um bom método de comparação. O MLU fornece um método de comparação dos padrões de desenvolvimento das crianças mais confiável, pois garante que cada criança seja avaliada em estágios lingüísticos similares, mesmo quando a idade varia.<sup>26</sup>

---

<sup>26</sup> Segundo Littlefield, o MLU foi calculado para cada arquivo das crianças usando a função MLU do programa CLAN. Esse programa tabula a medida em termos de morfema por elocução, em vez de palavras por elocução. Uma vez estabelecido o MLU de cada arquivo, explica o autor, os dados de cada criança foram separados em sete grupos MLU. O grupo 1 representa um MLU de 1 -1.49; o grupo 2, representa 1.5- 1.99 até o Grupo 7 final, que contém os dados de cada criança com um MLU de 4 ou mais alto. O autor explica ainda que devido a flutuações naturais no desenvolvimento lingüístico das crianças, foi necessário estabelecer os grupos MLU com base em três critérios: (1) o primeiro arquivo com um MLU dentro dos Grupos MLU foi considerado o ponto de partida daquele Grupo MLU; (2) os primeiros três arquivos consecutivos tiveram um MLU consistente (dentro ou acima do Grupo MLU); e (3) a medida MLU do grupo estava dentro dos limites do grupo de parâmetros. Se a medida MLU de um grupo for mais baixa que o MLU alvo, então os próximos três arquivos consecutivos foram considerados o início do grupo MLU (Littlefield, 2006).

A tabela 2 mostra o percentual de uso correto em cada grupo MLU dos elementos preposicionais de cada criança. Cada contagem (*score*), na tabela 2, representa o resultado da divisão do número de usos corretos de um elemento preposicional pelo total de contextos obrigatórios para aquele elemento.

Group		1	2	3	4	5	6	7
MLU		1.0-1.49	1.5-1.99	2.0-2.49	2.5-2.99	3.0-3.49	3.5-3.99	4.0+
<b>Adam</b>	Adverb	*	*	96%	99%	98%	100%	99%
	Particle	*	*	100%	100%	100%	98%	98%
	Semi-Lexical Prep	*	*	49%	75%	92%	97%	99%
	Functional Prep	*	*	4%	39%	47%	92%	90%
<b>Eve</b>	Adverb	*	100%	98%	99%	100%	*	*
	Particle	*	100%	100%	100%	97%	*	*
	Semi-Lexical Prep	*	48%	36%	79%	96%	*	*
	Functional Prep	*	25%	45%	73%	83%	*	*
<b>Naomi</b>	Adverb	100%	100%	100%	99%	100%	99%	99%
	Particle	100%	100%	92%	100%	94%	100%	100%
	Semi-Lexical Prep	n/a	72%	82%	91%	97%	97%	100%
	Functional Prep	n/a	0%	0%	17%	94%	100%	89%
<b>Nina</b>	Adverb	*	96%	99%	99%	98%	98%	96%
	Particle	*	100%	100%	85%	100%	100%	100%
	Semi-Lexical Prep	*	74%	90%	92%	98%	99%	99%
	Functional Prep	*	69%	64%	90%	97%	97%	99%
<b>Sarah</b>	Adverb	*	96%	100%	100%	100%	99%	*
	Particle	*	100%	100%	100%	100%	100%	*
	Semi-Lexical Prep	*	68%	85%	96%	97%	98%	*
	Functional Prep	*	0%	47%	95%	79%	89%	*

Tabela 2. (Littlefield, 2006, p. 201)

O autor mostrou que ainda que haja leves variações de criança para criança no tocante ao tempo de aquisição de preposições semilexicais e funcionais, todos apresentam padrão idêntico no tocante à ordem linear. Todas as cinco crianças usaram os advérbios e partículas numa taxa bem acima de 90% em estágios iniciais, indicando que esses elementos são adquiridos muito cedo. Depois de advérbios e partículas, as preposições semilexicais atingem uma taxa de 90% de uso correto. As preposições funcionais são adquiridas depois das semilexicais. As três crianças, Adam, Naomi e Nina, claramente atingem o limiar de 90%; Eve atinge o limiar de 90% nos seus últimos quatro arquivos no MLU grupo cinco (seu último grupo disponível); já Sarah parece nunca atingir o limiar de 90%. Mais importante, segundo destaca o autor, é o fato de que os dados dessas crianças sustentam a conclusão de que preposições semilexicais e funcionais dizem respeito a diferentes tipos de preposição e há uma diferença de aquisição entre advérbios/partículas, preposições semilexicais e funcionais<sup>27</sup>. Porém, devido os padrões de aquisição de advérbios e partículas, nenhuma conclusão pode ser tirada desses dados sobre esses dois elementos em relação um com o outro.

A evidência adicional para as diferenças entre os elementos preposicionais são fornecidas através de padrões de erros; ocorrem mais erros, segundo Littlefield, no uso de preposições funcionais que com advérbios, conforme mostra a tabela 3.

Tipo de elemento	Advérbio	Partícula	P. Semilexical	P. Funcional	Total
Adam Omissions	1.9%	0.1%	66.4%	20.6%	89.1%

<sup>27</sup> Conforme Littlefield, a probabilidade de que todas as cinco crianças sigam o mesmo padrão aquisicional com três elementos é de  $p = .00463$ .

Substituições	0.7%	0.4%	7.0%	0.6%	8.7%
Outros	0.9%	0.0%	0.7%	0.6%	2.2%
<b>Total</b>	<b>3.6%</b>	<b>0.6%</b>	<b>74.1%</b>	<b>21.7%</b>	<b>100.0%</b>
<b>Eve</b>					
Omissões	0.8%	0.8%	75.7%	12.7%	90.0%
Substituições	0.8%	0.0%	6.8%	2.0%	9.6%
Outros	0.0%	0.0%	0.0%	0.4%	0.4%
<b>Total</b>	<b>1.6%</b>	<b>0.8%</b>	<b>82.5%</b>	<b>15.1%</b>	<b>100.0%</b>
<b>Naomi</b>					
Omissões	3.5%	2.4%	60.0%	16.5%	82.4%
Substituições	1.2%	0.0%	7.1%	0.0%	8.2%
Outros	1.2%	2.4%	4.7%	1.2%	9.4%
<b>Total</b>	<b>5.9%</b>	<b>4.7%</b>	<b>71.8%</b>	<b>17.6%</b>	<b>100.0%</b>
<b>Nina</b>					
Omissões	1.9%	0.3%	58.5%	6.5%	67.1%
Substituições	1.3%	0.5%	18.9%	2.4%	23.2%
Outros	6.5%	0.0%	2.4%	0.8%	9.7%
<b>Total</b>	<b>9.7%</b>	<b>0.8%</b>	<b>79.8%</b>	<b>9.7%</b>	<b>100.0%</b>

Tabela 3: Tipos de erros como um percentual de erros totais de cada criança.

Segundo Littlefield, esse quadro mostra que os elementos preposicionais podem ser ordenados de acordo com o grau de quão problemáticos são para que as crianças façam uso deles: advérbios são menos problemáticos, seguido pelas partículas, preposições semilexicais e, por fim, preposições funcionais.

Assim, a predição do autor de que elementos puramente lexicais, aqueles com valor negativo para o traço funcional, seriam adquiridos mais cedo em relação aos funcionais, aqueles cujos traços são [- Lexical, + Funcional], foi sustentada. O autor constatou que o tempo para aquisição dessas categorias variava de criança para criança, mas a ordem linear de aquisição desses elementos mostrou um padrão idêntico e a ordem para a aquisição dos elementos preposicionais ocorre como em (25), repetido aqui como (27):

(27) A ordem observada de aquisição:

- Funcional + Lexical → Advérbios
- Funcional – Lexical → Partículas
- + Funcional + Lexical → Preposição Semilexical
- + Funcional – Lexical → Preposição Funcional

No início deste capítulo, discutimos, alicerçados em Littlefield, que preposições funcionais, portadoras dos traços [–Lexical, +Funcional], caracterizam-se pela ausência de conteúdo semântico. Assim, preposições funcionais como *of* (de) são tradicionalmente conhecidas pela ausência de conteúdo semântico. De fato, elas são frequentemente chamadas, na literatura, de preposições *dummy* ou atribuidores de Caso *empty* (vazias), porque sua única função é atribuir Caso, e não prestam contribuição semântica para a sentença (Chomsky, 1986). Em (28), temos exemplos com a preposição *dummy of/de*, no inglês e no português:

- (28) a. the destruction \*(of) the city  
       ' a destruição (de) a cidade'  
       b. a tradução \*(do) livro.

Para que as sentenças, nessas duas línguas, sejam gramaticais é imprescindível a presença da preposição que licencia Caso.

Por outro lado, conforme argumenta Littlefield (2006), outras preposições devem estar presentes na sentença, já que a sua ausência implica

agramaticalidade da sentença. Os exemplos em 29 (a-b) são de Littlefield (2006, p. 293), exemplo (3) do autor:

- (29) a. They reveled \*(in) the silence.  
'Eles se divertiram em silêncio'
- b. He put the money in the wallet.  
'Ele pôs o dinheiro na carteira'

Embora o verbo seja admitido como um triargumental, em (27b), é inegável que a preposição, nesse caso, repassa ao complemento a informação semântica transmitida pelo verbo, mas veja que essa informação só pode ser transmitida se ela coincidir, isto é, se verbo e preposição apresentarem a mesma informação temática em todos os contextos. Diferentemente do que ocorre com a preposição *de* que pode indicar origem, meio ou ainda ser *dummy*:

- (30) a. Maria viajou de trem.  
b. Maria veio de trem.  
c. A destruição da cidade.

Por que preposições como *de* e *para*, que também podem ocorrer em construções triargumentais, em (30) e (31a) respectivamente, não são consideradas do mesmo modo que a preposição *em*, em (29)?

A explicação pode ser dada através da argumentação de Littlefield (2006). Agora observe as sentenças em (31), exemplo (12) de Littlefield (2006):

(31) a. I gave Daisy a bone./ \*'Eu dei Dayse um osso'

I gave a bone to Daisy./ 'Eu dei um osso para Dayse'

b The librarian will read the children a story./ \* 'Os bibliotecários lerão as crianças uma história'

The librarian will read the story to the children./ 'Os bibliotecários lerão a história para as crianças.'

Admite-se, ressalta Littlefield (2006), que o verbo atribui papel- $\theta$  a todos os seus argumentos, com base no fato de que o complemento indireto pode ocorrer sem a preposição e ainda assim a sentença ser gramatical. Essas construções triargumentais, como reconhece o autor, são bastante difíceis de descrever, mas é de consenso que a preposição atribui Caso ao complemento indireto quando (a preposição) é visível. Contudo, o autor reconhece uma face semilexical dessa preposição, pois segundo ele " [...] I am not claiming that every use of *to* and *for* is functional; they are frequently used as lexical prepositions with a clearly assigned thematic role (usually a Goal)" (Littlefield, 2006, p.78).<sup>28</sup>

O que gostaríamos de pôr em relevo é justamente o fato de o verbo *dar* poder ocorrer em *dative shift*, construções em que a preposição é "apagada", em línguas como o inglês. Observe os dados abaixo, extraídos de Larson (1988), exemplo (37) do autor:

(32) a. Mary gave a book to him.

'Maria deu o livro para ele.'

---

<sup>28</sup> "eu não estou afirmando que todo uso de *of* e *for* seja funcional, elas são também usadas como preposições semilexicais como um atribuidor de papel- $\theta$ , mas não em construções triargumentais (geralmente Alvo)."

a'. Mary gave him the book.

'Maria deu ele o livro.'

b. John sent a letter to Mary.

'John enviou a carta para Maria.'

b'. John sent Mary a letter.

'John enviou Maria a carta'.

Veja que de acordo com a argumentação de Littlefield, a preposição pode ser apagada da construção, pois, nenhuma das funções temáticas provém da preposição, mas do verbo da construção.

No PB, mais precisamente no dialeto da Zona da Mata mineira, segundo Scher (1996) e Salles (1997), também é possível encontrar dados que atestam a presença de alternância dativa, exemplo (3) de Scher (1996, p.3):

(33) a. Eu dei o livro ao/ para o rapaz.

b. Eu dei o rapaz o livro.

Gostaríamos de destacar que apenas verbos que selecionam um PP alvo ou beneficiário permitem apagamento da preposição. Apostamos que a explicação para o fato seja a natureza da preposição, isto é, preposição semilexical não permite apagamento, já que possui um traço [+ Lexical] que precisa ser preservado na sentença a fim de transmitir essa informação ao NP. Portanto, haveria ainda uma informação temática para ser "comunicada" ao DP/NP.

Nossa investigação encontra respaldo no estudo de Salles (1997), quando a autora mostra a impossibilidade de DOCs<sup>29</sup> em construções triargumentais cujo PP é locativo, exemplo (24) da autora:

(34) a. John put the book on the shelf.

‘John pôs o livro na estante.’

b. \*John put the shelf the book.

\*‘John pôs a estante o livro.’

Salles (1997) argumenta que posse e localização espacial são conceitos independentes, conforme já discutido por Jackendoff (1992), embora possam ocorrer em configurações semelhantes, o paralelismo conceitual é bastante limitado. Segundo essa autora, ainda se remetendo ao estudo de Jackendoff, a noção de localização num espaço físico cobre três dimensões de espaço, enquanto posse cobre um conjunto não estruturado e descontínuo de indivíduos. Salles (1997) sugere que a independência entre a representação conceitual de posse e de localização seja representada na sintaxe.

Dessa forma, Salles (1997), nas linhas de Hale e Keyser (1993), assume que tanto as construções em (33a-b) quanto (34a) são projeções de P e V; a diferença diz respeito ao estatuto de P, ou seja, em (33a) e (34a) P é pronunciado (*overt*) e em (33b) P é nulo. Segundo a autora, as construções são

---

<sup>29</sup> Conforme nota 13, do capítulo I, há exemplos que mostram que nem todos os ALV participam DOCs. Esse ponto precisa de maior investigação, pois coloca um problema para a análise apresentada nesta tese. Uma possibilidade a ser considerada é que seja uma restrição imposta devido a propriedades lexicais de alguns verbos do tipo ALV. Deixaremos este ponto em aberto no momento, para pesquisa futura.

constituídas pelo encaixamento de dois predicados lexicais, conforme ilustrado em (35), exemplo (19) da autora:

(35) [VP Mary v[VP DP V[ppP DP]]]

Salles (1997, p.66) explica que as construções em (33) e (34a) são admitidas como “correspondente a uma relação causal que implica uma correlação entre dois argumentos (dado um tipo nocional associado às categorias V e P, nomeadamente *evento* e *interrelação*, respectivamente)”. Além disso, destaca a autora, DOCs (construções duplo objeto) são restritas a construções que encaixam predicado de posse, por essa razão (33b) é possível e (34b) é impossível.<sup>30</sup>

Queremos, nesse momento, acrescentar à explicação da autora sobre a agramaticalidade de (34b), o fato de a informação temática, portada pela preposição locativa *em*, ser crucial para a interpretação da sentença e, por essa razão, não poder ser apagada nem tampouco figurar em DOCs. Dito de outro modo, preposições semilexicais não participam de DOCs, pois, conforme acima mencionado, a informação temática deve ser preservada.

Se atentarmos para o estudo de Scher (1996), é possível fortalecer nossa argumentação; nesse estudo a autora apresenta diferentes dados que permitem alternância, conforme ilustra (36), exemplos (23), (29) e (31d) respectivamente:

(36) a. Ele pediu (a/pr)o pai o dinheiro.

---

<sup>30</sup> Para discussão mais detalhada, veja-se Salles (1997).

- b. Eu emprestei o Pedro o carro.
- c. O Pedro distribuía os amigos seus agradecimentos.

Mas não há dados que mostrem a possibilidade apagamento da preposição, ou preposição nula, em construções como as de (34a). Parece, então que a preposição que introduz o CI, em casos como esse, não é mero marcador de Caso; mas, antes sim, tem conteúdo semântico que deve ser transmitido ao CI. Desse modo, esse é mais um argumento que fortalece a diferença de comportamento entre as construções triargumentais, sustentado pelas propriedades preposicionais.

Adicionalmente, parece que a proibição do apagamento da preposição locativa nas construções triargumentais, como a (34a), é algo universal entre as línguas.

No PB, por exemplo, os dados extraídos do Banco de Dados do VARSUL (Variação Lingüística Urbana da Região Sul) para a coleta dos dados de adulto do PB. A amostra da pesquisa dos dados do PB é composta de 18 entrevistas de informantes das cidades de Lages, Florianópolis, Blumenau e Porto Alegre; com informantes de ambos os sexos; com faixa etária entre 25 e 50 anos; com nível de escolaridade primário e colegial. Os dados coletados, apresentados na Tabela 4, somam um total de 414.

A tabela 4 mostra que o apagamento do CI ocorre frequentemente com verbos cujos CIs são Beneficiários e Alvos; caso dos verbos *dar*, *dizer*, *vender*, etc.. Com relação aos verbos cujos CIs são locativos como *colocar*, *pôr*, *botar*, *deixar*, *guardar*, os resultados indicam que nossa previsão se confirma: CIs locativos quase nunca são apagados. Quando ausentes nas sentenças, o

contexto era fortemente cercado (em ambiente de pausa, hesitação) e havia a possibilidade de recuperação do referente.

<b>Verbos Triargumentais</b>	<b>C DI (presentes) em ocorrência/e %</b>	<b>CD apagado ocorrência/e %</b>	<b>CI apagado</b>	<b>Total de ocorrências</b>	<b>%</b>
Dar	20/32,2	4/6,4	38/61,2	62	14,9
Dizer	18/29	1/1,6	43/69,3	62	14,9
Colocar	42/89,3	4/8,5	1/ 2,6	47	11,3
Levar	25/55,5	4/8,8	16/35,5	45	10,8
Trazer	15/51,7	1/3,4	13/44,8	29	7
Vender	6/20,6	3/10,3	20/68,9	29	7
Botar	19/76	4/16	2/8	25	6
Mostrar	10/66,6	1/6,6	4/26,6	15	3,6
Guardar	12/85,7	2/14,2	0/0	14	3,3
Ensinar	1/7,6	1/7,6	11/84,6	13	3,1
Deixar	6/54,5	4/36,3	1/9	11	2,6
Pôr	9/90	1/10	0/0	10	2,4
Contar	4/44,4	1/11,1	4/44,4	9	2,1
Ganhar	4/44,4	1/11,1	4/44,4	9	2,1
Mandar	5/62,5	2/25	1/12,5	8	1,9
Emprestar	4/80	0/0	1/20	5	1,2

Tirar	2/50	1/25	1/25	4	0,9
Oferecer	4/100	0/0	0/0	4	0,9
Entregar	3/75	0/0	1/25	4	0,9
Transmitir	4/100	0/0	0/0	4	0,9
Fornecer	2/100	0/0	0/0	2	0,4
Fazer	1/100	0/0	0/0	1	0,2
	C	D	I		
Total N (ocorrências)/ %	216/totalizando 52,1% dos dados	33/ totalizando 7,9% dos dados	165/totalizando 39,8% dos dados	414 totalizando 100% dos dados	98,4

Tabela 4. Percentual de CIs apagados em contraposição aos presentes nas construções Triargumentais no Português Brasileiro.

Em (37) apresentamos dados que ilustram os CIs que apresentam baixa frequência de apagamento:

(37) a. 776 eu coloco (os produtos) na embalagem (aSC LGS 23 M B COL)

b. 1022-E daí eu **coloquei** a comida **no prato dele**, ele não 1023- quis comer (SC LGS 02 F A PRI)

c. 1239- aí **ponhava** tudo **em cima da janela** 1240, né! E varria tudinho o chão. (SC LGS 02 F A PRI)

(38) a. Pois que toda 798- semana tem um cidadão que vai lá e **bota** o799- o lixo **na lixeira** pra poder ficar livre! Então agora botei 800- um cartãozinho ali na porta, ali, né?(SC FLP13MBGIN)

b. Fui **deixar ali na casa do rapaz**. O rapaz mora aqui 0282- na costeira, ali (SC FLP19MACOL)

c. 667- Ele tinha uma arma em casa. Ela sabia668- que ele **guardava em casa**, né? (SCFLP19 MACOL)

No entanto, quando estão em jogo as construções triargumentais que selecionam um CI beneficiário ou um CI alvo, há uma grande taxa de apagamento de CI, conforme mostrou a tabela 4. Observe os dados retirados da amostra em (39) e (40):

(39) a. O então ela **dava** o saquinho e a gente pesava, né! (SC LGS 23 M B COL )

b. o pai **vendeu** a fazenda, a chácara, e 84- veio pra cidade (SC L LGS 21 F B COL)

c. 755 não posso **transmitir** isso porque não tenho(SC L LGS 21F B COL)

(40) a. 1034- Eles **oferecem** uns vinhos, uns queijos (SC FLP 19 M A COL)

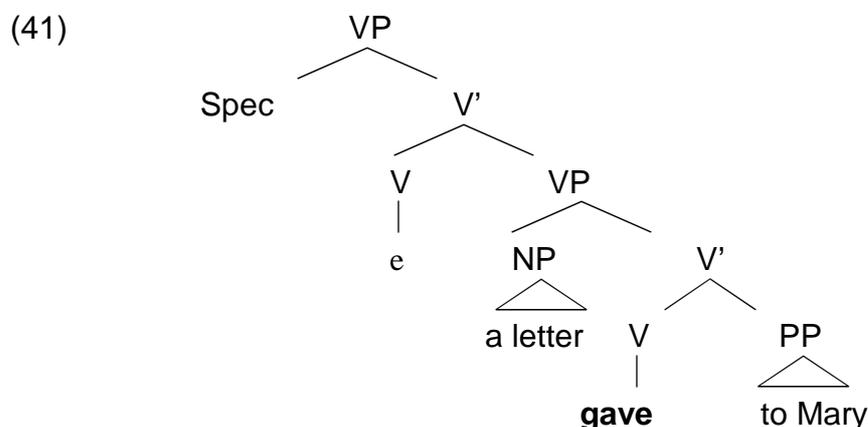
b. 1165- ele **ganhou** uns presentes, no Natal (SC FLP 19 M A COL)

c. 1184- **entregavam** os diplomas (SC FLP 24 F B COL)

Esses dados parecem ser mais uma evidência da diferente distribuição dos CIs de construções triargumentais; essa diferença pode, dessa forma, ser explicada de acordo com as propriedades preposicionais e, conseqüentemente, conforme o estatuto temático dos CIs: CIs locativos são encabeçados por preposições semilexicais, enquanto os CIs alvo, fonte, beneficiário são

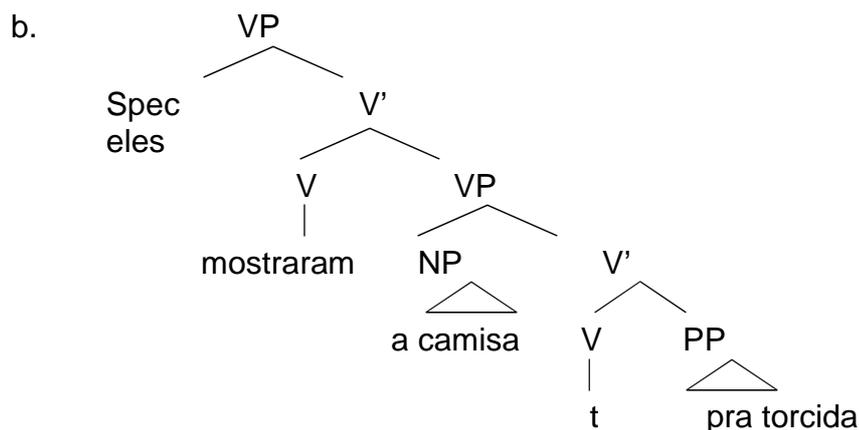
encabeçados por preposições meramente funcionais, seguindo a proposta de Littlefield (2006). Dito de outro modo, nas construções triargumentais com P locativo, a qualidade do traço temático é fornecida pela preposição. Talvez cumpra ao verbo o papel crucial da informação sobre o número de participantes num dado evento, mas a qualidade do traço é garantida pela preposição portadora do traço [+ Lexical].

Segundo Larson (1988), a estrutura de uma sentença formada pelo verbo *give*, que permite DOC, seria como (40):



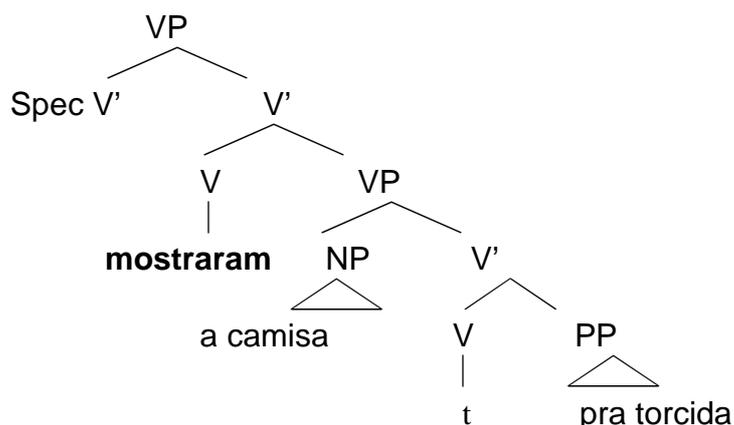
Larson (1988) propõe que tanto *gave a letter to Mary* quanto *gave Mary a letter* têm a mesma estrutura subjacente. Veja que segundo essa proposta, o CI está localizado internamente à VP. No caso do PB, adotamos essa mesma estrutura para a projeção de um verbo como *mostrar* (ou *dar*), de (37a), então teríamos a seguinte projeção em (42):

(42) a. Eles mostraram a camisa pra torcida.



Nessa proposta de Larson (1988), a estrutura (42b) é composta por duas camadas VP; o VP subjacente tem uma espécie de “sujeito interno”, representado por *os produtos* e tem como objeto um PP, representado por *na embalagem*. O V vazio do VP superior toma como complemento um VP, formado por uma estrutura sentencial como: *os produtos pra torcida*. Por sua vez, esse VP é predicado do sujeito *eles*. Mas note que *eles a camisa mostraram pra torcida* não é uma sentença possível no PB, já que o verbo deve aparecer à esquerda do DP ( *a camisa*). A idéia chave na proposta de Larson é que a ordem das sentenças como (42a) seja derivada pelo movimento do verbo (*mostrar*) para a posição V vazia, do VP superior; esse movimento deixa um vestígio na posição de origem e cria uma sucessão de posições de V coindexadas, conforme mostra a estrutura em (43), exemplo (45) do autor:

(43)



Larson (1988), supõe, seguindo as propostas gerais de Roberts (1985), que V tem de encabeçar uma projeção regida por Infl, para que possa receber informações de tempo e concordância; admite também que Caso é atribuído sob regência e que a direção de regência no inglês é à direita. Observe que, em (41), V (*gave*, em destaque) não é um núcleo de uma projeção regida por I; além disso, o NP *a letter* está na posição Spec V', que não é regida pelo verbo *gave* e, portanto, não pode receber Caso. Então, a subida de V, da posição de VP inferior para V de VP superior, ocorre devido a exigências de Caso e concordância sustentados por Infl, V e NP; graças ao alçamento do verbo para a posição de V do VP superior, finalmente, o núcleo V (representado nos exemplos (41) pelo verbo *gave*) pode ser regido por Infl. Adicionalmente, explica Larson, o alçamento de V permite dizer que V poderia reger *a letter*: V está à esquerda do NP e o NP está na posição de especificador da projeção máxima dele, sendo assim, o verbo *gave* pode atribuir Caso ao NP *a letter*, em (41).

Larson assume uma interpretação da Teoria Temática segundo a qual se um predicado  $\alpha$  determina  $n$  papéis- $\theta$ , isso o capacita a determinar também  $n$  posições argumentais, conforme apontamos anteriormente; ou seja, se os seus papéis são de fato atribuídos àquelas posições ou não. Em outros termos, para Larson papel temático e estrutura sintática estabelecem uma relação estrita.

Então como explicaríamos os dados apresentados em (38), em que CI não aparece nas sentenças? Como seria a derivação de uma sentença nesses moldes, se assumimos, como Larson (1988), que a estrutura temática está estritamente ligada à estrutura sintática?

No primeiro capítulo, vimos que a faculdade da linguagem é composta por um léxico e um sistema computacional ( $C_{HL}$ ). O léxico é o lugar onde estão representados os itens lexicais com suas propriedades idiossincráticas. Mas a derivação só inicia a partir de um *Lexical Array (LA)*, um arranjo de itens lexicais (LI). Esses itens lexicais são compostos de traços, formais, fonológicos e semânticos. Só participam da derivação os traços que estiverem presentes em LA. Então, admitamos a sentença em (44):

(44) a. Ela dava os saquinhos.

O LA de uma sentença como (44) seria como segue:

**Primeiro Passo:** Acesso ao Léxico.

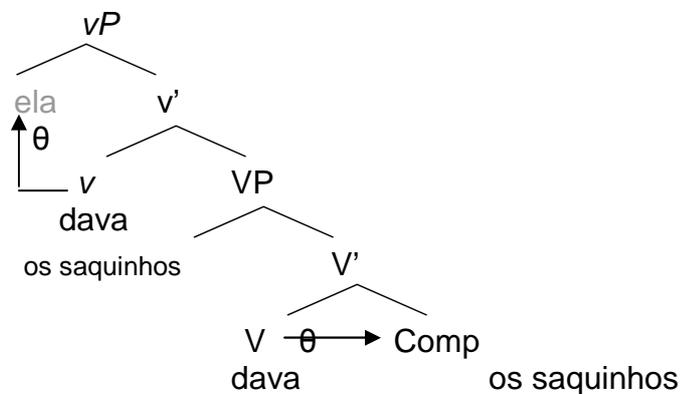
**Segundo Passo:** cópia dos traços para o LA:

LA {<sub>ela</sub> NOM3a pess.sing-fem/ <sub>dava</sub>-3a pess.sing.pas./ /os/- art. Masc.sing./  
saquinhos-3 pess.plu.masc. ACUS/ C / T/v}

De acordo com Chomsky (1998) há um princípio teórico- temático que estabelece o *Pure Merge*. Segundo tal princípio, a atribuição de papel- $\theta$  se dá na primeira concatenação, portanto, *pure merge* é requerido e restrito a argumentos.<sup>31</sup>

**Terceiro Passo:** Entrada dos traços para rotação no  $C_{HL}$ :

(44b) **PURE MERGE**



Conforme mostra a estrutura acima, no terceiro passo, ocorre a entrada dos traços dos itens lexicais no  $C_{HL}$ ; a área cercada, na estrutura, indica a ocorrência do *Pure Merge*: primeiramente entre verbo, dar, e complemento, os saquinhos; o verbo atribui o papel-  $\theta$  Tema a *os saquinhos*; em seguida, *dar* se alça para a posição de *v leve*, acusando a presença de um especificador; esse

<sup>31</sup> No Capítulo III, apresentaremos uma proposta de estrutura para acomodar os verbos que selecionam um locativo.

especificador, formado em espaço paralelo à derivação, entra para a derivação e  $v$  lhe atribui papel- $\theta$  Agente. Os demais traços dão entrada no sistema e o curso derivacional prossegue. Neste capítulo, não explicitaremos os demais passos, por fugir aos propósitos aqui, mas tais passos se tornarão mais claros no capítulo III, quando discutiremos a atribuição de Caso.

É possível perceber que nada muda, no Programa Minimalista (PM), em termos de obediência a princípios como a UTAH nem tampouco no que concerne à hierarquia temática. Assim, se estamos frente a sentenças como em (45), por exemplo, extraída do corpus analisado,

- (45) 653- Então ela sempre leva essas coisas  
654- pra gente em casa, né! (RS POA 02 F B SEG)

Deve-se seguir o princípio de hierarquia temática, como o de Larson (1988), por exemplo. De acordo com Larson (1988), o CI alvo é hierarquicamente superior ao CI locativo, conforme ilustra (46):

- (46) Larson (1988):  
Agente > Tema > Alvo > Oblíquos (modo, localização, tempo...)

Considerando a hierarquia dos papéis- $\theta$  de Larson (1988), o papel mais alto na hierarquia seria ocupado pelo DP *pra gente*. Esse papel é projetado acima do DP *em casa*.

Kato (em preparação) mostra que mesmo verbos que precisam obrigatoriamente da preposição, podem aparecer sem a preposição quando topicalizados:

(47) a. Eu conheci o pai \*(d)o Pedro na festa.

b. (D)o Pedro, eu conheci o pai \_\_\_na festa.

(48) a. João disse que vai precisar \*(d)o artigo dele amanhã.

b. (D)o artigo dele, João disse que vai precisar \_\_\_amanhã.

A autora aponta como explicação a hipótese de subcategorização, de Bouchard (1981), para dar conta da possibilidade de esses verbos poderem aparecer sem a preposição. Segundo tal hipótese, com “elementos estritamente subcategorizados, a preposição pode ser apagada para garantir sua recuperabilidade” (Kato em preparação).

Kato argumenta que tal hipótese pode explicar porque alguns CIs podem ter a preposição apagada quando sofrem topicalização ou relativização, conforme ilustra (49), exemplo (6) da autora:

(49) a. (Para) o moto-boy, eu entreguei os documentos esta manhã.

b. Eu não encontro o moto-boy **que** eu entreguei os documentos essa manhã.

Mas veja que não é todo CI que permite o apagamento da preposição. Em testes com falantes nativos do PB, as sentenças com apagamento da preposição foram julgadas do seguinte modo:

- (50) a. O Pedro, eu dei o doce.  
b. A Laura, eu entreguei os laços.  
c. A Patrícia, o João emprestou dinheiro

As sentenças em (50) foram amplamente aceitas. Neste teste, o falante poderia julgar as sentenças entre aceitáveis, boas ou ruins. A maior parte dos falantes as julgou como boas. No entanto, quando expostos às sentenças em (51), os julgamentos foram distintos:

- (51) a. \*A mesa, eu deixei os casacos.  
b. \*A estante, a Léo pôs os retratos.  
c. \*O armário, eu guardei os enfeites.

Mais uma vez, o divisor de águas parece ser o papel- $\theta$  da preposição, pois, como se observa em (51), quando se trata de um PP alvo ou beneficiário não há problema algum no apagamento da preposição; já quando se trata de um locativo, a preposição não pode ser apagada. Os falantes acrescentaram que algumas dessas sentenças em (51) só poderiam ser boas se o artigo “a” fosse lido como preposição, o que mais uma vez atesta a necessidade delas nas sentenças.

Nesse sentido, dadas as propriedades e comportamento distinto dos CIs locativos, propomos que a projeção de sentenças como as de (52) é diferente da projeção de CIs beneficiários, fonte, alvo.

- (52)      a. Eu deixei os casacos na mesa.  
            b. A Léó colocou os livros na estante.

Vimos que construções como essas universalmente não se submetem a DOCs, gostaríamos de propor uma estrutura distinta para aqueles que permitem tal operação, justamente em função de a preposição não poder ser absorvida como em construções que permitem DOCs. Tal proposta será apresentada no capítulo III, quando discutiremos as propriedades casuais das construções triargumentais que nos darão respaldo para propor uma outra estrutura.

Veja que as discussões realizadas neste capítulo apontam que a nossa hipótese de que se, de fato, fosse possível estabelecer uma distinção entre as construções triargumentais que envolvem CIs beneficiário, alvo e fonte, de um lado, e locativos, de outro, seriam as propriedades preposicionais o elemento determinante para tal distinção. A partir de uma abordagem semilexical das preposições, verificamos que tal diferença se sustenta, já que a preposição que encabeça argumentos locativos apresenta o caráter semilexical, ademais, não pode ser absorvida e, portanto, não participa de DOCs. Ao contrário, as preposições que encabeçam argumentos beneficiários, alvo e fonte apresentam uma face lexical e outra funcional em contextos classicamente conhecidos, além disso, podem ser absorvidas e participam de DOCs. Segundo, Littlefield, o que distingue os dois usos, o funcional do

semilexical, explica o autor é que, no primeiro, o papel- $\theta$  é determinado pelo verbo, enquanto no segundo a preposição participa da determinação da qualidade do traço-  $\theta$  da expressão. Assim, a nossa hipótese parece estar no caminho certo: é a preposição que encabeça os CIs o elemento determinante no estabelecimento da distinção entre as construções triargumentais.

### **2.3 Síntese do capítulo**

Investigamos neste capítulo o estatuto temático do CIs e o papel exercido pela preposição. Verificamos que há um divisor de águas entre as construções triargumentais que pode ser revelado em termos de papel temático das preposições. Adotando a proposta de Littlefield (2006), constatamos que as preposições “em” que encabeçam os PPs locativos se enquadram na categoria das preposições semi-lexicais, portanto, portadoras de traços [+ Lexical, + Funcional]. O traço [+ Lexical] é o responsável pela informação semântica da sentença; assim, as sentenças triargumentais formadas por PPs locativos que não permitem certos tipos de fenômeno sintático, tais como *DOCs*, topicalização com apagamento da preposição, apagamento do PP apresentam um comportamento distinto em função da presença desse traço na preposição. Por outro lado, as construções triargumentais cujos papéis- $\theta$  dos PPs são alvo, beneficiário e até mesmo fonte, em que as preposições não apresentam tal traço, permitem todas essas

manipulações. Portanto, as propriedades preposicionais são determinantes no comportamento das construções triargumentais.

No próximo capítulo, discutiremos as propriedades na atribuição de Caso para os CIs.

# **CAPÍTULO III**

## **Marcação de Caso nos Complementos Indiretos**

### **3 Considerações iniciais**

Neste capítulo discutiremos a marcação de Caso dos complementos Indiretos (CIs). Antes de tudo, realizaremos uma incursão nas discussões gerativistas acerca da Teoria do Caso, desde a sua incorporação à teoria até os desdobramentos mais recentes, o PM.

Num primeiro momento, nosso objetivo, é verificar de que forma Caso é atribuído aos CIs à luz do PM (Chomsky, 1995; 1998;1999).<sup>32</sup> A hipótese norteadora, nesse caso, é a de a preposição possa ser uma sonda que valorará o traço de Caso do seu alvo, o DP de CI.

Complementarmente a esse propósito, num segundo momento, investigaremos de que modo as línguas marcam casualmente os seus CIs, buscando com isso atestar que as diferentes propriedades encontradas nas preposições que encabeçam esse complemento determinam marcação de pelo menos dois Casos distintos sobre os CIs.

#### **3.1 Caso e seus desdobramentos dentro da Teoria Gerativa**

---

<sup>32</sup> A implementação sobre caso tem mudado de acordo com os modelos e, com isso, a metalinguagem que se refere a ela, por isso, mantereí de forma geral o uso do termo “atribuição” de Caso, a não ser quando estiver discutindo um modelo particular.

A noção de Caso tem uma longa trajetória nos estudos das línguas. Na história da lingüística, Caso foi estudado por muito tempo como um dos tópicos centrais da morfologia. Tal estudo era feito levando em consideração duas questões centrais: “como a variação nas formas de Caso produzia a diferença de sentido?” ou “que tipo de Caso deveria ser empregado quando tais e tais sentidos são expressos?” (Ura, 2001). Mesmo na Gramática Gerativa, Chomsky (1965), Caso foi concebido como um traço meramente morfológico que era atribuído por uma regra transformacional a um item lexical em particular como uma relação gramatical como a de Sujeito e Verbo. Assim como as relações gramaticais são determinadas estruturalmente no modelo de Chomsky (1965), a forma morfológica de um dado nome também era determinada de acordo com a posição estrutural.

Algumas línguas marcam os DPs ou NPs morfológicamente com Caso, a fim de determinar a função gramatical (ou semântica) destes DPs, como ocorre com o latim e o russo, etc.; outras línguas como português, espanhol, etc. não apresentam morfologia marcadora de Caso. O mais relevante a se salientar é que abertamente ou não, Caso está presente em todos os nomes até o nível mais profundamente abstrato na teoria da gramática. Essa noção abstrata de Caso como um construto teórico foi denominada “Caso abstrato” para contrastar com as formas morfológicas de Caso.

Chomsky (1980) incorporou a idéia de que Caso deveria ser tratado como uma condição para que um DP fosse ativo na sintaxe, em função do trabalho de Vergnaud (1974).

A partir de então, Chomsky propõe que a marca casual nos DPs e/ou NPs seja um fenômeno universal e, dessa forma, não estaria restrito às línguas

que apresentam marcas morfológicas. Segundo o autor, a marcação de Caso seria um fenômeno fundamentalmente sintático e os DPs/NPs receberiam Caso abstrato, que, de acordo com determinada língua, poderia ou não se manifestar morfológicamente; assim, o que distinguiria línguas como o russo e o português, por exemplo, seria a manifestação morfológica ou não de Caso nos DPs/NPs.

Amadurecendo a noção de Caso, numa teoria mais integrada de gramática, Chomsky (1981) propôs “o filtro do Caso”, dentro de uma teoria que ficou conhecida como “Teoria do Caso”:

**Filtro do Caso** (aplicando-se na SS):

\*NP se NP tem conteúdo fonético e não tem Caso. (Chomsky, 1981, p.49)

Chomsky (1981, p.48) propõe um sistema baseado em traços binários.

Assim, a partir dos traços  $[\pm N]$ ,  $[\pm V]$ , teríamos as seguintes categorias:

- (1) a.  $[+N, -V] \rightarrow$  Nome
- b.  $[-N, +V] \rightarrow$  Verbo
- c.  $[+N, +V] \rightarrow$  Adjetivo
- d.  $[-N, -V] \rightarrow$  Preposição

Segundo Chomsky, as três primeiras categorias seriam lexicais e a última pode ser lexical ou funcional. É, sobretudo, essa última que mais nos interessa para as discussões que faremos aqui sobre a atribuição de Caso dos CIs.

Chomsky (1981) admite como essenciais para a atribuição de Caso as seguintes propriedades:

- (2) (i) NP é nominativo se regido por AGR
- (ii) NP é objetivo se regido por V com o traço de subcategorização:  
\_\_\_ NP (i.e. transitivo)
- (iii) NP é oblíquo se regido por P
- (iv) NP é genitivo em [<sub>NP</sub> \_\_\_ X']
- (v) NP é marcado com Caso inerente a partir da determinação do regente  
[- N] (CHOMSKY, 1981, p.49)

Em Chomsky (1986), há alterações significativas na teoria do Caso; segundo as quais, nomes e adjetivos também são marcadores casuais. Adicionalmente, o autor estabelece distinção entre dois tipos de Casos: o genitivo, que seria atribuído pelas categorias lexicais N e A; e o oblíquo, que seria atribuído pela categoria lexical P; ainda o Caso nominativo atribuído por Infl (+Agr) e o acusativo atribuído por V. Segundo o autor, os casos atribuídos por N, A e P seriam Casos Inerentes e os Casos nominativo e acusativo, Estruturais.

A idéia presente em *Government and Binding*<sup>33</sup> (GB doravante) é que para se ter uma sentença bem formada na língua, os DPs/NPs deveriam receber Caso de termos regentes, conforme definição em (5), tais como verbos, Infl finito (flexão) e preposições na Estrutura Superficial (SS).

---

<sup>33</sup> Manterei aqui a sigla do termo em inglês cuja tradução é Regência e Ligação.

O argumento a favor da atribuição em SS é devido à relevância do Caso tanto para LF quanto para PF, e sua irrelevância em DS. Segundo HNG (2005), a evidência de que Caso não deve ser atribuído em DS vem de construções passivas e de alçamento, conforme ilustram (3) e (4) respectivamente:

(3) a. He was seen.

b. DS: [<sub>IP</sub>Δ was + INfl [<sub>VP</sub> seen he]]

c. SS: [<sub>IP</sub> he<sub>i</sub> was + Infl [<sub>VP</sub> seen t<sub>i</sub>]] (HNG, 2005. p. 24- cap II)

(4) a. He seems to be likely to win.

b. DS: [<sub>IP</sub>Δ INfl [<sub>VP</sub> seems [<sub>IP</sub> Δ to [<sub>VP</sub> be likely [<sub>IP</sub> he to win ]]]]]

c. SS: [<sub>IP</sub> he<sub>i</sub> Infl [<sub>VP</sub> seems [<sub>IP</sub> t<sub>i</sub> to [<sub>VP</sub> be likely [<sub>IP</sub> t<sub>i</sub> to win]]]]]]

(HNG, 2005. p. 24- cap II)

Segundo HNG (2005), o pronome *he* não é regido por um elemento atribuidor de Caso nem na DS de (3a), nem na DS de (4a); o verbo na forma passiva é incapaz de atribuir Caso ao NP, em (4b), já que essa morfologia de passiva, segundo Chomsky (1981), perde a capacidade de atribuição de Caso, assim como também, tem a propriedade de não projetar função temática externa e o Infl infinitivo também o é, em (4b), porque não apresenta a marca de flexão atribuidora de Caso; então, o pronome deve sofrer movimento para a posição de Spec de Infl finito a fim de receber Caso, que é nominativo em ambos os exemplos. Isso evidencia que somente depois de sofrer movimento em SS é que um DP recebe seu Caso.

A pergunta que se colocam HNG (2005) é: por que não admitir que o Caso seja atribuído, por exemplo, em LF? Segundo esses autores, a resposta

seria porque Caso tem implicações em PF. Por outro lado, a atribuição de Caso em PF fica descartada pela Condição de Visibilidade que diz que “o papel-  $\theta$  de um DP é visível em LF se for marcado com Caso” (HNG, 2005, p.25). Assim, se a atribuição de Caso ocorresse em PF, os papéis-  $\theta$  atribuídos aos DPs não seriam visíveis para LF. Então, a atribuição de Caso se realizando em SS alimenta tanto LF quanto PF.

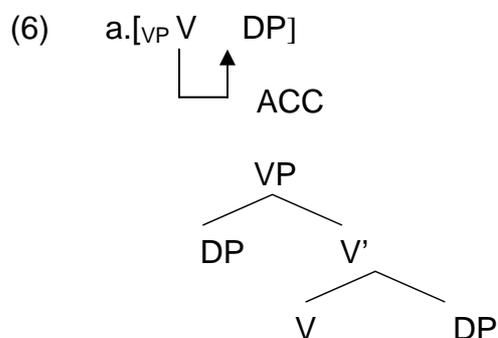
Em GB, a marcação de Caso deve acontecer em configurações sob regência, conforme ilustradas em (6); a regência está ligada à noção de irmandade, ou seja, deve haver c-comando mútuo:

(5) Regência

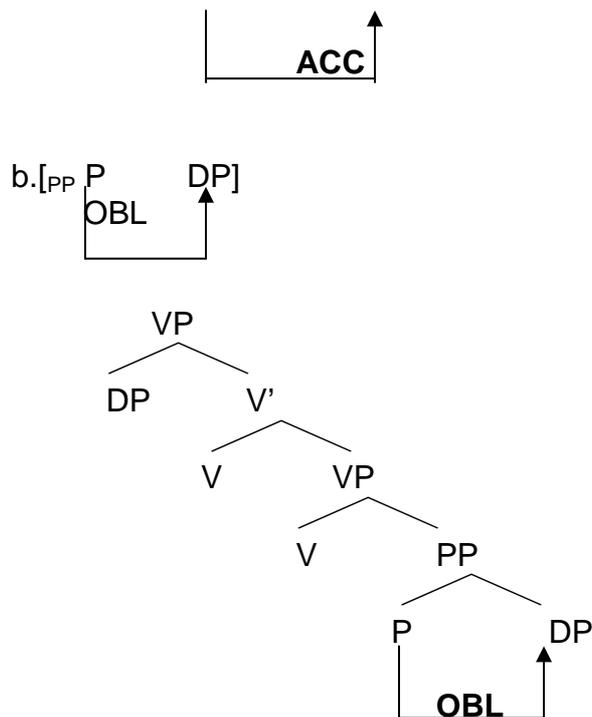
$\alpha$  rege  $\beta$  se e somente se:

- (i)  $\alpha = X^0$  (um núcleo lexical N, A, V, P) ou  $\alpha$  é o núcleo lexical I);
- (ii)  $\alpha$  m-comanda<sup>34</sup>  $\beta$  e  $\beta$  não está protegido por uma barreira (um projeção máxima) (MIOTO *et al.*, 2004)

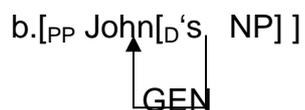
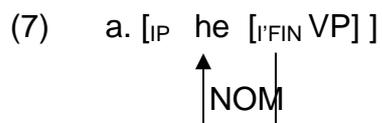
Assim, em condições normais, verbos e preposições atribuem Caso aos DPs dos quais são irmãos:



<sup>34</sup> M-comando:  $\alpha$  m-comanda  $\beta$  se e somente se  $\alpha$  não domina  $\beta$  e cada projeção máxima  $\gamma$  que domina  $\alpha$  também domina  $\beta$ .



Mas essa não é a única configuração possível, além da configuração Núcleo-comp, há também a configuração Spec-núcleo, na qual a flexão atribui nominativo e o determinante possessivo 's atribui genitivo ao DP *John*, conforme ilustra (7), (HNG, 2005. p. 113):



Fundamental para os nossos propósitos também é a discussão lançada por Chomsky (1986. p. 193), em que estabeleceu a distinção entre Caso inerente e Caso estrutural, à medida que é nosso objetivo estabelecer qual é o

tipo de atribuição de Caso dos CIs. Chomsky (1981, 1986) divide os Casos em dois tipos básicos, o Caso estrutural e o não-estrutural. É crucial distinguir Casos estruturais objetivo e nominativo, atribuídos na SS, de Casos inerentes, que são atribuídos na DS, destaca Chomsky (1986, p. 193). O autor assume a seguinte distinção para atribuição de Caso inerente e estrutural:

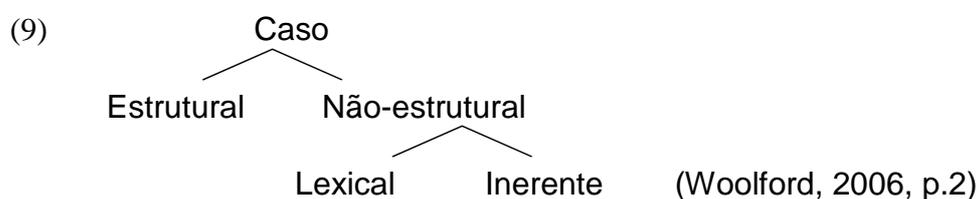
(8) Atribuição de Caso inerente e Caso estrutural

Caso inerente é atribuído a  $\alpha$  se e somente se  $\alpha$  marca-  $\theta$  um NP. Caso estrutural é atribuído independentemente de marcação-  $\theta$ .

Então, para o autor, Caso estrutural é licenciado puramente sob bases estruturais, enquanto, Caso não-estrutural é licenciado de acordo com licenciamento-  $\theta$ .

Em Woolford (2006), a autora traz um novo olhar sobre esses dois tipos de atribuição de Caso, que aqui será apresentado em detalhes, já que nos interessa, mormente, a proposta de uma estrutura para acomodar uma das estruturas triargumentais que discutimos aqui.

A discussão de Woolford gira em torno da subdivisão de Caso não-estrutural, em que diferencia Casos lexicais irregulares, que são lexicalmente selecionados pelo verbo, de Casos inerentes mais regulares. Esses dois tipos de Caso diferem tanto no seu comportamento quanto no modo de licenciamento.



Segundo a autora, tanto o Caso lexical quanto o inerente são considerados não- estruturais por se comportarem de modo semelhante; e além disso, por se distinguirem de Casos estruturais com base em testes tais como preservação de Caso em movimento de NP, que serão apresentados nessa discussão. A autora ressalta que há no mínimo duas diferenças cruciais entre os dois tipos de Caso não- estruturais: a previsibilidade e as posições-  $\theta$  com as quais cada um pode estar associado. Adicionalmente, salienta Woolford, parece ser ponto pacífico o fato de Casos idiossincráticos, tais como o dativo em islandês (cf. 10- extraído de Woolford, 2006), serem lexicalmente selecionados por alguns verbos em específico, de tal modo que é adequado rotulá-los como instâncias de Caso lexical:

(10) Bátnum hvolfdi. [islandês]

boat-**DAT** capsized

‘O barco emborcou/virou.’

Outras ocorrências de Caso não-estrutural, tais como dativo de alvos triargumentais, segundo a autora, são mais regulares e previsíveis e ajudam na definição de Caso inerente como um Caso que está inerentemente associado à marcação- $\theta$  (Woolford, 2006, p.01). Observe o dado do islandês, exemplo de Woolford (2006):

(11) Þeir gáfu konunginum ambáttina.

eles-NOM deram coisa- a-**DAT** eslava-menina-a-ACC

‘Eles deram a coisa à menina escrava.’

Segundo a autora, a regularidade desses dativos indica que eles devam ser Casos estruturais, já que eles não se ajustam à definição de Casos lexicais idiossincráticos.

No tocante aos triargumentais, argumenta Woolford, observou-se na literatura do alemão e do islandês que DPs alvo não recebem Caso lexical idiossincrático, mas Caso dativo inerente (Yip, Maling, and Jackendoff 1987, Czepluch 1988, Holmberg and Platzack 1995, Fanselow 2000, Jónsson, 2003 *apud* Woolford, 2006).

Porém, queremos destacar a distinção fundamental que Woolford estabelece entre DPs alvo e PPs alvo, pois de acordo a autora, essas observações realizadas acima são válidas tão somente para os DPs alvo, não para os PPs alvo, já que esses recebem o Caso que a preposição P em particular licencia numa determinada língua. No par de exemplos do islandês que a autora apresenta, em (12), é possível ver o contraste entre a marcação de Caso dativo inerente sobre o DP alvo, na versão duplo objeto, em (12a), e a marcação de Caso lexical genitivo dentro do PP alvo via preposição *til*, em (12b) :

(12) a. Ég skilaði henni peningunum.

Eu devolvi ela(dative) o dinheiro(dative)

b. Ég skilaði peningunum til hennar.

Eu devolvi o dinheiro (dative) para ela (genitive)

Segundo Woolford, nos estudos realizados no alemão (de Czepluch 1988 and Fanselow 2000), observou-se que Caso idiossincrático é restrito ao argumento mais baixo na hierarquia<sup>35</sup>, a saber, ao argumento tema em construções bitransitivas; esse tipo de Caso, portanto, conforme ressalta Woolford, não pode ocorrer sobre argumento agente/externo, nem tampouco sobre argumento DP alvo, conforme generalização em (13a).

(13) Caso Lexical e Inerente estão em Distribuição Complementar

a. **Caso lexical** pode ocorrer sobre argumentos tema/ argumentos internos, mas não sobre argumentos externos, nem sobre argumentos DP alvo (que sofreram alternância).

b. **Caso inerente** pode ocorrer sobre argumentos externos e sobre argumentos DPs alvo (que sofrem alternância), mas não sobre temas/argumentos internos.

A evidência para a generalização de (13a) é fornecida através de dados como os de (11), em que argumentos alvo (de alternância) recebem Caso dativo inerente, e ainda de dados do basco, em que argumentos externos recebem Caso ergativo inerente, conforme ilustra (14):

(14) a. Gizona-k kurrutu du.

man-ERG run aux

'The man ran.'

---

<sup>35</sup> A noção de Hierarquia Temática foi apresentada no capítulo II.

b. Miren-ek atea ireki du

Miren-ERG door-NOM open aux

'Miren opened the door.'<sup>36</sup>

Segundo Woolford, verbos sem argumentos externos não recebem Caso ergativo no basco:

(15) a. Ni etorri naiz.

I(NOM) come aux

I came. (Levin 1989 (8))

b. Ni-ri zure oinetako-a-k-0/ gustatzen zaizkit.

I-DAT your shoes-det-NOM like aux

I like your shoes.

Contrastando com isso, argumenta Woolford (2006), temas/argumentos internos nunca recebem Caso inerente. O respaldo para tal afirmação, explica a autora, é translinguístico, pois parece não haver línguas que marquem todos ou a maioria de seus temas com um Caso não-estrutural; o que se confirma através do resultado dos testes de preservação de Caso sob movimento de NP que se verá mais adiante.

Segundo a visão de Woolford, a marcação de Caso dos CIs seria lexical idiossincrática, contrariamente ao que propõem Chomsky (1986) e Czepluch (1988), dentre outros. Se a generalização de (13) estiver correta, não haveria

---

<sup>36</sup> Exemplos (10) e (11), respectivamente, em Woolford (2006, p.4).

possibilidade de o PP receber um Caso inerente, já que se trata de um argumento interno e apenas argumentos externos e DPs alvo recebem seu Caso inerentemente.

Adicionalmente, admitindo como correta a generalização em (13), a autora destaca que é necessária uma análise. Essa análise será feita pela autora com base nas propostas mais recentes da estrutura  $vP$ .

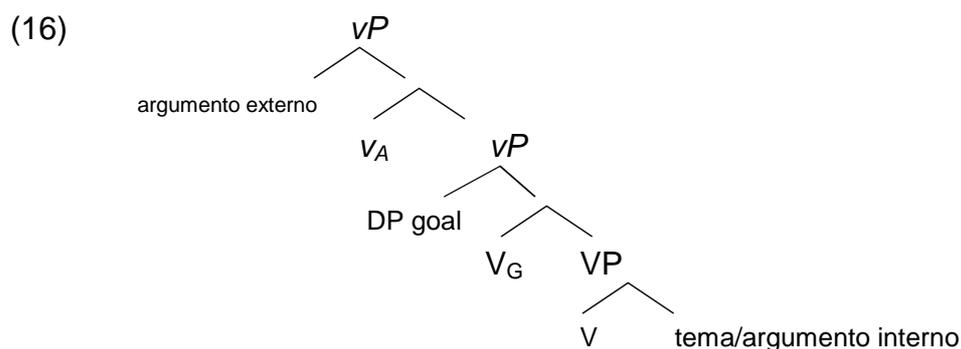
Segundo Woolford, todo licenciamento de Caso é tecnicamente estrutural, no sentido de que todo licenciamento é realizado por núcleos numa configuração estrutural local. Enquanto Caso estrutural é licenciado sob bases puramente estruturais, o licenciamento do caso não-estrutural está relacionado à marcação- $\theta$  (Chomsky, 1986). Caso não-estrutural é licenciado num nível anterior ao do licenciamento do Caso estrutural, embora, segundo Woolford, a identidade desse nível tenha sido alterada, isto é, a DS não mais existe, há um equivalente recente na estrutura argumental, a estrutura  $vP$ , em termos de um nível onde marcação  $-\theta$  e licenciamento de Caso não-estrutural se realizam.

Nessa estrutura  $vP$ , o argumento externo é licenciado na projeção  $v$  *leve* acima do VP (Chomsky, 1995). Com base em Massam (2002) e Legate (2003), que retomam a visão de Woolford (1997) de que Caso ergativo é Caso inerente associado a agentes, esse núcleo  $v$  também licencia Caso ergativo ao argumento externo, argumenta Woolford.

Já que DPs alvo comportam-se como argumentos externos, e não como internos, recebendo um tipo regular de Caso não-estrutural (Caso dativo inerente) e não um tipo irregular (Caso lexical), a questão que deve ser colocada é se é possível capturar a relação com atribuição- $\theta$  do dativo inerente de modo paralelo ao tratamento dispensado ao Caso ergativo. Sob a

visão da estrutura *vP* proposta por McGinnis (1996, 1998, 2001 *apud* Woolford), trabalho desenvolvido por Marantz (1989) isso é possível, ressalta Woolford. A autora afirma que a geração de DPs alvo, em McGinnis, se realiza no especificador de outro núcleo *v*, o qual está localizado acima do VP (cf.16).

Esse *v* é rotulado como  $v_G^{37}$  para distingui-lo do *v* superior que licencia argumentos externos (Woolford, 2006, p.5):



Segundo Woolford, se esse *v* licencia Caso dativo inerente, então temos uma teoria em que o que distingue Caso inerente de outros tipos de Caso é o licenciamento por um *v*.

Woolford chama atenção para o fato de que, embora para McGinnis DPs alvo sejam gerados na posição de base, conforme mostrado em (16), há estudiosos que consideram que esses DPs são gerados dentro do próprio VP na posição de PP alvo. Essa é a visão de Baker (1988, 1997) e de Larson (1988), por exemplo. Mas, conforme destaca a autora, essa visão não exclui a idéia de que DPs alvo recebam Caso fora do VP. Baker (1997) argumenta que quando nenhum P está presente para licenciar Caso sobre Alvos, eles se movem, para fora de VP, para o especificador de um núcleo localizado abaixo do *v* leve que licencia argumentos externos, a fim de receberem Caso. De

<sup>37</sup> G diz respeito a alvo (do inglês *goal*) que na representação arbórea será mantido para evitar confusão com a letra A de argumento.

acordo com essa visão da estrutura  $vP$  em (16), o que os dois tipos de Caso não-estrutural têm em comum é o fato de ambos serem licenciados em posições-  $\theta$  na estrutura  $vP$ . O que diferencia os dois tipos de Caso não-estrutural é o tipo de núcleo que os licencia: os Casos inerentes mais regulares são licenciados pelos núcleos  $v$  em projeções  $vP$  acima do VP; Casos lexicais idiossincráticos são licenciados por V, dentro do VP.

Os núcleos que licenciam Casos não-estruturais, identificados por Woolford, são os descritos em (17):

- (17) a. O Caso lexical é licenciado somente por um núcleo lexical (V ou P)  
b. Caso inerente é licenciado somente por núcleos  $v$  leves.

Para auxiliar na identificação entre atribuição de Caso estrutural e não-estrutural, Woolford apresenta alguns testes.

Segundo a autora, o teste de preservação de Caso sob movimento-A (passiva e alçamento) talvez seja o mais utilizado para distinguir entre Caso estrutural e não-estrutural. O teste funciona do seguinte modo: se o Caso de um argumento é preservado sob movimento-A, aquele argumento tem Caso não-estrutural; ao contrário, um argumento marcado com Caso estrutural terá modificado seu Caso depois de sofrer movimento-A para qualquer Caso estrutural na posição para a qual aquele argumento se moveu (Woolford, 2006. p.7).

Na literatura do islandês, por exemplo, afirma Woolford (2006), os testes indicam que todos os dativos dessa língua são Casos não-estruturais. Isso pode ser percebido nas construções passivas, em que o dativo regular sobre

DPs alvo permanece dativo quando passivizado. Observe os exemplos apresentados pela autora:

(18) a. Þeir skiluðu Maríu bókinni.

Ele devolveram Maria-DAT o livro-DAT

Eles devolveram o livro para Maria.

b. Maríu var skilað þessari bók.

Maria-DAT foi devolvido este livro-DAT

No alemão, dativos também são preservados, acrescenta a autora:

(19) a. Sie hilft ihm.

Ela ajudou ele-DAT

b. Ihm wird geholfen.

Ela -DAT ajudada. (Haider 1985: 68)

(20) a. Dann hat Hans der Erna einen Kuß gegeben.

Então Hans a Erna-dat um beijo-acc deu

‘então Hans deu para Erna- dat um beijo-acc’

b. Dann ist der Erna ein Kuß gegeben worden

então foi a Erna-dat um beijo-nom foi dado

‘então a Erna foi dado um beijo’ (Czepluch 1988:92)

Perceba que esses testes se aplicam a línguas que apresentam movimento de tais elementos em passivas, mas não são aplicáveis às línguas

que não têm esse tipo de movimento, como é o caso do PB, por exemplo. Os dados do PB, em (21) e (22) são ilustrativos de movimento A-barra.

- (21) a. Maria colocou os livros [<sub>LOC</sub> na estante].  
b. [<sub>LOC</sub> Na estante] os livros foram colocados (pela Maria).  
c. ??? Foram colocados [<sub>LOC</sub> na estante] os livros.
- (22) a. João deu um presente [<sub>OBL</sub> para o garoto].  
b. [<sub>OBL</sub> Para o garoto] foi dado um presente  
c. Foi dado para o garoto um presente

Conforme Quarezemim (comunicação pessoal), os exemplos em (b) representam um deslocamento para periferia esquerda do LOC "na estante" e do OBL "para o garoto", que acarretam leitura de foco contrastivo, não um simples foco de informação. Portanto, para Quarezemim o que se apresenta em (b) são construções perfeitas e usadas em contextos de contraste, do tipo: NA ESTANTE a Maria colocou os livros, não na mesa.

Já a construção (21c) é no mínimo marginal; ao contrário, o aparecimento do CI antes do objeto direto, em (21c), está relacionado com focalização. Mas, tanto em (21c) quanto em (22c) não tem foco contrastivo e não envolve periferia esquerda da sentença. É uma focalização que ocorre na parte baixa da estrutura. Pode ser foco de informação, na posição de foco proposta por Belletti (2001), afirma Quarezemim. A marginalidade de (21c), em contraposição à gramaticalidade de (22c), aponta, portanto, para uma diferença

entre os dois tipos de CI. Contudo, ressaltamos que o fenômeno da focalização está além do escopo desse trabalho.

Em suma, o teste de preservação sob movimento-A em passivas, realizado no islandês e no alemão, confirma que o dativo regular do DP alvo é um Caso não-estrutural.

Alçamento é outra instância do teste de preservação sobre movimento-A aplicável para se diferenciar entre os dois tipos de atribuição de Caso. Segundo Woolford, do mesmo modo como ocorre com a passivização, com alçamento, o dativo também é preservado, conforme mostra Woolford (2006, p.10):

(23) a. Barninu batnaði veikin.

criança-DAT recuperou-da doença -NOM

'A criança se recuperou da doença'.

b. Barninu virðist [ t hafa batnað veikin ].

criança-DAT parece [ t ter recuperado -da doença-NOM]

A criança parece [ t ter recuperado da doença].

A autora ainda apresenta outros testes para diagnosticar Caso não-estrutural como o de preservação de Caso na posição de sujeito externo e o teste que envolve objetos nominativos.

O teste de preservação de Caso na posição de sujeito externo também serve para diagnosticar Caso não-estrutural, onde o nominativo é normalmente licenciado. Segundo Woolford, esse é o tipo de evidência utilizada para identificar Caso não-estrutural no islandês:

(24) a. Bátnum hvolfdi. [Icelandic]

barco-**DAT** emborcou

‘O barco emborcou.’

b. Bátinn rak á land.

O barco-**ACC** desgarrou para a costa

‘O barco desgarrou para a costa.’

c. Jóns nýtur ekki lengur við.

João-**GEN** enjoys not longer at.

‘João não está mais disponível’

De acordo com Woolford, parece que nenhum Caso estrutural pode ter prioridade sobre nominativo sobre o sujeito de uma sentença finita. Se o teste for realmente confiável, acrescenta Woolford, indica que Caso ergativo é também um Caso não-estrutural.

No que diz respeito ao teste que envolve objetos nominativos, afirma Woolford (2006) que objetos nominativos são possíveis em línguas tais como o islandês somente quando o sujeito tem Caso não-estrutural. Ao observar construções ECM no islandês, argumenta a autora, é possível ver que um sujeito com Caso acusativo estrutural bloqueia o licenciamento do nominativo do objeto. Quando o sujeito ECM, na encaixada que é o que interessa aqui, tem Caso dativo, como em (25a), um objeto nominativo é aceito (por muitos falantes), mas nenhum falante aceita um objeto nominativo numa sentença como (25b):

(25) a. Hann hafði talið [ Jóni hafa verið gefnir þessir sokkar ].

he-nom had believed John-DAT to-have been given these socks-NOM

Ele-nom tinha acreditado João-DAT ter sido dado estas meias- NOM

b. Ég hafði talið [Maríu vita svarið ].

I-nom had believed [Mary-ACC to-know the answer-ACC]

Eu-nom acredito [ Maria- ACC saber a resposta-ACC]

Uma diferença entre Caso estrutural e não-estrutural apontada por Chomsky (1986), lembrada por Woolford, é a de que Casos não-estruturais são licenciados em relação à atribuição-  $\theta$ , diferentemente de Caso estrutural que não apresenta tal relação. Segundo a autora, a partir dessa observação é que a relação-  $\theta$  tem sido usada como um teste para diagnosticar Caso não-estrutural. A literatura apresenta afirmações de que o dativo é um Caso não-estrutural associado a alvos e o ergativo é um Caso não-estrutural relacionado a agentes<sup>38</sup>.

De acordo com a análise de Woolford, o teste da relação temática não é muito confiável, sob uma interpretação mais rígida, para distinguir entre Caso estrutural e não-estrutural, pois requer que cada Caso não-estrutural marque todos e somente instâncias de um papel temático particular. O dativo, que é o Caso que a autora discute, embora relacionado a DPs alvo, nem sempre marca todos e somente/exclusivamente os DPs alvo. Veja-se o caso do islandês, mostrado pela autora, que não marca o PP alvo com dativo, mas com genitivo:

(26) Ég skilaði peningunum til hennar.

I returned the money(dative) to her(genitive)

‘Eu devolvi o dinheiro (dativo) para ela’ (genitivo)

---

<sup>38</sup> Essa discussão pode ser encontrada em mais detalhes em Woolford 1997.

Adicionalmente, a autora explora dados do basco e do islandês para mostrar que além de alvo, o Caso dativo marca também argumentos beneficiários, experienciadores, até mesmo temas (se o dativo é lexicalmente selecionado):

(27) a. Ni-ri zure oinetako-a-k-0/ gustatzen zaizkit. [basco]

eu-DAT seus sapatos-det-NOM gosto aux

‘Eu gosto dos seus sapatos.’

b. Þeir skiluðu Maríu bókinni. [islandês]

eles devolveram Maria-DAT o livro-DAT

‘Eles devolveram o livro para Maria’.

A regularidade também é utilizada como um teste para distinguir os tipos de atribuição de Caso. Contudo, segundo Woolford, é um bom teste apenas para distinguir Caso lexical de dois tipos regulares de Caso, inerente e estrutural; mas não é um bom para diferenciar entre Caso estrutural e inerente. Os testes que se mostraram confiáveis sob a visão da autora foram: Preservação de Caso sob Movimento-A; preservação de Caso sob sujeito de uma sentença finita e compatibilidade com objetos nominativos. Para o nosso objeto de estudos CIs, os testes nada esclarecem, já que a autora explora fenômenos que não ocorrem no PB e, muito provavelmente, em outras línguas. Os únicos testes que podem ser aplicados universalmente, justamente aqueles que a autora diz não serem muito confiáveis, são o de regularidade de

atribuição de Caso e o de relação temática. Esses últimos assumidos por Chomsky desde (1981).

A respeito dos dados em (27), Woolford constata que Caso dativo é marcado sobre DPs alvo, beneficiários e experienciadores. Veja que a autora não menciona a possibilidade de o Caso Dativo marcar casualmente argumentos- $\theta$  locativos. Isso reforça a nossa hipótese de que os CIs recebem marcas de Caso distintas. Na seção 4.3, exibiremos dados translinguísticos que mostram que não há apenas um Caso recaindo sobre os CIs.

Além disso, discutiremos o fenômeno da concordância dentro do PP, na seção 4.4, o que conduzirá a uma proposta atribuição de Caso dos CIs nas construções triargumentais sob à esteira minimalista. Ademais, enfatizamos que a estrutura em (16), discutida por Woolford (2006), é uma das possibilidades que adotaremos para a projeção de uma das construções triargumentais. Embora os testes que buscam estabelecer a distinção entre os tipos de atribuição de Caso não sejam aplicáveis para o PB, admitimos como válidos os argumentos que sustentam essa estrutura.

### **3.2 Marcação de Caso em diferentes línguas: os Casos que recaem sobre os CIs**

Nosso objetivo nesta seção é investigar os diferentes Casos marcados sobre os CIs; mais precisamente, a intenção é mostrar que não apenas o Caso dativo é atribuído ao CI, mas há diferentes Casos em jogo sobre esse complemento, o que poderia justificar a nossa hipótese de que o PB e demais línguas que não marcam Caso morfologicamente também podem apresentar

Casos distintos para seu CI. Isto posto, buscaremos a evidência da marcação de outros Casos sobre CIs em dados de línguas que marcam Caso morfológicamente e buscaremos mostrar que o Caso dativo, nas línguas que exibem marcação morfológica de Caso, não cobre os argumentos  $\theta$ - marcados com o papel locativo. Segundo ressalta Blake (1994), há línguas em que relação gramatical e papel- $\theta$  semântico,<sup>39</sup> em geral coincidem, principalmente entre Caso Locativo<sup>40</sup> atribuído a argumentos tematicamente marcados com o locativo. Segundo Blake (1994, p. 64) “some roles such as instrument and location, which are typically expressed outside the purely syntactic relations, can sometimes be expressed via purely syntactic relation.” Argumentaremos, então, em favor de distinguir entre Caso dativo marcando CIs alvo, beneficiários, etc. e Caso Locativo marcado sobre argumentos-  $\theta$  locativos.

O estudo de Blake (1994), que apresentamos nesta seção, nos respaldará à medida que apresenta um olhar contrário à visão clássica de que o CI é marcado apenas pelo Caso Dativo/Oblíquo. Assim, é nosso objetivo mostrar que, no português e demais línguas sem marcação morfológica de Caso, o CI também pode ser marcado com Casos distintos. Mais especificamente o CI  $\theta$ - locativo seria marcado com Caso Locativo, enquanto os demais CIs seriam marcados com Caso Dativo/Oblíquo.

Woolford (2006) apresentou dados do basco e do islandês, os quais evidenciam que Caso Dativo recai sobre argumentos beneficiários, alvo e experienciadores. Nesta seção, apresentaremos dados de outras línguas com o objetivo de estabelecer uma divisão na marcação de Caso: Caso Dativo

---

<sup>39</sup> O autor se refere a papel- $\theta$  como papel semântico (Blake, 1994, p.64).

<sup>40</sup> Sempre que nos referirmos ao Caso Locativo, esse será grafado com a inicial em maiúscula.

marca CIs cujo papel-  $\theta$  não seja o locativo; esse é marcado com Caso Locativo.

A primeira língua que evidencia esse fato é o latim. Essa era uma língua que marcava Caso morfológicamente. Nessa língua havia uma distinção visível entre os CIs que são marcados pelos Casos Dativo e Ablativo. O termo Dativo em latim significa “destinado à doação” segundo Blake (1994); é um Caso gramatical que em geral indicava o nome de algo/alguém para o qual uma coisa é dada e cobre o papel- $\theta$  beneficiário. O Caso ablativo, segundo Blake (1994, p. 36), cobre as funções de separação ou fonte, instrumental e de localização, por exemplo:

(28) a. Athenis<sub>ABL</sub> redeõ ( separação ou fonte)(Blake,1994. p. 36)

‘Eu retornei de Atenas’

b. Athenis<sub>ABL</sub> habitõ

‘Eu vivo em Atenas’.

c. **Servõ**<sub>DAT</sub> libertatem Cicero dedit.

‘Cícero deu liberdade para seu escravo’.

Segundo Blake (1994), o Caso ablativo é a unificação de dois Casos que existam no latim antigo, a saber, Instrumental e Locativo.<sup>41</sup>

No latim, quando há indicação de “o lugar onde”, geralmente se emprega junto ao nome a preposição *in* no caso ablativo, como na expressão *in horto* (no jardim), e às vezes a preposição *ad*, como em *ad hortum* (Blake, 1994).

---

<sup>41</sup> O autor não apresenta exemplos ilustrativos desse fato.



e. . Ya        poslala                    pisjmo        v        Pariž.

Eu .NOM        envieí                carta.ACC        para        Paris.LOC

‘Eu envieí a carta para Paris.’

Conforme ilustram os dados acima, os CIs recebem marcas de Caso distintas; o Caso Instrumental é marcado de modo diferente do Caso Dativo: o primeiro é marcado pelos morfemas *-om/-oi* e o segundo pelo morfema *e*; o morfema *-u* marca o CI com Acusativo e a preposição marca o Caso Locativo.

Observe que o Caso dativo é atribuído a DPs que recebem papel- $\theta$  beneficiário e alvo, mas não aos DPs que recebem papel-  $\theta$  locativo (c.f. (28e)) ou Instrumento (c.f. (28b-c)).

O croata também marca o Caso do CI de formas distintas. Segundo Seljan (  $\approx$ 2008, p.10)

[...]when defining cases and, therefore, grammatical functions there are several rules in Croatian: the Subject function appears in Nominative, direct Object in Accusative, indirect Object in all other cases (Genitive, Dative, Vocative, Locative, Instrumental)<sup>42</sup>

Conforme Seljan, o croata é uma língua que exhibe diferentes marcações de Caso para o CI, assim, além do Dativo, essa língua também marca seu CI com Locativo, Instrumental, Genitivo e o Vocativo. A autora exemplifica alguns morfemas que carregam essas marcas casuais<sup>43</sup>:

---

<sup>42</sup> “[...] quando definimos Casos e, portanto, funções gramaticais, há várias regras no croata: a função de Sujeito aparece no Nominativo, Objeto direto, no Acusativo, o Objeto indireto em todos os outros casos (Genitivo, Dativo, Vocativo, Locativo, Instrumental)”

<sup>43</sup> A autora não apresenta dados que exemplifiquem os CIs, talvez porque não seja o ponto central da sua discussão.

(29) *knjig-a* (Nominative) -

*knjiz-i* (Dative),

*stric-□* (Nominative)

*strič-e* (Locative), *duh-□* (Nom, sing) – *dusi*(Nom, pl)

O turco é uma língua que apresenta um rico sistema de Casos; nessa língua, os nomes são marcados com Casos Genitivo, Acusativo, Nominativo, Dativo, Locativo, Instrumental, Ablativo, Relativo e Privativo (*deprivative*). Esse sistema de marcação de Caso identifica a estrutura predicado-argumento. Conforme lembra Karagözl-Ayan (1999), embora a ordem das palavras *default* no turco seja S-O-V, todas as seis alternâncias de uma sentença transitiva são permitidas graças a esse rico sistema de Casos que distingue o objeto do sujeito na sentença; quando a marcação de Caso não é explícita, há restrições na ordenação dos constituintes (*Karagözl-Ayan, 1999. p.138*).

Observe na sentença abaixo como acontece marcação do Caso Dativo no turco:

(30) a. Mehemet                      adam-a                      elma-lar- /      ver-di

Mehmet-NOM    man-DAT    apple-pl-ACC                      give-PATS.3.SG'

Mehmet-NOM    homem\_DAT    maçãs- pl-ACC    deu –Pass. 3.SG

'Mehemet deu a maçã para o homem'

Conforme (1994), / indica que *elmalar* é o objeto direto do verbo *vermek* “dar” e é, além disso, um sufixo marcador de Caso acusativo (ou objetivo); portanto, o sintagma *elmalar-i* está no Caso acusativo. Adicionalmente este

sufixo indica que o objeto é mais específico, visto que, no turco, apenas objetos diretos específicos recebem a marca de Caso acusativo. O sufixo *-a* em *adam* sinaliza que este termo é o objeto indireto e que está marcado pelo Caso Dativo. Já *Mehmet* não possui um sufixo marcador de Caso nominativo. Além dos três argumentos que o verbo seleciona, ele pode ter expressões dependentes que, embora não selecionadas pelo verbo, podem modificá-lo.

Abaixo segue a tabela 1 com os Casos com os quais o lexema *adam* pode vir marcado. Esta tabela, extraída de Blake (1994, p.2), representa o sistema de Casos do turco:

Nominativo	<i>Adam</i>
Acusativo	<i>adamı</i>
genitivo	<i>adamin</i>
dativo	<i>adama</i>
locativo	<i>adama</i>
ablativo	<i>adamda</i>

Tabela1. O sistema de Caso do turco.

De acordo com a tabela 1, o turco possui seis Casos; segundo Blake (1994)<sup>44</sup>, o Caso Locativo marca localização como em *Istanbul-da* “em Istambul” e o ablativo indica *de/ fora de* como em *Ankara-dan*, “de Ankara”.<sup>45</sup>

<sup>44</sup> Blake (2001, p. 2) destaca uma importante distinção entre **marcadores de Caso** e **formas de Caso**; segundo ele, marcador de Caso é um afixo que, no turco, pode ser separado da raiz graças à existência dos marcadores de Caso; a forma de Caso diz respeito a uma palavra inteira.

Narasimhan (1998, p.52-53) afirma que o Caso Dativo não é atribuído a todos os CIs. No hindi, por exemplo, o argumento  $\theta$ - marcado como locativo recebe um Caso Locativo:

(31) Raam-nee     pustak-koo   MEEZ-PAR   *rakhaaa*.

Raam-ERG   livro-ACC   mesa-LOC   colocou-SG.MSC-Pas

'Raam colocou o livro na mesa'

(32) kaagaz-0     dharth-PAR   *giraa*.

Livro-Nom   chão-LOC   caiu-SG-MSC. PÁS

'O livro caiu no chão'

De acordo com essa autora, o Caso Dativo é atribuído a NPs marcados com papéis-  $\theta$  alvo e recipiente (beneficiário).

Blake (1994) sistematiza o conjunto de hierarquias de Caso em diferentes línguas em (32- 36); observe que todos apresentam distinção entre Caso Dativo e Locativo.

O sistema em (32) cobre línguas como o alemão (alto, novo e antigo), o latim - no latim clássico especificamente ainda se encontra os vestígios desses casos- e o alemão alto, novo e antigo.

(32) nom   acc   gen   dat   ablt/obl

---

<sup>45</sup> Para mais detalhes a respeito do comportamento de outras formas de Caso como Nominativo, Genitivo, etc., ver Blake (2001, p. 2), já que no momento nosso interesse diz respeito tão somente às discussões acerca do Caso Dativo/Oblíquo.

O sistema de Casos em (32) pode ser encontrado também no polonês, tcheco, eslovaco e ainda no servo-croata. Conforme ressalta Blake, nesse sistema, o único Caso que pode ser adicionado, além dos já elencados acima, com toda a certeza é o Caso Locativo. Nesse sistema de seis Casos, o argumento  $\theta$ -locativo sempre aparece marcado distintamente:

(33) nom acc gen dat **loc** inst

Em (34) volta-se a atenção para os Casos Ablativo e Instrumental. Segundo observa Blake, estes Casos não parecem ser distinguíveis hierarquicamente. Esses Casos são bem comuns: há línguas que apresentam Instrumental, mas não o ablativo, como as línguas eslovacas (Cf. Blake, 1994); e há outras, em que o contrário ocorre, isto é, apresentam o ablativo, mas não o instrumental, como as línguas altaicas<sup>46</sup>:

(34) nom acc gen dat loc abl

Outras línguas altaicas apresentam tanto o Instrumental quanto o Ablativo, como é caso do armênio que, segundo Blake, à exceção do Caso Vocativo, apresenta o mesmo sistema do proto-indo-europeu:

(35) nom acc gen dat loc abl inst

---

<sup>46</sup> Família linguística que compreende o turco, o mongol e o tungue, entre outras línguas.

Ainda que os Casos ablativo e instrumental não possam ser hierarquicamente distinguidos de todo, são bastante comuns nessas línguas.

Em línguas dravidianas, além dos sete Casos apresentados em (34), há também o Caso comitativo:

(36) nom acc gen dat loc abl inst com

Dentre os sistemas de Caso apresentados em (32-36), sempre há distinção entre os Casos Dativo e Locativo. Mesmo no latim, língua que apresentava o Locativo fundido com o instrumental na forma do Ablativo, e verifica tal divisão, já que o Locativo é marcado pelo Ablativo.

Segundo Rögnvaldsson (1986), os verbos abaixo marcam com Caso Dativo seus complementos. Esses dados vão ao encontro dos de Woolford (2006), visto que também são ilustrativos da marcação de Dativo sobre argumentos marcados pelos papéis- $\theta$  alvo, beneficiário e fonte, mas não sobre argumentos  $\theta$ -marcados como locativo:

(37) gefa-Dat-beneficiário `dar' ( Rögnvaldsson, 1986, p.6)

lánaDat- alvo `emprestar'

leigja Dat-fonte`alugar'

senda DAT- alvo`enviar'

sýnaDAT-alvo `mostrar '

O coreano é outra língua que parece confirmar a idéia, pois são os argumentos  $\theta$ -marcados como beneficiário que recebem dativo:

(38) **Verbos triargumentais**

a. John-i Sue-eykey ccoch-ul cwu-es-ta

John-nom Sue-**dat** flores-acc deu-past

‘João deu flores para Sue’

b. John-i Sue-eykey-lul ccoch-ul cwu-es-ta

John-nom Sue-**dat-acc** flores-acc deu-past

‘Foi para Sue que João deu flores’

Nas línguas em que há marcação morfológica, quer por morfemas que exibem cumulação (como o latim, cujo morfema marcador de Caso também marcava gênero e número), quer por morfemas específicos para marcação, o Caso Dativo aparece sempre marcado sobre CIs cujos papéis- $\theta$  são alvo, beneficiário, fonte e até mesmo experienciador, conforme mostrou Woolford (2006), mas nunca sobre CIs  $\theta$ -locativos.

Em suma, os dados das línguas que apresentamos apontam para uma marcação de Caso diferenciada sobre os CIs. Segundo Blake (1994, p. 159-161), classicamente, Caso era considerado como correspondente a uma determinada função. Mas isso está longe de ser verdade, já que ao observar os dados dessas línguas é possível perceber que o Acusativo, por exemplo, cobre funções gramaticais diferentes assim como o Dativo, que pode marcar o sujeito e também o objeto de uma sentença. Os CIs em distintas línguas, conforme vimos até aqui, pode receber diferentes Casos, como Dativo e Locativo, pelo menos em grande parte dos casos.

Se todas essas línguas apresentam formas de Caso diferentes para a marcação dos CIs, então vamos admitir que em línguas em que não há manifestação morfológica, em que Caso é abstrato, isso também acontece. Desse modo, assumimos que no PB há duas formas de Caso sobre os CIs. Essa proposta ganha reforço a partir do que discutimos no capítulo II, a saber, que estamos tratando de preposições com propriedades bastante diferentes.

Neste capítulo, mostramos que a preposição que encabeça argumentos beneficiários e alvos (compreendem as construções triargumentais que denominaremos ALV daqui em diante) apresenta propriedades bem definidas e distintas das preposições que encabeçam os argumentos locativos ( dizem respeito `as construções que denominaremos LOC doravante). Se por um lado, as primeiras são preposições apenas funcionais, por outro, as segundas apresentam um caráter semi-lexical (c.f Littlefield, 2006), ou seja, possuem valor positivo para ambos os traços [+Funcional] e [+Lexical]. Então, se os núcleos responsáveis pela valoração do traço de Caso são portadores de qualidades distintas, isso deve se traduzir em estruturas distintas e também em propriedades de Caso diferentes.

Definidos os Casos que recaem sobre os CIs, gostaríamos de ampliar a discussão, realizada na seção 3.2, e fazer uma proposta que traduza essas diferenças entre as construções triargumentais em termos de projeção sintática dos CIs.

### **3.5 Três projeções para três construções triargumentais à luz do PM**

Nas discussões apresentadas no Capítulo I, vimos que as línguas que marcam Caso morfológicamente servem de evidência na identificação sobre onde Caso tem impacto. Também não é nova a idéia de que Caso tem um papel a desempenhar na sintaxe. Em Chomsky (1998), isso se faz presente do seguinte modo: é graças a valoração do traço de Caso que os DPs tornam-se acessíveis a operações do  $C_{HL}$ .

Em Chomsky (1998, 1999), Caso, um traço [u] em qualquer categoria, não é mais um primitivo teórico, mas uma entidade derivada de traços de concordância, ou seja, é um subproduto do estabelecimento de concordância-*phi* entre uma sonda e um alvo. Assim, o DP valorará seu traço de Caso com a categoria com a qual estabeleça essa relação de concordância.

No caso específico dos CIs, teríamos de admitir que a preposição é uma sonda (algo não assumido por Chomsky (2000) ou em trabalhos minimalistas anteriores) que mira seu complemento para valorar seu traço de Caso. Mas para que isso possa ocorrer, isto é, para que *Agree* se estabeleça entre sonda e alvo para valoração do traço de Caso, deve haver traços combinantes. Nesse sentido, para que o Caso do CI seja valorado estruturalmente a preposição tem de estabelecer concordância com o DP/NP alvo.

No estudo de Brennan (2007) sobre as preposições no irlandês, o autor apresenta dados que mostram o fenômeno da concordância entre preposição e DP/NP.

Segundo Brennan há, no irlandês, formas não flexionadas das preposições como também formas flexionadas que marcam pessoa, número e gênero (na terceira pessoa do singular).

base	Le “com”	ag “a”	ar “em/sobre”	faoi “abaixo/sob	as “fora/por”	thrí “por/através”
1 sg	Liom	agam	orm	fum	asam	Thrím
2 sg	Leat	Agat	ort	fut	asat	thrít
3 sg	(M)leis	aige	Air	faoi	as	thríd
3 sg	(F)léith i	aice	uirthi	fuithi	aisiti	thríthi
1 pl	Linn	Againn	Orainn	fuinn	asainn	thrínn
2 pl	Libh	Agaibn	Oraibn	Fuibn	Asaibh	thríbh
3 pl	Leofa	Açu	orthu	Futhu	asthu	thíothu

Tabela 2: Brennan (2007) paradigma flexional das preposições.

De acordo com Brennan (2007), quando as formas flexionadas são usadas, podem carregar o sentido de um argumento pronominal, conforme ilustram os exemplos em (39) - (41), exemplos (6-8) do autor:

No exemplo em (39), a preposição está flexionada na 3ª pessoa do plural, **leofa**, concordando com **caint** “eles”:

(39) **Bhí mé ag caint leofa inné.**

Estava eu PROG falando com.3PL ontem

‘Eu estava falando com eles ontem.’(Brennan, 2007, p. 106)

Veja que no caso de (40), a preposição *agam* está flexionada na 1ª pessoa do singular, estabelecendo concordância com o pronome oblíquo, não pronunciado.

(40) **Bhí an dochtúr agam inné.**

Foi o doutor em.1SG ontem.

‘O doutor visitou-me ontem.’ (Brennan, 2007, p. 106)

No exemplo (41), a preposição concorda com o pronome pessoal também não expresso.

(41) **Tá ocras uirthi.**

É faminta em.3SG-F

‘Ela tem fome’. (Brennan, 2007, p. 106)

O exemplo, em (42), mostra a concordância entre P e DPs plenos:

(42) a. *Chuirfeadh Eoghan isteach ar an phost sin.* (Brennan, 2007, p. 107)

**pôr.COND O.** em.3.SG.M sobre o emprego. 3.SG.M DEM

( ‘Owen se candidataria àquele emprego.’

b. *Chuirfinn isteach ar on phost sin.*

**pôr.COND.1SG in .1 SG** sobre o emprego DEM

‘Eu me candidataria àquele emprego.’

Os dados do irlandês mostram, portanto, que a preposição se flexiona em número, pessoa e gênero e pode concordar com um pronome não pronunciado ou com um NP/DP pleno.

Outra língua que apresenta concordância entre P e DP/NP é o galês. Essa é a língua frequentemente utilizada como evidência do estabelecimento de concordância entre preposição e DP na literatura (Littlefield, 2006; Borsley, 2005).

Nesse sentido, o estudo de Borsley (2005), por exemplo, apresenta alguns dados que ilustram o fenômeno da concordância entre preposição e seu complemento.

Os exemplos em (43), exemplo (9) do autor, ilustram o fato de que muitas preposições concordam com objetos pronominais, o que resulta no seguinte paradigma:

- (43) a. arnaf (i) e. arnon (ni)  
em.1SG eu em.1PL nós
- b. arnat (ti) f. arnoch (chi)  
em.2SG você .SG em.2PL você.PL
- c. arno (fo) g. arnyn (nhw)  
em.3SGM ele em.3PL eles
- d. arni (hi)  
em.3SGF ela (Borsley, 2005, p.4)

O autor destaca que diferentemente de verbos, há formas distintas para masculino e feminino e terceira pessoa do singular.

- (44) ar y bachgen/yr eneth/ y bechgyn

Em o menino/a menina/os meninos

- (45) iddo (fo) fynd i Fangor

para.3SGM ele foi para Bangor (Borsley, 2005, p.5; exemplo (12d))

“Ele foi para Bangor”

Evidência adicional é encontrada nos estudos como o de Littlefield (2006) e Rouveret (1991) que apresentam alguns dados que servem de evidência de que a preposição estabelece concordância com o DP/NP. Segundo Rouveret (1991 *apud* Littlefield, 2006, p. 354) há, no galês, duas classes de preposições que necessitam ser distinguidas: as preposições flexionais (conjugated) e as não-flexionais (unflected). As preposições não-flexionais tomam um objeto independente, sendo ele pronominal ou não, conforme mostra (46); já as flexionais concordam com seu complemento em pessoa, número e (na terceira pessoa do singular) em gênero. Os complementos pronominais de preposições flexionais podem ser pronunciados ou nulos e, quando ocorrem com DPs plenos, não é a preposição que carrega a flexão, como mostra (47). Em (48) apresenta-se o paradigma completo de flexões da preposição *at* (para):

(46) **ag** ‘com’

**ef** ‘com ele’

**âg** Siôn ‘com Siôn’

(Rouveret, p. 354)

(47) *at* ‘para’, ‘em direção a’

*ato* ‘para’ (3 pes. sing. masc)

*ato ef* ‘para ele’

*at* Siôn ‘para Siôn’

(Rouveret, p. 355)

(48)	<b>ataf</b>	‘para mim’
	<b>atat</b>	‘para você’
	<b>ato</b>	‘para ele’
	<b>ati</b>	‘para ela’
	<b>atom</b>	‘para nós’
	<b>atoch</b>	‘para você’
	<b>atynt</b>	‘para eles’

(Rouveret, p. 355)

Rouveret (1991) argumenta que as preposições flexionais têm uma estrutura paralela a dos verbos flexionais no tocante à forma morfológica: compare-se *at-a-f* ‘para mim’ com *can-a-f* ‘Eu canto’. Além disso, as preposições flexionais devem ser subdivididas em duas classes: aquelas que adicionam diretamente os morfemas lexicais à raiz lexical e aquela que requer um elemento conectivo extra entre a preposição e a morfologia flexional. Merece atenção o fato de haver três formas possíveis de conectores: às vezes é *-dan-*, que é uma preposição ‘debaixo de/abaixo’, às vezes é *-hon-*, que “é comumente analisada como uma preposição órfã com o significado ‘de’”(p. 356); e às vezes assume a forma *-dɔ-*, que é historicamente derivada de *d(e)*, uma partícula demonstrativa. Isso leva Rouveret a assumir que a estrutura preposicional deve ser paralela ao IP e ao DP: “do ponto de vista da teoria X-barra, uma proposta óbvia consiste em identificar o conectivo como um núcleo funcional, isto é, como uma contraparte de Tense em sentenças finitas e de D em expressões nominais’ e a conclusão a que chega é que preposições flexionais são analisáveis como seqüências P-p-agr, em que P representa o

núcleo lexical e *p* o núcleo funcional” (Rouveret, p. 356 *apud* Littlefield, 2006, p.151 tradução minha).

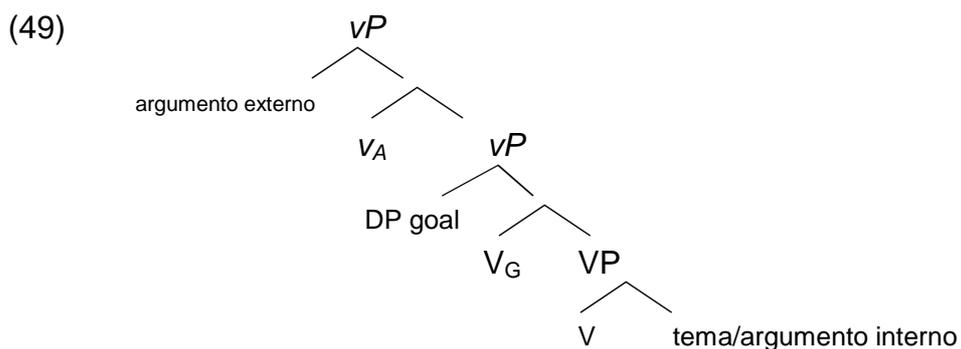
Estamos, portanto, em condições de elaborar uma proposta para acomodar a forma de valoração do traço de Caso dentro do PM (Chomsky, 1998; 1999). Encontramos, nos dados do irlandês e do galês, a evidência de que a preposição detona concordância com o DP/NP.

Nesse sentido, é possível admitir que a preposição pode funcionar como uma sonda capaz de valorar o traço de Caso do seu complemento.

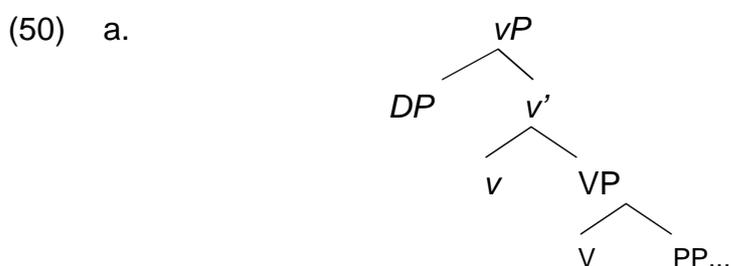
Dado o modelo que estamos assumindo, ao invés de uma categoria lexical selecionar uma funcional como na proposta de Rouveret, seria mais natural admitirmos que uma categoria funcional está acima da categoria lexical, do mesmo modo que  $D^0$  seleciona um NP; e, do mesmo modo que  $vP$  seleciona um VP.

Vimos, no primeiro capítulo, que a moderna versão da Hipótese VP *Shell* de Larson (1988) introduz um verbo leve *v* que toma um VP como complemento e o sujeito como especificador. Além disso, verificamos que há, na discussão de Woolford (2006), uma alteração na proposta de Larson (1988), a qual gostaríamos de assumir, justamente porque, através da proposta de estrutura, de Woolford, para os triargumentais, há uma possibilidade de capturar uma distinção entre dois tipos de construção triargumental, a saber, as que envolvem CIs locativos as que envolvem CIs beneficiários, alvo ou fonte.

Na estrutura apresentada por Woolford em (16), repetida abaixo como (49), há duas camadas  $vP$ , a intermediária para acomodar argumentos *alvo*:



Há, na literatura referente às DOCs, Baker (1997, p.91), Maling (2001, p.), a assunção de que os argumentos que se elevam para Spec *vP* intermediário apresentam um sentido de papel- $\theta$  alvo. Considerando o fato, propomos que somente os argumentos com o sentido de alvo são capazes de projetar essa camada intermediária *vP*. Já os locativos, os mais baixos na hierarquia-  $\theta$ , por sua vez, podem ser capturados por uma estrutura contendo um único *vP*:



Essa proposta parece fazer sentido à medida que os CIs locativos não participam de DOCs, portanto, não há uma motivação para sua subida para uma camada *vP* intermediária. Assim, conseguimos capturar, estruturalmente, a diferença entre os CIs que poderiam apresentar DOCs dos que não apresentam tal fenômeno.

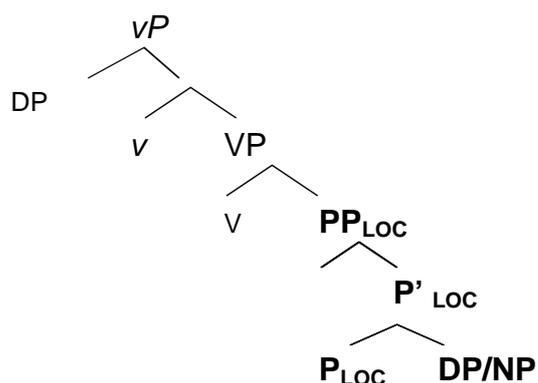
No capítulo II, vimos que a preposição que encabeça argumentos beneficiários e alvos apresenta propriedades bem definidas e distintas das

preposições que encabeçam os argumentos locativos. Se por um lado, as primeiras são preposições apenas funcionais; por outro, as segundas apresentam um caráter semi-lexical (c.f. Littefield), ou seja, possuem valor positivo para ambos os traços [+Funcional] e [+Lexical], o que quer dizer que, além de marcar seus CIs com Caso, também atribuem papel  $-\theta$  a esses DPs. Adicionalmente, apresentamos, na seção 3.3, evidência empírica, isto é, com base em dados translinguísticos, que há, no mínimo, dois tipos de Caso que marcam os CIs, a saber, Caso Dativo/Oblíquo e Caso Locativo; o primeiro marca DPs/NPs alvo, beneficiários, fonte, e, ainda, experienciador (Cf. Woolford, 2006); o segundo recai apenas sobre CIs  $\theta$ - marcados como locativo. Nesse sentido, parece razoável pensar que tais diferenças se traduzam em estruturas sintáticas também distintas.

Desse modo, mais duas estruturas estariam em jogo para a projeção desses elementos na sintaxe, isto é, além da estrutura (49) que representa a derivação de construções que aceitam DOCs, haveria mais duas estruturas para capturar as diferenças entre construções LOC e ALV, apresentadas em (50b') e (50c), respectivamente.

Assumiremos que no *Lexical Array* das construções triargumentais LOC há um  $PP_{LOC}$  contendo um  $P_{LOC}$  que as distingue das construções triargumentais ALV, conforme mostra (50b).

(50) b.

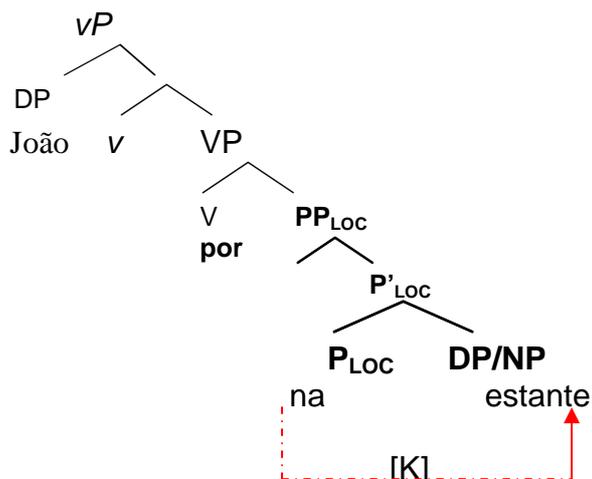


No que concerne à forma de valoração do traço de Caso dos CIs, gostaríamos de salientar a evidência de que P pode detonar *Agree* com o DP/NP complemento, pois os dados translinguísticos do galês e do irlandês nos fornecem o suporte necessário ao revelarem a manifestação de concordância entre preposição e os DPs/NPs que encabeçam, o que mostra que há concordância *phi* se estabelecendo entre P e NP/DP. Parece, então, haver evidências de que a preposição pode ser uma sonda capaz de valorar traço de Caso estrutural contra o NP/DP alvo com quem entra em *merge*.

Assim, a valoração do traço de Caso dos CIs seria realizada pelo núcleo P.

Vejamos agora a valoração do traço de Caso do CI LOC, admitindo que P<sub>Loc</sub> seja uma sonda capaz de valorar tal traço:

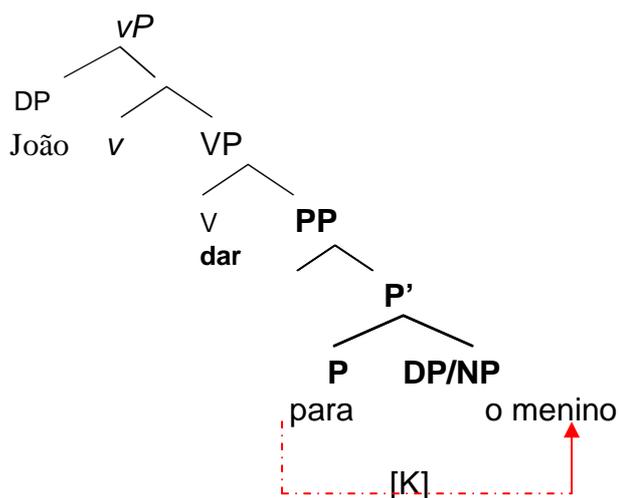
(50) b'.



Em (50b'),  $P_{Loc}$ , depois de atribuir papel- $\theta$  locativo ao DP/NP *estante*, sonda o seu complemento, o DP/NP *a estante*, estabelece *Agree* com esse DP/NP e valora o traço de Caso Locativo.

Com relação aos CIs ALV, teriam o traço de Caso valorado por um P, conforme mostra (50c):

(50) c. Ela dava os saquinhos para os meninos.



Veja que essas estruturas de (50b') e (50c) podem ser atribuídas tanto a línguas que manifestam concordância P morfológica quanto àquelas em que não há marca visível de concordância, assim como ocorre em outros domínios,

como o verbal, por exemplo, em que nem todas as línguas manifestam concordância visível. Então, a forma de valoração do traço de Caso do DP/NP que entra em *merge* com a preposição, caso dos CIs ALV e LOC, estaria resolvida.

Em (52c) e (53c) apresentamos as duas estruturas completas para a projeção dos CIs.

A estrutura (52c) representa a projeção de construções ALV, como a de (52a) abaixo:

(52) a. Ela dava os saquinhos para os meninos.

Em (52c), a derivação ocorre do seguinte modo: o primeiro passo é a formação randômica do LA, isto é, há uma seleção de itens do léxico que formará o LA (c.f capítulo I)<sup>47</sup>;

(52) b. Lexical Array de (52a)

LA:{ ela, dava, os saquinhos, para, os meninos,C, T, v, P}

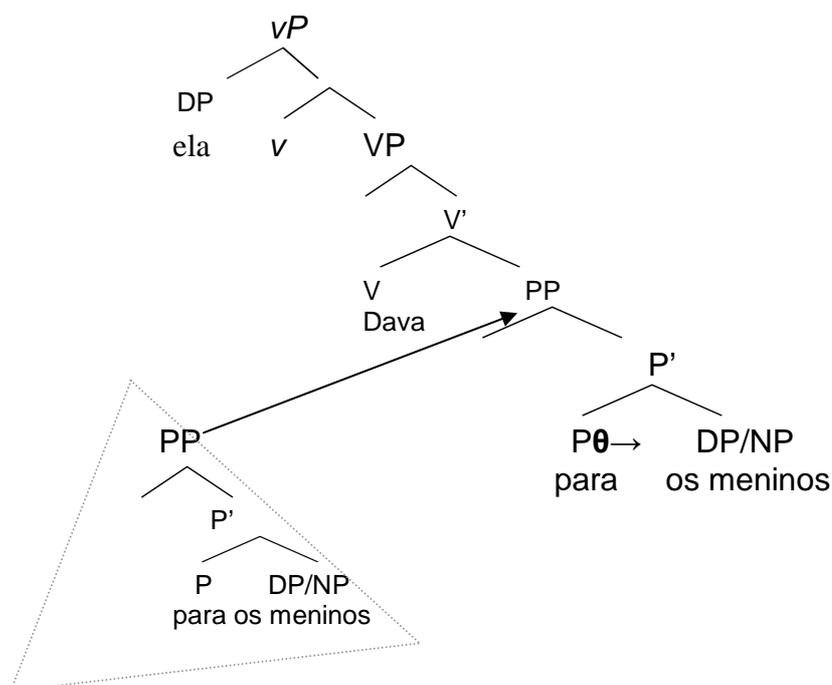
Os itens lexicais que formam o PP são baixados do LA; observe que o PP se forma em espaço paralelo à derivação, conforme Chomsky (1995; 1998); se aplica *merge* entre o verbo *dar* e PP; dentro dessa estrutura, P estabelece *merge* com o DP os meninos e lhe atribui a qualidade do traço  $-\theta$  beneficiário; há novo *merge* entre o verbo *dar* e o DP os saquinhos e o verbo o marca-  $\theta$

---

<sup>47</sup> Chomsky (2007; p. 6 tradução nossa) sugere que “o léxico é composto de elementos atômicos, itens lexicais LI, cada um consiste em um conjunto de propriedades estruturas.”

com o papel - $\theta$  Tema; *dar* se alça para a posição de *v*; *merge* se aplica entre *v* e o DP, *ela*, especificador, e *lhe* atribui o papel- $\theta$  Agente.

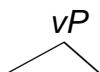
(52) d. **Pure Merge**<sup>48</sup>



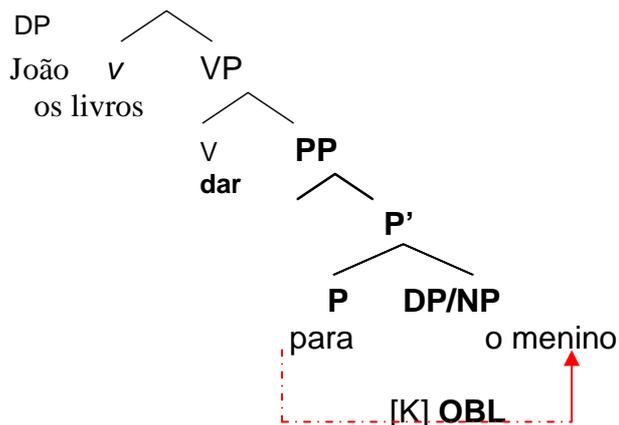
No primeiro *merge* dos elementos, as relações-  $\theta$  são resolvidas, restando agora as operações de valoração dos traços, conforme mostram as etapas (52e-f).

Dentro do PP, o núcleo P se combina com o DP e então se estabelece *Agree* entre a sonda P e o alvo *os meninos* que tem seu traço de Caso OBL valorado, como mostra (52e), idêntica a (50c):

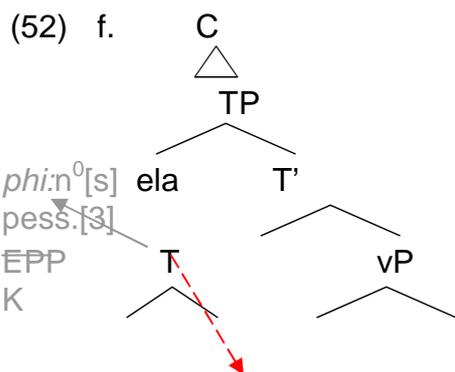
(52) e.

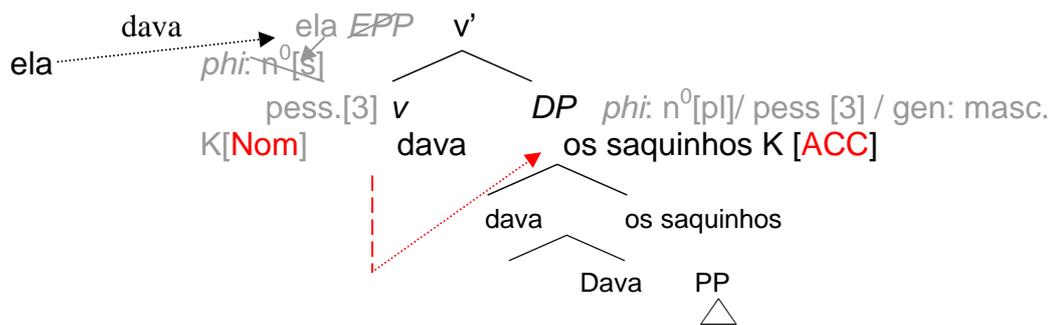


<sup>48</sup> Conforme discutimos no Capítulo II, *pure merge* diz respeito ao primeiro *merge* dos elementos, quando se resolvem as relações- $\theta$ .



Em seguida, conforme ilustra (52f), o DP *os saquinhos* se alça para especificador de *v* a fim de valorar o traço EPP de *v* intermediário; *v* tem traços-*phi* [u] e um traço [u] de Caso que deverão ser valorados, então, *Agree* se estabelece entre a sonda *v* e o alvo *os saquinhos*; os traços-*phi* [u] são valorados e o traço de Caso também o é; o NP *ela* é alçado para especificador de T para valorar o traço EPP de T; *Agree* se estabelece entre a sonda T, que tem traços-*phi* [u] e um traço de Caso [u], ambos os traços devem ser valorados contra o alvo *ela*, que tem traços-*phi* [i] e um traço de Caso Nominativo que o torna ativo para o sistema.





Legenda:

- Agree
- Atribuição papel- $\theta$
- Indicação dos traços dos elementos
- .....▶ Elementos formados em espaço paralelo que entram para o sistema.

As etapas em (52) ilustram a derivação de construções triargumentais ALV. Já as construções LOC, considerando as propriedades preposicionais distintas das que encabeçam os CIs ALV, o fato de não participarem de DOCs e, portanto, não elevarem o seu CI ao Spec de  $vP$ , como as que permitem DOCs, apresentam parte da derivação como a proposta por Larson (1988) e reformulada por Chomsky (1995) com uma camada  $vP$ -VP, conforme ilustra (53c):

(53) a. A Maria colocou os livros na estante.

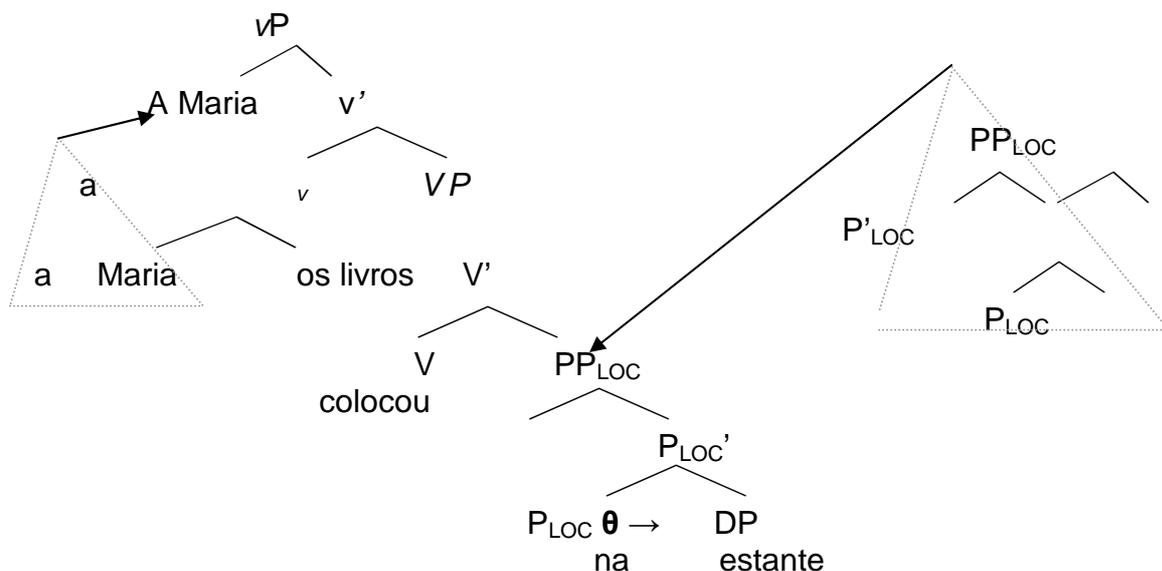
Assim como ocorre na derivação de (52a), na derivação de construções triargumentais LOC, como de (53a), o primeiro passo constitui-se na composição randômica do *Lexical Array* (Cf. Chomsky, 1998).

(53) b. **Lexical Array:**

LA{ A, Maria, colocou, os, livros, em, a estante, C, T,  $v$ , P<sub>Loc</sub>}

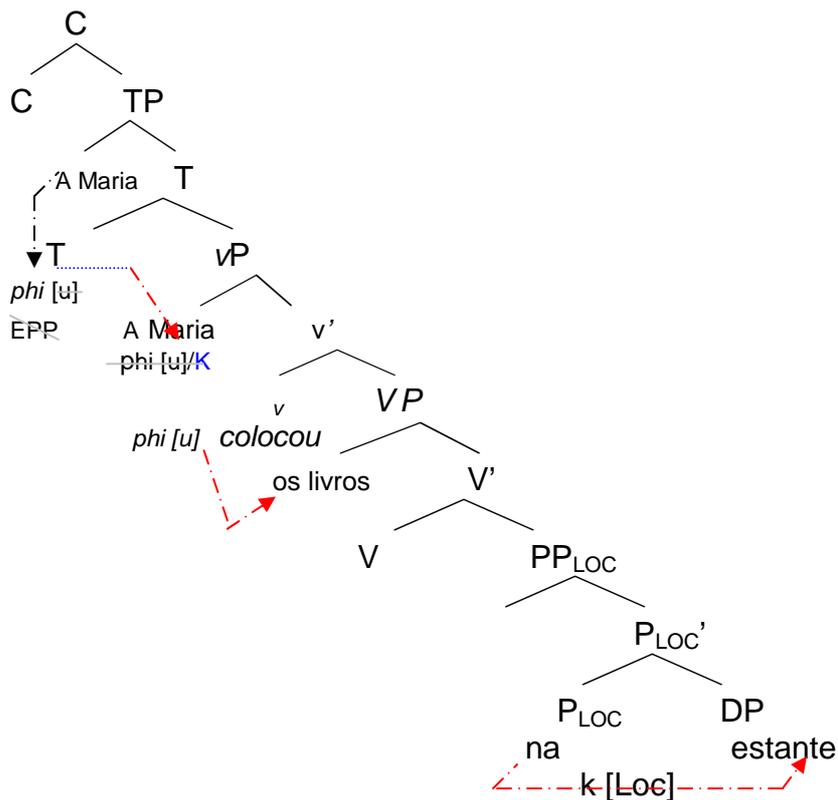
Do LA é baixado o PP, que entra para espaço paralelo à derivação; depois de formado entra para a derivação; há *merge* entre P; nessa estrutura, se aplica *merge* entre P e o DP, *a estante*, que de P recebe seu papel- $\theta$  locativo; o verbo *colocar* estabelece *merge* com o DP, *os livros*, e o marca-  $\theta$  como tema; novo *merge* se aplica entre *v* e DP *a Maria*, também formado em espaço paralelo, e lhe atribui o papel- $\theta$  agente. No primeiro *merge* desses itens se resolvem todas as relações-  $\theta$

(53) c. **Pure merge**



A etapa consiste em operações de valoração dos traços. No PP, o núcleo P estabelece *matching/* se combina com o DP; se estabelece *Agree* entre a sonda P e o alvo *a estante* que tem seu traço de Caso Loc valorado; na sequência, o DP, *os livros* se eleva para especificador de v com a finalidade de valorar o traço EPP de v; v tem traços- phi [u] e um traço [u] de Caso para serem valorados, então, *Agree* se estabelece entre a sonda v e o alvo *os livros*; os traços-phi [u] são valorados e também o traço de Caso; o DP, *a Maria*, é elevado para SpecTP para valorar o traço EPP de T; *Agree* se estabelece entre a sonda T, que tem traços-phi [u] e um traço de Caso [u], ambos os traços a devem ser valorados contra o alvo, *a Maria*, dotado de traços- phi [i] e um traço de Caso Nominativo que o torna ativo para o sistema.

d. **Valoração de traços**



### 3.6 Síntese do capítulo

Neste capítulo, discutimos as propriedades casuais dos CIs. Verificamos que os CIs não são marcados pelo mesmo tipo de Caso. Caso Dativo/Oblíquo recai sobre CIs ALV; a evidência emergiu de dados de línguas que marcam Caso morfologicamente; essas línguas mostraram que Caso Dativo cobre itens marcados  $-\theta$  como alvo, fonte ou beneficiário, mas não os marcados com papel  $-\theta$  locativo, já que nessas línguas, os argumentos são marcados com Caso Locativo.

Com base em dados translinguísticos, verificamos que a preposição apresenta traços de concordância. Essa era evidência necessária para

corroborar nossa hipótese de que a preposição seria uma sonda capaz de valorar os traços de Caso do DP/NP com quem entram em *merge*.

Adicionalmente, ancorados em Woolford (2006), em Larson (1988), Chomsky (1995; 1998; 1999), chegamos a duas estruturas que traduzem a diferença entre, de um lado, as construções triargumentais que permitem DOCs a cujos CIs são atribuídos os papéis  $-\theta$  beneficiário, alvo ou fonte, ou seja, as triargumentais ALV; e, de outro, as construções triargumentais LOC cujos CIs são  $\theta$ - marcados como locativos; as primeiras, quando permitem DOCs, apresentam duas camadas *vP*, proposta por McGinnis e incorporada por Woolford (2006), a fim de acomodar os argumentos alvo que se elevam para a posição de Spec *vP* em DOCs. Vale salientar que a posição de *v* intermediária existe apenas para as construções que admitem DOCs, em casos em que DOC não ocorre não há a seleção de *v* intermediário no *Lexical Array*; as segundas, são acomodadas numa camada *vP*- VP, conforme Chomsky (1995), incorporando a proposta VP *Shell* de Larson (1988) com um PP<sub>LOC</sub>. E, finalmente, dadas as evidências de que a preposição detona concordância com o DP/NP complemento, assumimos que P é uma sonda.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste estudo foi investigar a distribuição das construções triargumentais, especialmente, no tocante ao comportamento dos complementos indiretos (CIs). O interesse pelo tema partiu da observação de que esses verbos se comportavam de modo distinto provavelmente em função dos seus CIs. Ao observar os dados, percebemos que os CIs apresentavam um comportamento bastante diferente; relativamente à empiria, constatamos um divisor de águas, a saber, que alguns CIs permitiam e outros não o seu apagamento; a partir do estudo de Larson (1988), Scher (1996) e Salles (1997), verificamos que alguns CIs, por exemplo, poderiam participar de construções duplo objeto (as DOCs), enquanto outros não. Analisando essas questões, percebemos que os mesmos CIs que não poderiam ser apagados, tampouco compunham as DOCs. Assim, associamos os dois fenômenos: só participavam de DOCs, os CIs que apresentassem a possibilidade de apagamento; isso se confirmou ao longo do desenvolvimento desta pesquisa. O próximo passo foi investigar qual seria o elemento determinante para o estabelecimento de tal distinção; para a execução desse propósito, tínhamos uma hipótese: se fosse possível estabelecer uma divisão entre os CIs, seriam as preposições os elementos que a determinariam. Investigamos, então, o comportamento das preposições; com base no estudo de Littlefield (2006), verificamos que as preposições poderiam ser classificadas, em termos de traços, não apenas

como [ $\pm$ Funcional] ou [ $\pm$  Lexical], mas também como Semi-lexicais, ou seja, portadoras dos traços [+ Funcional, + Lexical] ou ainda Idiomáticas. Em função desse novo olhar de Littlefield sobre as categorias, foi possível perceber que as preposições que encabeçavam os CIs poderiam ser assim divididas: de um lado, as preposições que selecionam argumentos cujos papéis- $\theta$  eram beneficiário, alvo, fonte, e ainda, segundo Woolford (2006), experienciadores; e, de outro, as que selecionavam argumentos  $\theta$ - marcados como locativos. Seriam, então, as preposições, em função de seus traços [ $\pm$  Funcional,  $\pm$  Lexical] e suas propriedades - $\theta$  cruciais para que se realizasse a divisão entre os CIs. Tal divisão se colocou do seguinte modo: de um lado, CIs, que denominamos ALV, e de outro os CIs, que chamamos LOC; verificamos que os primeiros poderiam compor as DOCs, permitiriam ser apagados da sentença e suas propriedades preposicionais poderiam ser divididas em [+ Lexicais, - Funcionais] e [- Lexicais, + Funcionais]; com relação aos segundos verificamos que não compunham as DOCs, não eram apagados da sentença e suas propriedades preposicionais consistiam em traços positivos para as duas categorias, ou seja, apresentariam os traços [+ Lexicais, + Funcionais], e, portanto, possuíam a capacidade de s-seleção e também de atribuição de Caso.

O passo seguinte foi investigar as propriedades de marcação de Caso nos CIs. Nosso objetivo, nesse sentido, era verificar, à luz do Programa Minimalista, de que modo ocorreria a valoração do traço de Caso nesses CIs. Nossa hipótese consistia em admitir que a preposição pudesse ser uma sonda capaz de valorar o traço de Caso dos DPs/NPs que encabeçam. Para tanto, havia a necessidade de se obter evidências do estabelecimento de

concordância entre Preposição e DPs/NPs nas línguas naturais. Iniciamos, então, a busca por dados que apresentassem tal fenômeno; foi do irlandês e também do galês que emergiu a evidência: nessas línguas a preposição concorda com DPs/NPs, sejam eles plenos ou pronominais. Desse modo, considerando que Caso é admitido como um subproduto de concordância *phi*, assumimos que a preposição é a sonda que estabelecerá *Agree* com o DP/NP alvo e valorará o traço de Caso do seu alvo. Adicionalmente, era nosso propósito investigar qual a forma de Caso que recairia sobre os CIs. A hipótese, nesse caso, era a de que CIs ALV fossem marcados por uma forma de Caso distinta da marcada sobre CIs LOC. A evidência emergiu de dados de línguas que marcam Caso morfologicamente. Verificamos que o Dativo em geral cobria CIs ALV, enquanto, o Locativo era a forma de Caso que marcava os CIs LOC. Encontrada essa evidência e pautados nas diferentes propriedades preposicionais dos CIs, propusemos que os CIs receberiam dois Casos: o Dativo/Oblíquo, valorado sobre ALV e um Locativo, valorado sobre LOC. Levando em conta todas as distinções, tentamos capturar tais diferenças entre esses CIs, em termos de estrutura sintática; propusemos, então, duas estruturas para projetá-los nas sentenças: uma estrutura, baseada na proposta de Larson (1988) e alterada por Chomsky (1995), projetaria as construções triargumentais LOC; e uma baseada em Woolford (2006), respaldada em McGinnis (1996; 1998; 2001), pois essa estrutura dá conta de acomodar um argumento alvo que sofre movimento para checar algum traço DOC em Spec *vP* intermediário.

Essas investigações, realizadas neste estudo, nos conduzem a uma conclusão: as hipóteses parecem estar no caminho certo, contudo, não é um

fim em si, pois esperamos que seja apenas a primeira de uma série de pesquisas futuras relativamente ao tema, principalmente, no que diz respeito ao traço do elemento ALV , há muito o que investigar, portanto, fica aqui a promessa de um estudo que dê conta de explicar a natureza desse traço. A certeza, apenas uma: a de que os estudos das línguas naturais têm muito ainda a contribuir para o objetivo Chomskyano de buscar um maior conhecimento da mente/cérebro.

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVELAR, Juanito O. Adjuntos Adnominais Preposicionados no Português Brasileiro. Universidade Estadual de Campinas, Tese (Doutorado em Linguística), 2006;

BREITBARTH, A. Dative Case, Morphological Decay, and Structural Deficiency. *In: Linguistics in the Netherlands*, 2002 .Volume 19, Number 1;

BAKER, Mark, C, *Thematic Roles and Syntactic Structure*. McGill University 1996. v.2, revised, June;

\_\_\_\_\_. Baker, M.. *The Polysynthesis Parameter*. New York: OUP, 1996a.

BISPO, F. I. C. K. *A sintaxe do objeto indireto no português do Brasil*. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 2004;

BLAKE, Barry. Blake, Barry. *Case*. Cambridge University Press, 1994;

BORSLEY , Robert D. *On the superficiality of welsh agreement and related matters*. University of Essex, 2005;

BOWERN, Claire; Aygen-Tosun, G. (sem data). *Titan's Tensed Prepositions*. Harvard University.

BRENNAN, Jonathan. *Irish Prepositions: Agreement and Impoverishment*. New York University, 2007;

\_\_\_\_\_. *Grammar, Comparative and General - Case*. 2.ed. Cambridge textbooks in Linguistics, 2001.

Bresnan, J., & Kanerva, J. Locative inversion in Chichewa. *Linguistic Inquiry*, 1989. 20, 1-50.

Burzio, L.. Italian Syntax: A Government-Binding Approach. Dordrecht: Kluwer, 1986;

Cardinaletti, A. A second thought on emarginazione: Destressing vs. "Right Dislocation". In G. Cinque & G. Salvi (Eds.), *Current Studies in Italian Syntax. Essays offered to Lorenzo Renzi* (pp. 117-136). Amsterdam: Elsevier. Cardinaletti, A. and G. Giusti. (2001). Semi-lexical motion verbs in Romance and Germanic. In Norbert Corver & Henk van Riemsdijk (eds.), *Semi-lexical categories. Studies in Generative Grammar 59*. Mouton de Gruyter, Berlin, 2001, 371-414.

CYRINO, S.M.L. "O objeto indireto nulo no português brasileiro" *Signum – estudos da linguagem*, 1998. 1: 35-54;

EISENBEISS, Sonja; BARTKE, Susanne; CLAHSEN, Harald. Structural and Lexical Case in Child German: Evidence from language-impaired and typically-developing children. *In: Language Acquisition 13(1)*, 3-32. Lawrence Erlbaum Associates, Inc, 2006;

CHOMSKY, Noam. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht, Foris, 1981;

\_\_\_\_\_. CHOMSKY, N. *Knowledge of Language. Its Nature, Origin and Use*. Nova Iorque: Praeger. (Trad. portuguesa, Lisboa: Caminho, 1994), 1986.

CHOMSKY, Noam. *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass.: Mit Press, 1995;

\_\_\_\_\_. *Minimalist Inquiries: The Framework*. MIT Occasional Papers in Linguistics, 15. Cambridge, Mass.: MIT Working Papers in Linguistics, 1998..

\_\_\_\_\_. *Derivation by Phases*. Ms, 1999;

\_\_\_\_\_. *Beyond Explanatory Adequacy*. Ms, 2001;

\_\_\_\_\_. "Approaching UG from below". *In: Uli Sauerland et al. (eds), Interfaces + Recursion = Language*, 1-29. Berlin: Mouton de Gruyter, 2007;

DILLINGER, M, C. GALVES, E. PAGOTTO & V. CERQUEIRA "A

complementação no português falado”, manuscrito, Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina e Rio Branco: Universidade Federal do Acre, 1996;

EMONDS, J. *A Unified Theory of Syntactic Categories*, Dordrecht: Foris, 1985;

FANSELOW, Gisbert. “Features, theta roles, and free constituent order.” IN: *Linguistic Inquiry*, 2001. 32: 404-37

FIGUEIREDO SILVA, M. C. . A perda do marcador dativo e algumas de suas conseqüências. In: Ataliba Castilho; Maria Aparecida Torres Morais; Ruth Vasconcellos Lopes; Sônia Cyrino. (Org.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. Campinas/São Paulo: Pontes/Fapesp, 2007, v. , p. 85-110;

GRIMSHAW, Jane. *Extended Projections*. Unpublished Manuscript, Brandeis University, 1991; [Reeditado como Grimshaw 2005. *In: Words and Structure*. CSLI Lecture Notes Number 151, Stanford, CA: CSLI Publications], 1991;

HALE, K. and KEYSER, S.J. 1993. On argument structure and the lexical expression of syntactic relations. In Hale, K. and S.J. Keyser, eds. *The view from Building 20: Essays in honor of Sylvain Bromberger*. Cambridge: MIT Press;

HONG, Soo-Min. *Exceptional case-marking and resultative constructions*. Doctoral dissertation, 2005;

HORNSTEIN, N., J. NUNES e K.K. GROHMANN. *Understanding Minimalism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005;

KATO, Mary. *Caso inerente, caso “default” e ausência de preposições* (em preparação);

KARAGÖL-AYAN., Burcu. *Morphosyntactic Generation of Turkish Surface Forms*: Amalia Todirascu (ed), 1999;

KAYNE, R. Prepositions as probes. In: *Structures and Beyond: The cartography of Syntactic Structures*, volume 3 Adriana Belletti (ed.) Oxford University Press, 2004;

KOOPMAN, Hilda. Prepositions, Postpositions, Circumpositions and Particles: The Structure of Dutch PPs. 1997.

LARSON, R. [On the double object construction](#). *Linguistic Inquiry*, 1998 .19: 335-391;

LITTLEFIELD, H. *Syntax and Acquisition in the Prepositional Domain: Evidence from English for fine-grained syntactic categories*. Dissertation. Boston University, 2006;

MIOTO, Carlos. Preposições: núcleos funcionais ou lexicais? In: CABRAL, L. G.; GORSKI, E. (orgs). *Lingüística e ensino: reflexões para a prática pedagógica*. Florianópolis: Insular, 1998.

NARASIMHAN, Bhuvana. A lexical semantic explanation for “quirky” Case marking in Hindi. IN: *Studia Linguistica*.Oxford: Blackwell, 1998. p.48-72 (52);

OEHRLE, R. *The grammatical status of the English dative alternation*. Tese de Doutorado. Cambridge: The MIT Press, 1976;

OUHALLA, J. *Functional Categories and Parametric Variation*. London: Routledge, 1991;

PERES, João Andrade; Móia, Telmo. [Áreas críticas da língua Portuguesa. Lisboa: Caminho, 1995. ISBN 972-21-0998-7;](#)

PSHEHOTSKEYA, Ekaterina . Locative Alternation and Verbal Prefix in Russian. Moscow State University, 2007. Disponível em: <http://www.slavic-linguistics-society.org/downloads/abstract/pshehotskaya.pdf>. Acesso em 1º de abr.2008;

QUAREZEMIN, S. "Estratégias de focalização no Português Brasileiro - uma abordagem cartográfica." Tese de Doutorado, UFSC, 2009.

RODRIGUES, Cilene. *Thematic chains*. *DELTA*, Junho-, vol.20, no.1, p.123, 2004;

RÖGNVALDSSON, Eiríkur. *The Status of Morphological Case in the Icelandic Lexicon*. University of Iceland, 1986;

ROUVERET, Alain. Functional categories and Agreement. *IN: The Linguistic Review* 8:353-387, 1991;

SALLES, Heloísa Moreira Lima. *Prepositions and the Syntax of Complementation* PhD Dissertation. University of Wales, Bangor, 1997;

SELJAN, Sanja. Formal Description of Some Linguistic Phenomena: *IN: n Croatian by Lexical-Functional Grammar (LFG)*. Disponível em: <http://dzs.ffzg.hr/text/fdslpclfq.pdf>. Acesso em 1/04/2008;

\_\_\_\_\_. [Syntactic Relations and Case Marking](http://www.phil-fak.uni-duesseldorf.de/summerschool2002/Van5.pdf). Disponível em: <http://www.phil-fak.uni-duesseldorf.de/summerschool2002/Van5.pdf>

SCHER, Ana Paula. SCHER, A.P. As Construções com Dois Complementos no Inglês e no Português do Brasil: Um estudo sintático comparativo. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, 1996;

STOWELL, T. (1981) *Origins of Phrase Structure*. PhD Dissertation, MIT.

**URA, Hiroyuki. Case.** In Mark Baltin & Chris Collins (eds), *The Handbook of Contemporary Syntactic Theory*, 334-373, 2001;

VERGNAUD, Jean-Roger. *French Relative Clauses*. MIT dissertation, 1974;

WOOLFORD, Ellen. *Lexical Case, Inherent Case, and Argument Structure*. In: *Linguistic Inquiry*, 2006;

\_\_\_\_\_. Case-Agreement Mismatches. In: Cedric Boeckx ed., *Agreement Systems*. John Benjamins, 2006a;

\_\_\_\_\_. Burzio's generalization, markedness, and constraints on nominative

objects. In *New Perspectives on Case Theory*, ed. E. Brandner and H. Zinsmeister, 301-329, 2003.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)